



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

EDNAJA FAUSTINO SILVA DE MOURA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA TURÍSTICA: UM
ESTUDO NO POLO SERIDÓ POTIGUAR
NO PERÍODO DE 2003 a 2014**

NATAL/RN

2016

EDNAJA FAUSTINO SILVA DE MOURA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA TURÍSTICA: UM
ESTUDO NO POLO SERIDÓ POTIGUAR
NO PERÍODO DE 2003 a 2014**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito obrigatório para obtenção do título de mestre em turismo, na linha de pesquisa Turismo e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega, Dr.

NATAL/RN

2016

Catálogo da Publicação na Fonte.

UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Moura, Ednaja Faustino Silva de.

Políticas públicas e instâncias de governança turística: um estudo no Polo Seridó Potiguar no período de 2003 a 2014/ Ednaja Faustino Silva de Moura. - Natal, 2016.

132 f: il.

Orientador: Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Turismo.

1. Turismo- Desenvolvimento regional – Dissertação. 2. Turismo - Seridó Potiguar (RN) – Dissertação. 3. Políticas públicas - Turismo - Dissertação. 4. Instâncias de governança - Dissertação. I. Nóbrega, Wilker Ricardo de Mendonça. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

EDNAJA FAUSTINO SILVA DE MOURA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA TURÍSTICA: UM
ESTUDO NO POLO SERIDÓ POTIGUAR
NO PERÍODO DE 2003 a 2014**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito obrigatório para obtenção do título de mestre em turismo, na linha de pesquisa Turismo e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega, Dr.

Natal/RN, 30 de agosto de 2016.

Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientador

Prof^a. Dr^a Kerlei Enele Sonaglio
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinador Interno

Prof. Dr. Sidcley D'Sordi Alves Alegrini da Silva
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Examinador Externo

NATAL/RN

2016

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de agradecer por todo o caminho trilhado até aqui. Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus por ter me apoiado em tudo, ter sido meu escudo, fortaleza e amor, por me dar forças quando nem eu acreditava mais ter, por não me deixar desistir e desanimar diante de todas as dificuldades, obrigado Senhor por tudo, a ti toda honra e glórias sejam dadas. A nossa senhora mãe protetora que me guiou e deu sabedoria para tomar todas as decisões pertinentes em todo este período, e aos anjos e santos do céu que me acompanharam durante esta caminhada, infinitas graças vos dou.

A minha família por todo amor, dedicação, compreensão e ajuda nos adversos momentos vividos durante estes dois anos de estudos no mestrado, principalmente por entenderem minha ausência em momentos felizes e tristes de nossas vidas, vocês foram essenciais para o meu crescimento profissional e são minha base de tudo, meus exemplos, minha força e todo amor do mundo é para vocês. Ao meu noivo Pedro Emanuell pela compreensão, amor e respeito junto ao meu trabalho, eu te amo.

Aos meus amigos (as) dos quais destaco Rosivan Medeiros por me incentivar, apoiar e confiar em minha capacidade até quando nem eu mais sei que posso você vem e me dar à força que tanto preciso amo você. A Juliana por ser sempre gentil e atenciosa comigo, me apoiando e dando forças para as minhas decisões. A Leysa e Layane por estarem presentes de forma especial durante este período. A Camila e Priscila por sempre torcerem para que minhas conquistas sejam alcançadas. A Leila amiga especial pelo incentivo, amor, atenção e carinho comigo te respeito e admiro muito, por quem tu és. A dona Maria pelas conversas sinceras, incentivo, apoio e força que sempre me destes, a senhora é um anjo que Deus colocou em minha vida. A dona Ana pelas gentilezas e compartilhamento de vivências tão importantes em dias difíceis durante esta pesquisa. A Rejane e Rafael por confiarem no meu potencial me dando gás na reta final tão difícil. Enfim, a todos (as) que nunca me deixaram estar sozinha nas horas mais aflitas e felizes da pesquisa.

Ao meu querido orientador professor Wilker Nóbrega pela disposição em me guiar na trajetória que cumpri até aqui, por estar sempre atento a me ajudar e confiar na minha capacidade tenho muita admiração e respeito por ti, sempre dedicado e

disposto a ajudar no que for preciso para que seus orientandos possam trilhar um belo caminho, levarei para sempre todo o aprendizado que compartilhamos até aqui e vamos ao doutorado. A todos os docentes do PPGTUR pelo trabalho, dedicação e amor com que conduzem os encontros, os alunos e as vivências, sou muito feliz de ter vivenciado este tempo com pessoas que irradiam tanta luz. A professora Kerlei pela gentileza de me deixar compartilhar suas aulas no curso de turismo no estágio docência, aprendi muito com a senhora são ensinamentos que levarei para minha vida, obrigada.

A minha turma *templates* pelo aprendizado, compartilhamento de ideias, união e alegria de sempre, o mestrado não teria tido o mesmo sabor sem a presença de cada um, espero que quando nos reencontrarmos um dia possamos sorrir com a mesma vontade dos dois anos em que compartilhamos experiências.

Aos professores que compuseram minha banca avaliadora professora Kerlei e professor Sidcley que prontamente aceitaram o convite e se mostraram atenciosos, meu muito obrigado. A CAPES pela concessão da bolsa esta primordial para a realização e concretização do presente trabalho.

Aos técnicos administrativos do PPGTUR em especial Juliane Medeiros por ser sempre atenciosa e amorosa conosco ajudando em tudo, contribuindo para que este período de aprendizado fosse ainda mais alegre. Aos conselheiros do Polo de Turismo que gentilmente me receberam para responder as entrevistas pela contribuição, afago e compartilhamento de ideias, cada colaboração foi relevante para a concretização deste trabalho, muito obrigado.

Chegar até aqui não foi tarefa fácil exigiu de mim especialmente, disciplina. Muitos foram os momentos de abdicação, mas hoje olho para trás feliz de saber que passei por todas as fases e agora concretizo mais um sonho, não apenas acadêmico, mas de vida também.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização desta fase acadêmica de minha vida, a todos meu mais sincero e humilde obrigado.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho dissertativo a Deus por seu meu escudo e minha força maior em toda a caminhada até aqui, por ser minha fonte de amor maior e sabedoria.

Aos meus pais Aparecida e Erinor que me acompanharam, deram força e me apoiaram em todas as minhas decisões, pela compreensão quando não pude estar presente em tantos momentos familiares.

A minha irmã Elanea por ser minha fonte de inspiração em diversas ocasiões, meu amor por você é sem descrição.

“Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer”.

Mahatma Gandhi

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho foi analisar as principais ações realizadas e dificuldades encontradas pelas arenas públicas no processo de planejamento e gestão do polo turístico Seridó/RN. Já os objetivos específicos foram: a) caracterizar as “Instâncias de Governança” do turismo na região do Seridó; b) levantar o perfil dos diferentes atores que compõem as arenas públicas que discutem o turismo; c) investigar os mecanismos de participação dos atores nos processos decisórios e seus papéis na cadeia produtiva do turismo; d) levantar as principais ações já efetivadas no polo relacionado ao processo de desenvolvimento regional. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, bem como documental, tendo caráter exploratório/descritivo. A pesquisa adotou a abordagem qualitativa empregando como instrumentos de coleta de dados entrevistas semiestruturadas. Para tratar os dados foi adotada a técnica de análise de conteúdo, além disso, foi realizado um registro fotográfico com vistas a levantar imagens que possam contribuir com a pesquisa. Com isso foi possível concluir que a constituição da instância de governança em turismo, vem possibilitando novas discussões acerca da gestão e planejamento do turismo na região Seridó Potiguar. Observou-se ainda que existem dificuldades que comprometem o incremento do turismo na região, bem como que as ações desenvolvidas pela instância de governança do Polo Seridó ainda são pontuais, fator este que interfere na dinâmica socioespacial e no próprio desenvolvimento turístico da região.

Palavras-chave: Turismo. Políticas públicas. Desenvolvimento regional. Instâncias de governança. Seridó Potiguar.

ABSTRACT

The main objective of this study was to analyze the main actions taken and difficulties encountered by public arenas in the planning process and tourist hub management Seridó / RN. Already the specific objectives were: a) characterize the "Instances of governance" of tourism in the Seridó region; b) raise the profile of the different actors in the public arenas discussing tourism; c) investigate the mechanisms of stakeholder participation in decision-making processes and their roles in the productive chain of tourism; d) identify the main actions already effective on the pole related to the regional development process. The methodological procedures used were literature and documentary, with exploratory / descriptive. The research adopts a qualitative approach using as data collection instruments semi-structured interviews. To address the data has adopted the content analysis technique, furthermore, it was made a photographic record in order to get images that can contribute to the research. It was concluded that the establishment of the governance body in tourism, It is making possible new discussions of management and tourism planning in the Potiguar Seridó region. It was also observed that there are difficulties that compromise the growth of tourism in the region, and that the actions taken by the governance body of the Polo Seridó are still off, a factor that interferes with the socio-spatial dynamics and own tourism development in the region.

Keywords: Tourism. Public policy. Regional development. Instances of governance. Seridó Potiguar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Polos de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte	41
Figura 02: Mapa dos municípios da região Seridó Potiguar	61
Figura 03: Mapa com os municípios que compuseram a pesquisa	64
Figura 04: Mapa com os recursos naturais do Seridó Potiguar	71
Figura 05: Mapa com os recursos culturais do Seridó Potiguar	79
Imagem 01: Interior da gruta da Caridade em Caicó/RN	72
Imagem 02: Cânion dos Apertados em Currais Novos/RN	72
Imagem 03: Pedra do Sino em Currais Novos/RN	72
Imagem 04: Vale vulcânico em Cerro Corá/RN	73
Imagem 05: Pau do Ôco em Florânia/RN	74
Imagem 06: Mirante Santa Rita m Lagoa Nova/RN	74
Imagem 07: Açude Boqueirão em Parelhas/RN	75
Imagem 08: Talhado do Gavião em Carnaúba dos Dantas/RN	75
Imagem 09: Açude Marechal Dutra (popularmente conhecido como Gargalheiras).	76
Imagem 10: Fachada da Igreja Matriz de São João Batista em Cerro Corá /RN	77
Imagem 11: Complexo turístico Ilha de Sant'Ana em Caicó /RN	77
Imagem 12: Museu do Sertanejo em Acari/RN	78
Imagem 13: Cruzeiro da Baraúna em Lagoa Nova /RN	79
Imagem 14: Monte do Galo em Carnaúba dos Dantas/RN	79
Imagem 15: Festa do Rosário em Parelhas /RN	79
Imagem 16: Pedra do Cruzeiro em Currais Novos /RN	80
Imagem 17: Monte de Nossa Senhora das Graças em Florânia /RN	81
Imagem 18: Reunião do conselho do Polo Seridó	85
Imagem 19: Reunião do conselho do Polo Seridó	86

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01: Processo de política, formulação e estratégias e implementação em turismo.	35
Quadro 02: Municípios membros do Polo Costa das Dunas	41
Quadro 03: Municípios componentes do Polo Serrano	42
Quadro 04: Municípios integrantes do Polo Seridó	43
Quadro 05: Municípios componentes do Polo Costa Branca	44
Quadro 06: Municípios componentes do Polo Agreste- Trairi	44
Quadro 07: Padroeiros (as) dos municípios da pesquisa	81
Quadro 08: Respondentes da pesquisa	87
Quadro 09: Elementos de governança propostos na pesquisa	88
Quadro 10: Quadro metodológico geral da pesquisa	91
Quadro 11: Formatos mais comuns das instâncias de governança	95
Quadro 12: Instituições que compunham o conselho do Polo Seridó em 2008	97
Quadro 13: Instituições que atualmente compõem o conselho do Polo Seridó	99
Quadro 14: Síntese dos elementos/variáveis analisados na averiguação	101
Quadro 15: Principais ações implementadas pelo Polo Seridó	103
Quadro 16: Categorias analisadas na pesquisa com o Conselho de Turismo do Polo Seridó	105
Quadro 17: Instituições que atualmente compõem o conselho	106
Quadro 18: Relatos apontados pelos membros do Conselho do Polo de Turismo Seridó acerca entraves que intervém no desenvolvimento do turismo na região Seridó Potiguar.	109
Quadro 19: Comentários dos membros da instância quanto à participação social no turismo da região.	109
Quadro 20: Pontos fortes e fracos da região Seridó Potiguar	112
Quadro 21: Entraves apontados pelos integrantes da instância acerca da efetivação das ações.	113
Tabela 01: Dados gerais dos municípios que compõem a pesquisa.	68

LISTA DE SIGLAS

EMBRATUR- Empresa Brasileira de Turismo

PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PRT- Programa de Regionalização do Turismo

PNT- Plano Nacional de Turismo

PRODETUR/NE- Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

RN- Rio Grande do Norte

MTur- Ministério do Turismo

FUNGETUR- Fundo Geral do Turismo

BIRD-Banco Mundial

BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento

PAC- Programa de Aceleração do Crescimento

UFRN- Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ONG's- Organizações não Governamentais

PD/VC- Parque das Dunas/ Via Costeira

COMBRATUR- Comissão Brasileira de Turismo

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

FUNGETUR-Fundo Geral do Turismo

FINOR- Fundo de Investimentos do Nordeste

FINAM - Fundo de Investimento da Amazônia

FISET -Fundo de Investimentos Setoriais

PRODETUR - Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

PNMT -Programa Nacional de Municipalização do Turismo

NE- Nordeste

SETUR- Secretaria de Turismo

IFRN- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

UERN- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

CRACAS- Comitê Regional das Associações e Cooperativas Artesanais do Seridó

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e pequenas empresas

PDITS- Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SINGTUR- Sindicato dos Guias de Turismo

IDEMA- Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente

SETHAS- Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e Assistência Social

AMSO- Associação dos Municípios Micro Região Seridó Oriental

ABETA- Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura

ABAV- Associação Brasileira dos Agentes de Viagens

PROART- Programa Estadual de Artesanato

CDL- Câmara dos Dirigentes Lojistas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS	26
2.1 ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS	26
2.1.1 Políticas Públicas de Turismo	31
2.2 O PLANEJAMENTO E SUA RELEVÂNCIA PARA O TURISMO	46
2.3 TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	51
2.4 INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA E O PAPEL NO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL	56
2.5 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO SERIDÓ POTIGUAR	61
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	84
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	84
3.2 UNIVERSO DA PESQUISA	86
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS	88
3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE	91
4 O PAPEL DO CONSELHO DO POLO DE TURISMO SERIDÓ NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA REGIÃO SERIDÓ POTIGUAR	95
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA DE TURISMO DO SERIDÓ POTIGUAR	95
4.2 O CONSELHO DO POLO DE TURISMO SERIDÓ E SUA PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NA REGIÃO SERIDÓ POTIGUAR	103
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	119
APÊNDICES	126
ANEXOS	130

1 INTRODUÇÃO

O turismo por tratar-se de uma atividade dinâmica e que avança com o passar do tempo, faz uso de políticas públicas que possam norteá-lo, uma vez que por meio delas é possível praticar atividades direcionadas ao turismo de maneira adequada podendo acarretar no aumento do fluxo turístico das localidades. Logo, pode-se afirmar que, se bem planejado e organizado o turismo poderá trazer impactos positivos para os lugares e sua comunidade, contribuindo para a disseminação dos valores locais, bem como de sua respectiva valorização tanto pelo visitante como pelo autóctone como apontam os estudos realizados por Costa (2012), Nóbrega (2012), Virginio (2011), Silva (2014) dentre outros pesquisadores.

Neste sentido, as políticas públicas de turismo vêm despertando interesse relevante na academia, haja vista que o desenvolvimento do turismo nos lugares na maioria das vezes está atrelado parcialmente ou totalmente no modo como as políticas públicas são executadas.

As políticas públicas de turismo no Brasil começaram a ter destaque já na década de 1930 quando se percebe os primeiros incentivos à prática do turismo como, por exemplo, com a isenção de vistos, bem como da chegada dos cruzeiros marítimos e a implantação das primeiras agências de viagens, fatores estes que possibilitaram e deixaram em evidência as atividades relacionadas ao turismo.

Na década de 1940, observam-se os incentivos as agências de viagens, no entanto ainda não se via o turismo como uma atividade promissora para o país. Em 1950 ocorre a instituição da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), onde se inicia traços de um possível planejamento da atividade turística. Essa é extinta em 1960 sem resultados positivos. Mas, foi com a criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) na mesma década precisamente em 1966 que se definiu uma política nacional de turismo. A princípio as atividades da Embratur estavam destinadas ao fomento e desenvolvimento do turismo no país, no entanto, com a criação do MTur em 2003 a Embratur passou a desempenhar ações de promoção e marketing do Brasil no exterior (Beni,2006).

A década de 1970 ficou marcada pelos incentivos fiscais ao turismo como o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) e o Fundo de Investimentos

Setoriais (FISSET), todos estes direcionados ao fomento do turismo nas regiões Norte e Nordeste. Conforme aborda Muller (*et al*, 2011) essa década destacou-se ainda pelos investimentos em infraestrutura básica e serviços turísticos, particularmente na hotelaria, tal como, pelo surgimento dos primeiros cursos superiores de turismo, os eventos científicos na área e o incentivo do governo para o incremento da atividade.

Além disso, na década de 1980 identifica-se um cenário democrático e com isso os indivíduos passam a ter participação política no país, fator este que influenciou diretamente o setor turístico, uma vez que em virtude do conhecimento e participação na sociedade, as pessoas começaram a viajar mais para conhecer outros lugares contribuindo assim para o crescimento das viagens de cunho turístico.

O turismo no Brasil teve um significativo impulso na década de 1990, com a execução de dois programas específicos, a saber: o Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). O primeiro tinha como intuito estabelecer intervenções públicas como, estradas e aeroportos para o desenvolvimento do turismo, por meio do planejamento nas regiões turísticas. Vale salientar, que o PRODETUR/NE trouxe colaborações importantes, visando à geração de emprego e renda para os envolvidos com a atividade, mas a maioria dos investimentos do programa foi destinada a área litorânea. Já o segundo programa objetivou a sensibilização dos atores envolvidos com o turismo nos municípios, reconhecendo o fenômeno do turismo como mais uma fonte de emprego e renda para a comunidade, além de ser justamente neste programa que se intensificou a constituição e fortalecimento de instâncias de governança.

O PRODETUR investiu cerca de US\$ 44 milhões no Rio Grande do Norte (RN), sendo os recursos destinados a obras de infraestrutura, tais como o terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Severo, implantação de acessos viários as principais praias, continuação da Rota do Sol (Praia de Cotovelo à Barreta), somando 89 Km de estradas, implantação da rede de saneamento da Via Costeira, parte de Mãe Luiza e Ponta Negra, drenagem do bairro de Ponta Negra, pavimentação de todas as vias e urbanização da orla de Ponta Negra, melhorias no Parque das Dunas, desenvolvimento institucional de órgãos governamentais ligados ao turismo, e elaboração dos Planos Diretores dos municípios de Ceará-Mirim, Extremoz, Parnamirim, Nísia Floresta e Tibau do Sul. Ao todo, foram beneficiados

mais de 1,1 milhão de habitantes em todos os municípios atingidos pelo programa (SETUR, 2016).

Dessa forma, verificou-se o bom desempenho do programa que na avaliação realizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco do Nordeste, executor financeiro do programa, juntamente com o Governo do Estado, apontaram os principais itens: aumento do fluxo turístico alcançado pelo Estado entre os anos de 1995 a 2001; aumento do número de empregos diretos gerados na hotelaria, que em 1995 era 4.227 e em 2001 passou para 8.400, quase 100%, e o número de empregos diretos e indiretos do setor como um todo estimava-se 95 mil em 1995, passou para 240 mil em 2001; a oferta do número de leitos hoteleiros que em 1995 era de 12.915, passou para 26.353 em 2001, com incremento de 104%.

Na segunda fase do PRODETUR o BID disponibilizou mais US\$ 800 milhões, as cidades beneficiadas foram Natal, Ceará-Mirim, Extremoz, Maxaranguape, Rio do Fogo, Touros, São Miguel do Gostoso, Pedra Grande, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino, Arês, Tibau do Sul, Canguaretama e Baía Formosa, com destaque para as áreas de meio ambiente, saneamento básico, apoio a gestão municipal e acessibilidade rodoviária das localidades turísticas do Polo Costa das Dunas (SETUR, 2016).

Com a criação do Ministério do Turismo (MTur) no ano de 2003 - e posteriormente publicação do Plano Nacional de Turismo 2003/2007 verificou-se um novo cenário do turismo no Brasil, onde as políticas públicas de turismo desdobraram num melhor planejamento do setor, e conseqüentemente orientaram com mais atenção as ações como, distribuição de investimentos na área, promoção e marketing, dentre outras que tinham por intuito o desenvolvimento da atividade.

Dentre os macros programas existentes no PNT 2003/2007 destaca-se o denominado “estruturação e diversificação da oferta turística”, que tinha por objetivo aumentar e diversificar a oferta por meio de roteiros turísticos ainda não desenvolvidos nas diversas regiões do país, visto que sua proposta era executar o programa de forma descentralizada e regionalizada focando no planejamento participativo com vistas a alcançar os objetivos propostos, posto isto, tem-se o Estado do Rio Grande do Norte com a região Seridó Potiguar, apenas para explicitar.

Após a implementação do MTur, com o campo do turismo em evidência política e economicamente e, posteriormente a apresentação do Plano Nacional de

Turismo (PNT), com o passar dos anos foram sendo criadas as regiões turísticas (polos turísticos), no estado do Rio Grande do Norte foram implementados cinco polos turísticos, a saber: Polo Costa das Dunas, Polo Agreste-Trairi, Polo Serrano, Polo Costa Branca e o Polo Seridó, este último objeto deste estudo. Apesar de o estado estar dividido em cinco regiões turísticas, a área litorânea recebeu mais investimentos em virtude de vários aspectos dentre eles, o fato de Natal estar alocada nesta região, bem como por ainda ser o ambiente que mais recebe fluxo turístico, dispõe de maior infraestrutura turística como na área de hotelaria, equipamentos de lazer e entretenimento, restauração (restaurantes, bares, lanchonetes e outros voltados a alimentos e bebidas) e variedade de atrativos turísticos abrangendo diversos segmentos como, aventura, gastronômico, ecoturismo, espeleoturismo dentre outros (Virgínio, 2011; Taveira 2010).

Porém, o polo Seridó vem sendo destacado por estar localizado em uma área em que se distingue pela cultura, bem como pela hospitalidade que é transmitida aos visitantes, além da vasta gastronomia disposta aos turistas/visitantes. Tendo destaque ainda para as paisagens do Sertão, constituídas pelos vaqueiros, as vilas, os eventos religiosos e vistas de relevante beleza cênica, que atribuem ao polo características peculiares englobadas nas visitas realizadas na região.

É relevante destacar ainda os programas e projetos já implantados na região, porém com pouco êxito como o caso do projeto¹ Cama, Café e Rede que tinha por intuito contribuir com a renda local em que algumas residências dos municípios que participavam do projeto recebiam os turistas, sendo que a principal característica dele é que o visitante tinha contato direto com a comunidade, uma vez que compartilhavam das vivências com as famílias que os recebiam. No entanto, o mesmo não obteve grandes resultados por diversos motivos, com destaque para a falta de demanda e a questão cultural do brasileiro, de não compartilhar em suas viagens, do dia a dia com uma família como era a proposta do projeto.

Além disso, outro projeto que se apresentou como alternativo para o turismo na região foi o Roteiro Seridó, mas que por motivos como, falta de recursos financeiros, apoio, marketing e promoção o mesmo não vem sendo executado, no entanto, algumas agências e operadora de turismo local ainda vendem o turismo na

¹ Foi lançado no ano de 2005 pelo SEBRAE em parceria com a Antares Consultoria, sendo criado para suprir uma necessidade de falta de meios de hospedagem na região.

região seguindo a sugestão inicial do roteiro. Cabe ressaltar, ainda que a instalação do conselho do Polo de Turismo no Seridó Potiguar trouxe contribuições para o turismo naquela região, visto que o apoio, divulgação, organização e alguns recursos adquiridos foram implementados com o objetivo de desenvolver a atividade turística na região.

Recentemente, os municípios tiveram seus conselhos municipais instalados ou reativados, esta uma das exigências do Ministério do Turismo (MTur), para que estes pudessem compor o mapa turístico brasileiro atual. Esse fato gerou discussões e colaborou para que os municípios e seus respectivos gestores começassem a atuar de modo mais planejado e organizado.

Os tópicos previamente definidos para discussão no referencial teórico deste estudo são: políticas públicas de turismo, turismo e desenvolvimento regional além das instâncias de governança e participação social no turismo, sendo que dentre os teóricos que embasam esta pesquisa pode-se destacar Hall (2004); Araújo (2009); Braga (2007); Nóbrega (2006; 2012; 2013); Rodrigues (1999); Sen (2000); Cruz (2001); Sachs (1993); Fonseca (2005), dentre outros estudiosos que possibilitaram a discussão teórica desta pesquisa.

Cabe ressaltar, que dentre as ações já realizadas no Polo Seridó enfatiza-se a elaboração e posterior publicação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), bem como a realização de cursos de capacitação realizados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), como garçom, garçonete, aprender a empreender dentre outros em diferentes localidades da região.

Apesar destas ações já realizadas as mesmas ainda são incipientes para o Polo Seridó haja vista que conforme apontado no estudo realizado por Silva (2014) a falta de recursos humanos nas secretarias de turismo e nas atividades diretamente ligadas ao turismo acabam influenciando no modo como é gerenciada a atividade nos municípios. O autor destaca ainda que a realização de eventos, projetos em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e outras instituições, como a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico (apenas o município de Currais Novos), dentre outras ações.

Então, diante disso, a questão problema desta pesquisa é: Apesar do montante de ações desenvolvidas por diferentes atores, por que o turismo na região denominada Seridó Potiguar ainda se depara com grandes dificuldades na

efetivação de ações concretas que inviabilizam o processo de desenvolvimento turístico regional?

No entanto, acredita-se que o polo não é trabalhado de modo adequado, isto em virtude de fatores como, os altos e bons investimentos direcionados ao turismo no Estado que em sua maioria ainda são destinados ao polo Costa das Dunas, pelo fato deste compor a área litorânea do Estado e ser a extensão mais visitada do RN, bem como a divulgação e promoção que estão focadas na capital do Estado e arredores. Logo se observa, que a proposição do MTur, quanto ao aumento do fluxo turístico através da diversificação da oferta turística nos municípios/nas regiões interioranas, não vem sendo concretizada pelo poder público no RN elencando questionamentos e novas discussões nas instâncias de governança.

Diante do contexto apresentado, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar as principais ações realizadas e dificuldades encontradas pelas arenas públicas no processo de planejamento e gestão do polo turístico Seridó/RN no período entre 2003 a 2014. Tendo como objetivos específicos a) caracterizar as “Instâncias de Governança” do turismo na região do Seridó; b) levantar o perfil dos diferentes atores que compõem as arenas públicas que discutem o turismo; c) investigar os mecanismos de participação dos atores nos processos decisórios e seus papéis na cadeia produtiva do turismo; d) levantar as principais ações já efetivadas no polo relacionado ao processo de desenvolvimento regional. Nesta perspectiva, verifica-se explicitamente que mesmo com diversas ações já realizadas, a região Seridó Potiguar ainda se esbarra em contratempos que impedem seu desenvolvimento turístico regional.

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT) sugere a diversificação da oferta turística no Brasil com um modelo de gestão da política pública descentralizada, visando que os ajustes e alterações necessárias para o melhoramento do programa pudessem ser implementadas. Cabe ressaltar, que o PRT tem como premissa básica a participação social uma vez que entende-se que por meio do envolvimento dos atores sociais envolvidos na cadeia produtiva do turismo, a atividade poderá vir a ser melhor executada. Entretanto, são muitos os desafios que podem ocorrer desde a implementação até a avaliação do PRT em uma localidade.

Vale salientar, que com a criação do MTur e, posteriormente com a proposta do PRT, começou-se uma discussão acerca da interiorização do turismo nos

municípios com potencial para o desenvolvimento da atividade. O interesse para a realização desta pesquisa se deu quando da realização do trabalho de conclusão de curso, que a autora realizou no ano de 2013 tendo como tema as políticas públicas de fomento ao turismo no município de Lagoa Nova/RN, a partir deste momento emergiram questionamentos referentes à instância de governança do Polo Seridó, bem como das ações já realizadas nos municípios que compõem este estudo, e o porque que mesmo tendo algumas atuações já concretizadas o turismo na região ainda possui fragilidades que o impedem de evoluir.

A pesquisa contribui ainda com a discussão das políticas públicas de turismo, desenvolvimento regional e instâncias de governança abordando conceitos e reflexões pertinentes à região Seridó Potiguar. Vale salientar, que a autora deste trabalho é natural da região em estudo o que pode levar a informações relevantes e com maior propriedade, uma vez que conhecendo a região e suas características se torna mais acessível à aplicação da presente pesquisa.

Visando contribuir com o problema abarcado nesta investigação foram realizados estudos de cunho bibliográfico, documental e empírico, posteriormente foram realizadas as visitas *in loco* com vistas a aplicação dos instrumentos de pesquisa e levantamento fotográfico. Foram analisados estudos como os de Nóbrega (2008, 2012) que trazem uma discussão acerca das políticas públicas e sua aplicabilidade destacando o âmbito da Amazônia brasileira. Por conseguinte, analisou-se os estudos de Azevedo (2007, 2013), Alves (2010) e Silva (2014) que tratam especificamente do objeto de pesquisa.

É importante salientar a participação e atuação do Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) no que concerne aos polos de turismo do Rio Grande do Norte (RN), com destaque para o Seridó onde, a secretaria executiva deste polo esteve sob a coordenação do SEBRAE no período de 2008 a 2012, instituição que desenvolveu diversas ações em prol do desenvolvimento do turismo nas localidades, bem como incentivou a criação de novos empreendimentos turísticos para que a região estivesse preparada para receber a demanda real e potencial que viesse visitar a região do Seridó.

O nordeste do país concentra suas atividades no turismo “sol e mar” propriamente no litoral, porém, com a proposta dos polos de turismo foi analisado a potencialidade de se ampliar a oferta turística, tendo o Rio Grande do Norte (RN) sido dividido em cinco polos de turismo, dentre os quais, está o Polo Seridó em que

foi criado o Roteiro Seridó tendo como destaque para elementos culturais como a gastronomia local, além do artesanato e atividades como peças teatrais e danças praticadas no lugar (Silva & Sonaglio, 2013).

Neste sentido, no ano de 2004 foi implementado o Roteiro Seridó, apresentando-se como uma ferramenta de desenvolvimento turístico inovador sendo que foram contemplados, os municípios de: Caicó, Currais Novos, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Acari, Parelhas e após solicitação sistemática do gestor municipal Lagoa Nova também foi inserida. Para a execução de um roteiro turístico em determinada região é necessário atentar-se a aspectos como infraestrutura básica (saneamento, distribuição de água e energia, produtos alimentícios, vias de acesso e sinalização), assim como, infraestrutura turística (meios de hospedagem, equipamentos de lazer e entretenimento, equipamentos de restauração, meios de transporte) e infraestrutura de apoio ao turismo (guia de turismo, centro de atendimento ao turista etc).

Alguns objetivos foram alcançados por meio das ações do roteiro, por exemplo, o número de empreendimentos turísticos que aumentou relativamente, alguns aspectos da infraestrutura básica dentre eles, a reparação de estradas e a produção alimentícia peculiar, melhoraram significativamente, contribuindo para com o turismo na região. Vale salientar, que para a execução do projeto Roteiro Seridó foi necessário estabelecer parcerias entre gestão pública, iniciativa privada e atores da comunidade local haja vista que estas poderiam implicar nitidamente no desenvolvimento do roteiro e conseqüentemente do turismo na região.

No que concerne à elaboração de um roteiro quando bem realizado expande-se a possibilidade dele tornar-se uma forma de ordenar um conjunto de atrativos e equipamentos turísticos que podem promover o desenvolvimento de uma localidade, isto porque um roteiro movimenta diversas áreas tanto da economia quanto da sociedade a exemplo, dos meios de hospedagem, entretenimento e alimentação, além de proporcionar aos turistas/visitantes o contato com os aspectos histórico-culturais e ambientais de um lugar (Silva & Sonaglio, 2013). Cabe ressaltar, que para subsidiar o Roteiro Seridó foram elaborados diversos documentos como, por exemplo, o PDITS que teve na sua elaboração o envolvimento de diversas entidades e lideranças como, o governo do Estado do Rio Grande do Norte.

O Polo Seridó destaca-se pela cultura e aspectos naturais, além da hospitalidade e âmbito histórico da região tendo como principais personagens os

coronéis que por muito tempo ditaram as leis daquele espaço, estes tendo como característica principal o autoritarismo na região, fato este que para a época era visto como algo positivo para alguns e para outros como negativo, mas em geral os coronéis eram respeitados e temidos.

Para a realização desta pesquisa foram definidos oito municípios estes que compõem o polo Seridó, a saber: Caicó, Currais Novos, Lagoa Nova, Parelhas, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Florânia e Acari, cada um possuindo características e particularidades que podem acomodar um polo de desenvolvimento turístico.

Dentre os atrativos de relevância nas localidades em que este estudo foi realizado pode-se apontar, os sítios arqueológicos e o Monte do Galo em Carnaúba dos Dantas; os mirantes de relevante paisagem cênica em Lagoa Nova; a mina Brejuí e os Apertados em Currais Novos; o Açude Boqueirão e o sítio arqueológico mirador em Parelhas; a vila dos pescadores e o Açude Gargalheiras em Acari; a Matriz de Sant'Ana e o Açude Itans em Caicó; a nascente do Rio Potengi em Cerro Corá; o monte de Nossa Senhora das Graças em Florânia, além dos vários outros recursos culturais e naturais em outros municípios que compõem a região, mas para este estudo serão observados os oito municípios já citados.

Vale enfatizar, que o Polo Seridó foi escolhido para a realização deste estudo também porque particularmente é o contexto em que a autora reside, bem como realizou os primeiros estudos acerca da atividade turística, ademais pelo potencial e diversidade de atrativos que se acredita terem o território para a prática do turismo.

Diante do contexto apresentado, emerge a necessidade de analisar as principais ações realizadas e dificuldades encontradas pelas arenas públicas no processo de planejamento e gestão do polo turístico Seridó/RN, uma vez que ainda não existe um estudo de caráter dissertativo que traga profundidade de discussão com relação aos municípios e a região alvo desta investigação, alguns trabalhos já foram realizados, no entanto, não retratam a particularidade da instância em estudo e das localidades que a compõem.

Há alguns trabalhos sobre a região Seridó como as dissertações de mestrado de Cardoso (2013) que aborda o geoturismo na região sob a ótica da proposta geoparque Seridó; tem-se ainda o trabalho de Batista (2013) que trata sobre o roteiro Seridó analisando a competitividade; e mais recentemente as pesquisas de Silva (2014) que trata sobre a aplicabilidade do Programa de Regionalização do

Turismo (PRT) nos polos de turismo Seridó e Agreste/Trairi respectivamente; e o de Gentil (2015) que aborda a respeito do empreendedorismo na região Seridó Potiguar; também alguns artigos científicos como o de Alves *et al* (2012) este trata do planejamento turístico sendo um estudo realizado com foco no PDITS; e o de Silva e Sonaglio (2013) que traz uma discussão acerca do Roteiro Seridó. Quanto às teses de doutorado desenvolvidas no Seridó tem-se a de Azevedo (2008) que aborda a questão política e cultural do Seridó.

Destacando, especificamente o trabalho de Silva (2014) este versa sobre a análise das repercussões do PRT na interiorização da atividade turística no Estado do Rio Grande do Norte (RN), enquanto que a pesquisa aqui proposta trata acerca da instância de governança (Polo Seridó) o que permite um estudo mais aprofundado da região em estudo, bem como de trabalhos já realizados sobre a temática.

É necessário abordar ainda a escassez de estudos que discutam a temática da interiorização. Há sim alguns debates, mas os trabalhos ainda são poucos em âmbito acadêmico. Logo, o foco do trabalho de Silva (2014) é no PRT enquanto este estudo se refere aos gargalos da região para o desenvolvimento turístico, porém, ambos os trabalhos tem em comum a discussão no que concerne as políticas públicas de turismo bem como, a região em análise.

Apontado por esta realidade o referido estudo apresenta-se como exploratório por ainda não haver uma pesquisa com a abordagem que aqui será tratada e, portanto, apresenta-se como de relevância por apontar e discutir um tema ainda pouco trabalhado no Seridó Potiguar, aprofundando os estudos e discussões nesta região.

Outrossim, o presente trabalho não esgota a discussão a que se propõe haja vista que se verifica que a instância de turismo do polo Seridó requer outros estudos sob olhares diversos apontando os vieses ainda pouco trabalhados no âmbito da região do Seridó Potiguar.

Para a realização desta pesquisa utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica com pesquisas em livros, artigos científicos e meio digital, além disso, foi necessário realizar uma pesquisa documental com a análise de documentos do Ministério do Turismo (MTur), bem como das atas referentes as reuniões da instância de governança em estudo e outros documentos pertinentes para a pesquisa. Fez-se uso ainda da pesquisa de campo com aplicação de entrevistas

com os conselheiros do polo, com vistas a obter os dados necessários para finalização deste estudo.

A primeira parte da pesquisa é constituída por uma discussão teórica acerca do estado, sociedade e políticas públicas com estudiosos como, Pinho (2012), Santos (2013), Endres (2008), Bobbio (1985), Weber (1991), Hall (2004), Nóbrega e Queiroz (2006), Teixeira (2002), Gastal e Moesch (2007), Dye (2005), Barbosa (2009) e Wu *et al* (2014), cujas discussões tratam sobre o estado, a sociedade e as políticas públicas com conceitos gerais que trazem melhor compreensão da temática em estudo. Discutiui-se também a respeito das políticas públicas de turismo com pesquisadores como, Moesch (2002), Thevenin (2011), Oliveira e Queiroz (2009), Beni (2006), Nóbrega (2007), Dias (2008), Fonseca (2005), Bahia e Figueiredo (2013), Virgínio (2011), Solha (2006), Taveira (2008) e Alves (2010), trazendo ponderações em relação ao assunto abordado. Apresentaram-se ainda discussões acerca do planejamento e sua relevância para o turismo com autores como, Boullón (2002; 2005), Dias (2008), Braga (2007), Beni (1999), Ávila (2009), Rodrigues (1999), Nóbrega (2007) e Novo (2010).

Na segunda parte da investigação, abordou-se a questão do turismo e desenvolvimento regional Sen (2000), Wittman, Dotto e Boff (2008), Feijó (2007), Medeiros (2011), Oliveira (2005), Castro e Figueiredo (2013), Becker (2003), Fortunato e Neffa (2014) e Nóbrega e Figueiredo (2015). Para a discussão sobre as instâncias de governança e sua relação com o desenvolvimento analisou-se as obras de autores como, Mielke (2009), Nóbrega (2015), Cooper (2011), Nascimento *et al* (2013) e Nóbrega (2012).

Para a caracterização da região Seridó Potiguar o embasamento teórico foi realizado a partir de estudiosos como, Azevedo (2007; 2014) que realiza estudos constantes na região averiguada podendo-se destacar sua dissertação de mestrado e tese de doutorado; Silva (2014) que realizou seu trabalho dissertativo também na região, além de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com dados da população, educação e outros assuntos da região.

A terceira parte do trabalho é composta pela metodologia da pesquisa com a caracterização, o universo, o plano de coleta de dados e as técnicas de análise, em que os autores Dencker (1998), Medeiros (2010), Roesch (1996), Bardin (2011) e Dellangelo e Silva (2005) foram relevantes para melhor entendimento quanto a metodologia utilizada na pesquisa.

Na parte quatro dessa investigação estão descritos os resultados da mesma onde identificou-se que o Seridó Potiguar dispõe de subsídios para o desenvolvimento da atividade turística, mas algumas ações ainda precisam ser efetivadas para que o turismo realmente aconteça. Um dos principais fatores é a discordância dos membros nas reuniões da instância de governança de turismo da região, a escassez de recursos financeiros para realizar alguns projetos como, o saneamento básico do município de Cerro Corá e a melhorias de estradas como, a RN 041 que liga os municípios de Currais Novos e Lagoa Nova, dentre outras atividades como, o incentivo a melhoria da rede hoteleira, dos equipamentos de lazer e alimentos/bebidas na região principalmente nas localidades aqui destacadas.

Dessa forma, espera-se que este trabalho possa contribuir com as pesquisas e reflexões referentes a área de turismo e desenvolvimento regional, principalmente em temas relacionados ao planejamento e gestão do turismo no Seridó Potiguar, instâncias de governança e políticas públicas do setor. Ademais, almeja-se que o estudo também possa colaborar com a comunidade civil mostrando o papel do turismo na região e suas perspectivas quando planejado e organizado e na comunidade científica o incentivo a outros estudos como, de demanda turística da região que até o presente momento não existe.

Portanto, a pesquisa evidenciou aspectos pouco debatidos na instância, bem como elencou as consequências da falta de interação dos municípios, quanto ao planejamento e gestão do turismo na região, observando que para o turismo realmente acontecer se faz necessário que todos os envolvidos trabalhem em conjunto, com metas e prazos estabelecidos a médio e longo prazo com vistas a alcançar os objetivos traçados pela instância, de incrementar o turismo de modo participativo e descentralizado.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1 ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA PÚBLICA

A política e sua influência na vida das pessoas não se tratam de uma situação recente, sendo de épocas remotas a ideia de liderança e sociedade, visto que os indivíduos procuraram se organizar em grupos por diversos motivos dentre eles, dividir tarefas e lutar pela sobrevivência em alguns casos em brigas por comida e território. Com a organização da sociedade e a conjuntura política sendo criada emerge o Estado com o intuito de colaborar e normatizar a vida em sociedade.

Dentre os objetivos do Estado, destaca-se a elaboração e aplicabilidade de documentos (planos, programas e projetos) a nível nacional, construído por eixos regionais e estaduais que resgate, reúna e articule dados e informações acerca das regiões turísticas. Além disso, os objetivos do Estado permeiam em ações relacionados a temas como: desigualdade social, distribuição de renda, geração e ocupação de empregos, demanda políticas públicas favoráveis possibilitando assim a oportunidade para o desenvolvimento local (Santos, 2013).

Em relação às principais características do Estado pode-se destacar a base jurídica que se constitui, a autonomia política, além de compartilhamento do poder político em que todos os municípios estão envolvidos (Pinho, 2012). Cabe ressaltar, que documentos como planos, programas e projetos são relevantes para poder executar as políticas, bem como possibilitar o desenvolvimento de um determinado local. Nesse sentido, o Estado contribui para que as ações sejam concretizadas e posteriormente os benefícios possam acontecer. Para Endres (2008) pelo prisma da ótica política entender o papel do Estado no turismo se torna relevante, haja vista que a este cabe a função de, dispor de métodos que possam contribuir para o aumento do fluxo turístico e da competitividade do sistema turístico.

Mediante a abordagem da autora reitera-se que tudo aquilo que for realizado em uma localidade necessita de uma análise, destacando a peculiaridade de cada uma e suas urgências como, por exemplo, os setores que necessitam de ação imediata que podem variar conforme as carências particulares.

Para Pinho (2012, p.17) “O Estado é uma sociedade política dotada de algumas características próprias, ou dos elementos essenciais a seguir descritos, que a distinguem das demais: povo, território e soberania”. Logo, o Estado tem papel

fundamental nas políticas de turismo, atuando como principal regulador, examinando e fiscalizando as gestões públicas, com o intuito de obter melhorias no setor, de maneira que se possam maximizar os benefícios da atividade nas localidades. Outrossim, é primordial observar aspectos como a estrutura que compõe o Estado e sua respectiva política atua com vistas ao aperfeiçoamento do setor e conseqüentemente ao seu crescimento (Santos, 2013). Sendo assim, pode-se dizer que o Estado normatiza as ações que podem ocorrer em um determinado local, sendo que esta responsabilidade necessita de um conjunto de deliberações, que em tese deveria envolver a sociedade civil.

Nessa perspectiva, para Bobbio (1987, p.33):

Na linguagem política de hoje, a expressão “sociedade civil” é geralmente empregada como um dos termos da grande dicotomia sociedade civil/Estado. O que quer dizer que não se pode determinar seu significado e delimitar sua extensão senão redefinindo simultaneamente o termo.

Logo, compreende-se que entender a sociedade civil e, por conseguinte o Estado não é uma tarefa fácil, dado que, o histórico de ambos é pautado em demandas por vezes numerosas dificultando algumas ações concretas como, distribuição de recursos e concretização de projetos.

Sendo assim, Bobbio (1987, p.73) diz que “[...] o Estado, entendido como ordenamento político de uma comunidade, nasce da dissolução da comunidade primitiva fundada sobre os laços de parentesco e da formação de comunidades mais amplas”. Destarte, mediante a abordagem do autor se verifica que para que o Estado possa atuar é necessário um bom diálogo com a comunidade, visto que, é dessa interação que se dispõe melhores resultados.

De acordo com Bobbio (1987) com a constituição das classes na sociedade, nasce o poder político, ou seja, o Estado, tendo como função essencial manter o domínio de tais classes, impedindo assim, que a sociedade fragmentada em classes não se modifique.

Neste sentido, pode-se afirmar que o Estado desde sua constituição vem desempenhando papel expressivo na sociedade uma vez que, é por meio de suas ações que se podem observar melhorias em uma localidade, ou seja, tudo depende das atuações efetivadas ou não por parte do Estado a um dado setor.

Por conseguinte, outra relação que carece discussão é a respeito do poder e seu envolvimento no turismo e nas ações realizadas em prol desta atividade, uma

vez que, as relações de poder em sua maioria são decisivas quando se trata da pasta do turismo especificamente.

Não obstante, o “poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (Weber, 1991, p.33). Ou seja, o poder está atrelado à imposição de alguma coisa a um ou mais indivíduos resultando em um domínio sobre uma situação.

As relações sociais estão atreladas ao convívio com outros indivíduos, bem como o compartilhamento de momentos como, por exemplo, na realização de uma viagem. O conteúdo de uma relação social por ter vários sentidos e atuar de acordo com o momento, por exemplo, nas relações políticas em que a solidariedade pode constituir-se numa coalisão de interesses (Weber, 1991).

Para Hall, 2004, p.230 “O envolvimento de pessoas no processo de planejamento e tomada de decisões que afetam sua comunidade é extremamente importante”, mas para que isto ocorra é preciso que haja aplicabilidade das políticas públicas específicas do setor, ação esta que compete ao Estado.

As políticas públicas desempenham papel relevante para que uma localidade possa desenvolver-se de maneira adequada para com o desenvolvimento proposto pelas esferas federal, estadual, regional e local. Logo, pode-se afirmar que as políticas públicas devem inserir a sociedade no processo de construção e execução, o que pode acarretar na melhoria e posteriormente no reconhecimento da comunidade por estes benefícios, assim como, o interesse desta em querer participar deste processo de construção das políticas públicas.

O conceito de política pública é bastante complexo, estando atrelado a questões de âmbito social, político, econômico, ambiental e tecnológico além do contexto cultural, assim se percebe a interferência do Estado por meio de métodos que culminam no planejamento (Nóbrega & Queiroz, 2006). Desse modo, Gastal e Moesch (2007, p.40) afirmam que:

O conceito de políticas públicas se constrói, historicamente, como o conjunto de ações que objetivem construir o controle social sobre bens, serviços e obras públicas, de modo que estes sejam desfrutados de maneira efetiva por toda a sociedade.

A política pública compreende um conjunto de medidas a serem planejadas, executadas e monitoradas em âmbito federal, estadual, regional e local favorecendo desse modo seu desempenho. Para que as políticas públicas possam ocorrer

satisfatoriamente é preciso que haja planejamento, tanto das ações quanto dos resultados que se deseja obter.

Desse modo, a política pública está atrelada as melhorias direcionadas a uma área/setor, ou seja, são atividades/ações realizadas pelo Estado que interferem diretamente numa área, resumidamente podendo ser apontada como aquilo que o governo decide ou não fazer, tais políticas partem do campo federal até o municipal tendo como objetivo atender as demandas da sociedade. Assim, de acordo com Teixeira (2002, p.2):

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

É na esfera municipal que se espera maiores incentivos a efetivação das políticas públicas, pois é a partir do local que as outras esferas despontam para incluir melhorias nas localidades, por exemplo, se um prefeito deseja construir estradas que dão acesso ao seu respectivo município é necessário que este idealize um projeto, e procure a esfera federal ou estadual para acessar recursos financeiros e realizar tal melhoria. Nesse sentido, a política pública norteará as ações públicas bem como as intervenções pertinentes, encaminhando as medidas de modo que viabilize possíveis avanços.

Dessa forma, pode-se dizer que as políticas públicas dão ação àquilo que os políticos decidem realizar ou não em um lugar, atrelado muitas vezes ao grau de beneficiamento que terão a posterior como, cargos no governo, salários altos e apoio político. Nesse sentido, de acordo com Dye (2005, p. 1), política pública refere-se aquilo:

O que o governo escolhe fazer ou não fazer. Governos fazem muitas coisas. Eles regulam conflitos no interior da sociedade, eles organizam sociedade para enfrentar conflitos com outras sociedades; eles distribuem uma grande variedade de recompensas simbólicas e serviços materiais para membros da sociedade, e eles extraem dinheiro da sociedade, mais frequentemente sob a forma de taxas. Então, políticas públicas podem regular comportamentos, organizar burocracias, distribuir benefícios, ou extrair taxas- ou todas essas coisas de uma só vez.

Por conseguinte, os benefícios de uma política pública ocorrerão de acordo com a distribuição que é realizada pelo poder público é o norte para as questões desta natureza, além disso, a formulação e implementação das políticas públicas

são etapas cruciais para identificar as melhorias pertinentes para o setor nas localidades.

Para tanto, as políticas públicas deverão estar concatenadas às análises dos diferentes ambientes como, econômico, ambiental, social e cultural dos destinos turísticos, com o intuito de formular novas estratégias de desenvolvimento, promovendo o diálogo entre o público, o privado e a comunidade. O poder público necessita atravessar o campo do atendimento aos interesses individuais ou de um setor específico, buscando uma gestão compartilhada haja vista que por meio da participação é possível reconhecer os problemas e propor as estratégias de intervenção pertinentes para o desenvolvimento do município (Santos, 2013).

A política pública deve fortalecer diferentes grupos, inclusive o Estado, ademais, é primordial que a iniciativa privada participe deste processo, uma vez que são estes atores sociais que fortalecem a infraestrutura específica nos lugares tais como, empreendimentos hoteleiros, equipamentos de restauração, bem como, de entretenimento e lazer, entre outros.

Logo, verifica-se que a junção dos níveis de atores sociais – poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade local- se apresenta como relevante por propiciar a coletividade nas ações deste cunho, bem como por socializar as medidas e metas projetadas para o futuro da atividade, visto que por meio do esforço coletivo pode ser possível atingir metas em âmbito local como, aumento da renda por meio de atividades como guiamento, produção de artesanato e gastronomia.

Para Barbosa (2009) existem três fases importantes da política pública sendo: a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas. A formulação consiste em elaborar estratégias alternativas das políticas públicas, analisando as propostas de ação, escolhendo a equipe e seus respectivos membros, para que assim as propostas elaboradas possam ser concretizadas.

Quanto à implementação das políticas públicas, esta etapa compreende definir o que é possível ser realizado, detectar os problemas que podem acontecer e identificar suas soluções com a aplicabilidade das políticas públicas. Tem-se ainda a avaliação das políticas públicas que consiste em monitorar e avaliar as ações já concretizadas do turismo, verificando as possibilidades e entraves da atividade nos municípios. Logo, de acordo com Wu *et al* (2014):

As políticas públicas ocupam um lugar central no mundo dos gestores públicos, fornecendo-lhes potencialmente tanto a legitimidade quanto os recursos de que necessitam para executar suas tarefas em alto nível de inteligência, sofisticação e competência (Wu *et al*, 2014, p.13).

Em se tratando do turismo, as políticas públicas são importantes para que o setor possa se desenvolver nas localidades de maneira sustentável e participativa no âmbito da comunidade local, uma vez que as políticas públicas de turismo poderão apontar quais as ações e medidas que deverão ser tomadas para que a atividade turística tenha êxito.

2.1.1 Políticas Públicas de Turismo

O turismo vem despontando cada vez mais como atividade econômica e social em diferentes lugares. Fatores como, dinamização da renda local, e valorização cultural, vem despertando interesse da comunidade e seus diversos agentes com o intuito de colaborar com o desenvolvimento de atividades que possam trazer retorno nos âmbitos social, econômico, político, cultural e ambiental dos municípios. Nesse sentido, de acordo com Moesch (2002, p.9) o turismo é:

Uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição interam-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade / subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico.

De acordo com a autora pode-se afirmar que o turismo se apresenta como complexo, em virtude dos vários itens que o compõe desde as relações interpessoais perpassadas por meio da hospitalidade na acolhida ao turista/visitante até os serviços de hospedagem, transporte, alimentação e entretenimento, necessários para a execução/prática da atividade. “O turismo passou a ocupar várias posições diferentes nas estruturas administrativas governamentais em diferentes partes do mundo” (Hall, 2004, p.196). Dessa forma, se mostra a pertinência das discussões acerca das políticas do turismo e sua proporção nos lugares, visto que, por conseguinte se podem alcançar novos nichos de mercado diversificando a oferta local.

Vale salientar, que a política de turismo quando discutida amplia as possibilidades de aplicabilidade. Além disso, compreender as políticas públicas

destaca-se como relevante por entender as causas e consequências destas corroborando para melhorar a sociedade (Hall, 2004).

Assim sendo, no turismo, a presença do Estado está cada vez mais evidente e proporciona dinamicidade à atividade, haja vista a aplicabilidade de diversas políticas, ademais, tal atuação age enquanto norte para o desenvolvimento de novas práticas e atividades. Nessa lógica:

[...] o Estado tem sido uma das forças propulsoras e facilitadoras do desenvolvimento econômico, ampliando a acumulação do capital. Na atividade turística isto não tem sido diferente, embora tenha sido ideologicamente implantada na sociedade a ideia de que desenvolvimento econômico é igual a progresso e a melhoria social, a realidade sob o capitalismo tem se mostrado uma oposição a essa afirmação. Quanto mais perdura e se amplia a economia capitalista, maiores têm sido as desigualdades e os problemas sociais. Partindo desse pressuposto, é importante rever de forma mais minuciosa a participação do Estado ao longo do desenvolvimento do turismo, etapa do próprio desenvolvimento das forças produtivas do capital (Thevenin, 2011, p.130).

Diante disso, expor o trabalho que vem sendo desenvolvido com relação ao turismo apresenta-se como pertinente uma vez que, pode ser levantado o que necessita ser melhorado, da mesma maneira que, as oportunidades que podem ser trabalhadas. Um exemplo são os estudos acadêmicos que já vem sendo realizados, e conseqüentemente às discussões acerca do turismo e sua execução nos municípios. Vale salientar, ainda que muitas são as discussões que cercam o turismo dentre estas a referente aos aspectos sociais, isto porque, em muitas localidades o envolvimento social apresenta-se forte, corroborando com impactos positivos no ambiente.

A atividade do turismo pode ser melhor conduzida por meio da implementação das políticas públicas e, portanto como consequência tem-se o planejamento, este último primordial para que a atividade turística transcorra bem nos destinos. Ainda assim, a sociedade tem relação direta com o desenvolvimento do turismo, visto que por meio de tal participação a oferta local pode ser melhorada acarretando no avanço do setor nas localidades. Assim sendo, “a elaboração de políticas de turismo pressupõe o conhecimento prévio da realidade local, regional e nacional e o envolvimento dos diversos setores da sociedade” (Oliveira & Queiroz, 2009, p.227).

Ao perceber o turismo enquanto uma atividade geradora de riquezas em todo o mundo, o Brasil começa a despontar a partir da década de 1930 para as políticas públicas direcionadas a área, isto como uma forma de incentivar o crescimento do

país principalmente no âmbito econômico. No entanto, é no ano de 2003 que se verifica interesse preponderante do governo para com o turismo, desenhando um novo cenário para o turismo no Brasil (Beni, 2006).

Desse modo, verificou-se que a partir da criação do Ministério do Turismo (MTur) em 2003, tendo uma pasta que abrangesse a complexidade do turismo, houve maior incentivo a atividade do mesmo modo que passou-se a discuti-la com maior intensidade e, conseqüentemente, constituindo um cenário considerável para sua expansão.

Entretanto, “pensar em política é cuidar dos diversos problemas inerentes à questão de interesse da coletividade, portanto a participação ou não no processo nos torna responsáveis pelas decisões de escala macro, bem como pelas ações em menores proporções” (Nóbrega, 2007, p.132).

Cabe ressaltar, que a política pública de turismo estabelece as propostas e demonstra sua relevância enquanto facilitadora para implementação de novas estratégias de desenvolvimento para o setor. Por outro lado, a participação dos atores sociais como comunidade e terceiro setor, colocando-se aqui as Organizações Não Governamentais (ONG's), associações, cooperativas, fundações, sindicatos entre outras entidades são fundamentais para que a política pública de turismo alcance o patamar desejado de descentralização de poder, posto que, mediante a descentralização do poder se pode alcançar novas metas como a organização de conselhos municipais de turismo que possam ajudar no processo do desenvolvimento da atividade. Assim, sobre as ONG's, Dias (2008, p.125) afirma que:

Cumprem um importante papel na construção de políticas públicas e na implementação de mudanças, pois apresentam de um modo geral maior legitimidade, por não se identificar, em termos organizacionais, com o Estado e nem com o mercado, situando-se desse modo numa posição mais identificada com a defesa dos interesses gerais.

Logo, percebe-se que as ONG's exercem a função de promover a participação de diferentes grupos de indivíduos como, ambientalistas entre outros em uma mesma discussão. Assim, o processo de descentralização pode colaborar não apenas com o desenvolvimento do turismo, mas também para que sejam envolvidos diversas representações da sociedade, gerando um ambiente de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de turismo, cooperando com sugestões e melhorias constantemente.

Nesse sentido, Fonseca (2005, p.82) aponta que “as políticas públicas de turismo implementadas no Brasil nos últimos anos, têm provocado a reestruturação do espaço em grandes extensões [...] ao procurar adequá-lo ao exercício dessa nova função econômica”.

Diante do exposto, pode-se afirmar que em virtude de diversas políticas implementadas nos espaços, estes vêm passando por diversas mudanças de cunho diversificado como, por exemplo, no âmbito dos espaços com a adequação para novos empreendimentos turísticos que podem ser meios de hospedagem, equipamentos de lazer e entretenimento, alimentos e bebidas, dentre outros.

A política pública de turismo trata-se ainda de uma direção voltada para o desenvolvimento articulado e detalhado do turismo em um destino, isto porque a inexistência ou incipiência de tais políticas poderão contribuir para que o fomento a atividade não aconteça de maneira eficiente. Cabe ressaltar, que “uma política pública de turismo será eficiente e democratizante se for implantada por uma estrutura administrativa leve e economicamente ágil” (Gastal & Moesch, 2007, p.50).

Assim, percebe-se a carência da habilidade que o poder público tem para construir um ambiente propício para o desenvolvimento do turismo nas localidades, haja vista que para a atividade acontecer adequadamente é preciso uma composição administrativa equilibrada para que as decisões sejam tomadas de forma apropriada.

Sendo assim, “um dos aspectos de grande relevância nas políticas públicas é o de que a participação política deve ser um elemento de fundamental importância para a fiscalização e a cobrança sobre a garantia da população dos direitos da população” (Bahia & Figueiredo, 2013, p.252).

Logo, percebe-se que a participação no âmbito político contribui para que a área em destaque possa desenvolver-se de maneira adequada, ajudando assim com novas perspectivas. Além disso, é preciso atentar-se para as questões sociais que tem relação direta com o turismo, haja vista a complexidade deste fenômeno na contemporaneidade.

O desenvolvimento turístico deve considerar vários aspectos como, o planejamento, a integração, a sustentabilidade e a atuação dos agentes que constituem a atividade turística. Nessa acepção, evidencia-se a necessidade de envolver o poder público, a iniciativa privada, a sociedade civil organizada e a população local no processo de incremento deste (Virgínio, 2011).

Diante da afirmação anterior é possível considerar que para o desenvolvimento ocorrer de modo satisfatório, é primordial observar a aplicabilidade das políticas de turismo, visto que estas são primordiais para o melhor rendimento do turismo nos destinos, além do envolvimento dos diversos agentes que tem direcionamento direto ou indireto com a atividade turística.

Quadro 01: Processo de política, formulação e estratégias e implementação em turismo.

FASE DE DEFINIÇÕES	FASE ANALÍTICA	FASE OPERACIONAL	FASE DE IMPLEMENTAÇÃO
Definição do sistema turístico da destinação	<i>Análise interna</i> *Revisão das políticas e dos programas existentes; *Auditoria de recursos;	Identificação de conclusões estratégicas	Implementação de conclusões estratégicas
Análise de uma filosofia turística			
Construção de uma visão da destinação	*Análise estratégica de impacto.	Integração das conclusões para o desenvolvimento de oferta e demanda	Alocação de responsabilidades para a implementação de recomendações
Especificação da destinação			
Objetivos e limites	<i>Análise externa</i> *Análise em nível macro, da demanda atual e futura; *Análise em nível micro, da demanda e dos comportamentos atuais e dos futuros; *Revisão do desenvolvimento turístico competitivo e harmônico e das políticas de promoção	Recomendações de políticas / programas	Identificação de fontes de financiamento para sustentar iniciativas competitivas e programas de administração Especificação do calendário para a implementação de recomendações

Fonte: Mcintosh (2002, p. 309) *apud* Nóbrega (2012, p.116-117).

Diante do quadro exposto pode-se afirmar que o processo de formulação e aplicação das políticas públicas de turismo perpassa por um trajeto que, exige dos atores envolvidos análise de diversos aspectos para que a implementação seja realizada de forma efetiva. Na fase das definições é onde se constrói os objetivos e se define as metas para a destinação, especificando o sistema turístico e suas especificidades. Por conseguinte, tem-se a fase analítica que é quando se faz uma

revisão do que já existe e das ações necessárias para que o desenvolvimento turístico possa acontecer nas localidades. Na fase operacional identifica-se as estratégias e se faz as conclusões com vistas a conseguir encontrar recomendações que possam contribuir com o incremento do turismo. Por fim, na fase de implementação, identifica-se as fontes de financiamento e se coloca as partes anteriores em prática a fim de alcançar os objetivos traçados no início.

Para tanto, de acordo com Hall (2004, p.184) “podemos identificar vários papéis do governo no turismo, embora possa haver variações de um local para o outro em termos do grau em que eles são aplicáveis”, desse modo, os formuladores da política de turismo mesmo com sua visão macro necessitam enxergar o micro para que se possa adequar a implementação das políticas de turismo a realidade de cada município.

Vale salientar, que a política de turismo quando tratada amplia as possibilidades de aplicação dessas. Além disso, compreender as políticas públicas destaca-se como uma forte maneira para poder entender as causas e consequências destas cooperando para melhorar a situação da sociedade local (Hall, 2004).

Nesse sentido, Oliveira e Queiroz (2009, p. 227) afirmam que “a elaboração de políticas de turismo pressupõe o conhecimento prévio da realidade local, regional e nacional e o envolvimento dos diversos setores da sociedade”. Diante dessa afirmação observa-se, que para uma boa aplicação das políticas do turismo é necessário que haja uma melhor articulação para que tal iniciativa seja realizada de acordo com os anseios e necessidades locais.

Conforme já discutido anteriormente, para que as políticas públicas de turismo possam ser implementadas de maneira satisfatória é necessário que essa possa ser aplicada de acordo com a particularidade de cada destino. No Brasil, as discussões acerca da política de turismo teve início na década de 1930, no entanto, é a partir de 1966 com a criação da Embratur que se inicia uma discussão mais aprofundada acerca da atividade no país. Para Beni (2006, p.18):

As políticas públicas de turismo no Brasil sempre tiveram impacto sobre o setor propriamente dito e sobre Estados e municípios, o que poderia justificar, em parte, desacertos acerca da ausência constante de uma organização maior que indicasse explicitamente objetivos, metas, prioridades e metodologia na elaboração de projetos e programas.

Assim sendo, as políticas públicas direcionadas ao campo do turismo foram se adequando com as mudanças decorrentes em cada ano como, por exemplo, o aumento da inflação, bem como o preço de alguns serviços direcionados ao turismo como passagens aéreas e pacotes turísticos, apresentando-se mais baixos naqueles momentos em que o fluxo diminui e tornando-se alta em épocas de intensidade de demanda podendo-se analisar os pontos frágeis e as melhorias adquiridas com a execução de tais políticas.

Para Solha (2006, p. 91) “muitas vezes não existe uma formalização das políticas, mas elas podem ser percebidas pelas estruturas criadas pelo poder público para dar apoio ao setor e, também, pelas ações das diversas áreas governamentais no turismo”. Logo, se percebe que a efetividade das políticas públicas ainda é um desafio dos gestores públicos isto em detrimento de diversos fatores, dentre eles, a intencionalidade política e sua expressividade no âmbito do turismo.

Além disso, a política pública de turismo também pode potencializar, para que as ações em favor da atividade sejam efetivamente concretizadas, bem como que projetos e planos futuros sejam realizados com vistas ao crescimento da atividade no âmbito municipal. Sendo assim, Solha (2006, p.94) aponta que:

A formulação da política de turismo deve contemplar a observação e a análise da situação de modo macro e deve ser capaz de orientar a tomada de decisões de longo prazo, e, portanto, são necessárias informações constantemente atualizadas e é preciso contar com o envolvimento e o compromisso dos diversos segmentos que atuam no turismo, a fim de promover e estimular a participação contínua e realista nas decisões.

Os financiamentos e recursos financeiros direcionados ao turismo nas diversas regiões brasileiras começaram a emoldurar um novo cenário para a atividade no país, em que conforme tal prática se expandia, a necessidade de infraestrutura adequada para recepção dos turistas/visitantes aumentava gradativamente, com isso novas linhas de crédito foram apontadas para o turismo o que logo contribuiu para o crescimento do número de empreendimentos na área (Fonseca, 2005).

Todavia, conforme aponta Fonseca (2005, p.96-97):

A expansão do turismo no Nordeste brasileiro foi idealizada e definida pelo governo federal em parceria com os governos estaduais. A implementação de uma política de turismo para o Nordeste visava inserir essa região, economicamente periférica e marginal, nas rotas do turismo doméstico e internacional.

Com esta inserção a região Nordeste do Brasil passou a ser mais divulgada e discutida com notoriedade, tanto que documentos, trabalhos acadêmicos e outros materiais impressos e virtuais elaborados por pesquisadores, estudantes e professores demonstraram a relevância desta área, bem como, a potencialidade para a prática de ações de cunho turístico.

Dentre os Estados que compõem a região Nordeste destaca-se o Rio Grande do Norte, por ser um Estado que dispõe de diversas potencialidades no âmbito cultural, natural e histórico apresentando-se deste modo, como um lugar propício para receber visitantes, no entanto, não basta apenas ter potencial e atrativo que podem ser trabalhados turisticamente, mas sim, estruturar os destinos para que assim sejam passíveis de visita, logo, equipar o lugar com infraestrutura básica e turística, além de mão de obra qualificada são fatores cruciais para o bom desempenho da atividade nestes aglomerados. Para Taveira (2008, p. 73):

O turismo no Rio Grande do Norte, concentrado e centralizado nas regiões litorâneas, revela sublimemente as políticas de turismo estaduais que têm como pano de fundo o discurso do desenvolvimento social, econômico, político e ecológico- ambiental.

Dentre as principais ações do governo em prol do turismo em âmbito nacional destaca-se o Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) que tem como objetivo fortalecer a política nacional de turismo consolidando o gerenciamento da atividade turística com os vieses democrático e sustentável, alinhando os investimentos regionais, estaduais e municipais a um exemplo de desenvolvimento turístico nacional priorizando a geração de emprego e renda para a população local (MTur, 2015).

O PRODETUR/NE de acordo com Fonseca (2005, p.99) “contou com o apoio do governo federal e dos estados nordestinos e recebeu financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que foi repassado para os estados que fazem parte do programa pelo Banco do Nordeste, seu executor financeiro”.

A autora ainda destaca que o PRODETUR/NE colaborou para que o Nordeste brasileiro pudesse contar com uma estrutura para receber uma expressiva demanda de turistas, que posteriormente poderiam vir aos municípios que compõem a região, assim como, trazendo reflexões acerca dos investimentos necessários para que se pudessem obter resultados positivos com a execução do programa.

Por meio do programa foi implantado no Rio Grande do Norte especificamente na capital do Estado – Natal - o Projeto Parque das Dunas/ Via

Costeira com o intuito de dispor da infraestrutura turística apropriada para receber a demanda de visitantes, fato este que elencou uma série de outras ações em âmbito estadual que contribuíram para a gerência do turismo no Estado.

Cabe ressaltar, que os maiores investimentos do PRODETUR/NE no Rio Grande do Norte foram dirigidos primordialmente aos municípios que compõem o polo Costa das Dunas, mas também foram disponibilizados recursos para o interior com intuito de estruturar os municípios para o advento do turismo. “O Polo Seridó passou a ser beneficiado com recursos do Ministério do Turismo para investir em eventos tradicionais e em programas que tinham como fundamento principal impulsionar a atividade” (Alves, 2010.p.67).

Dessa forma, o turismo na região Seridó (objeto deste estudo) vem atravessando por ações turísticas bem pontuais como, por exemplo, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), que trouxe reflexões e apresentou alguns dos gargalos existentes nas localidades que compõem o Seridó, mas as propostas ainda não foram devidamente efetivadas, ou seja, o plano não saiu do papel evidenciando os municípios do Roteiro Seridó estes abordados nesta pesquisa. Nessa perspectiva, para Fonseca (2005, p.119) “antes da implantação do PD/VC, o RN ocupava posição marginal no turismo nordestino e, segundo entendimento do poder público, tal situação era decorrente da precariedade da rede hoteleira no Estado”.

Paralelo à elaboração do projeto Parque das Dunas/ Via Costeira foram implantados hotéis no interior do Estado, tendo a capital do Estado – Natal – se consolidado como relevante polo turístico, na qual o turismo passa a ser uma opção econômica para a região. Posterior a sua consolidação como produto turístico, roteiros foram implantados, surgindo novas possibilidades de diversificação e ampliação da atividade turística. No ano de 1998, o Banco do Nordeste iniciou o processo de constituição dos polos de desenvolvimento turístico, aspirando comparações com vistas à sustentabilidade. Os polos de turismo tinham por intuito promover o desenvolvimento constante do turismo nos locais vocacionados para sua prática (Taveira, 2008).

Nesta lógica, Nóbrega e Araújo (2015, p.97) afirmam que:

As estratégias governamentais de constituir aglomerados empresariais regionais, arranjos produtivos locais e, polos turísticos são algumas das ações deliberadas por gestores públicos e privados no intuito de garantir uma maior produtividade e qualidade no produto e, ou, serviço oferecido para gerar o desenvolvimento regional.

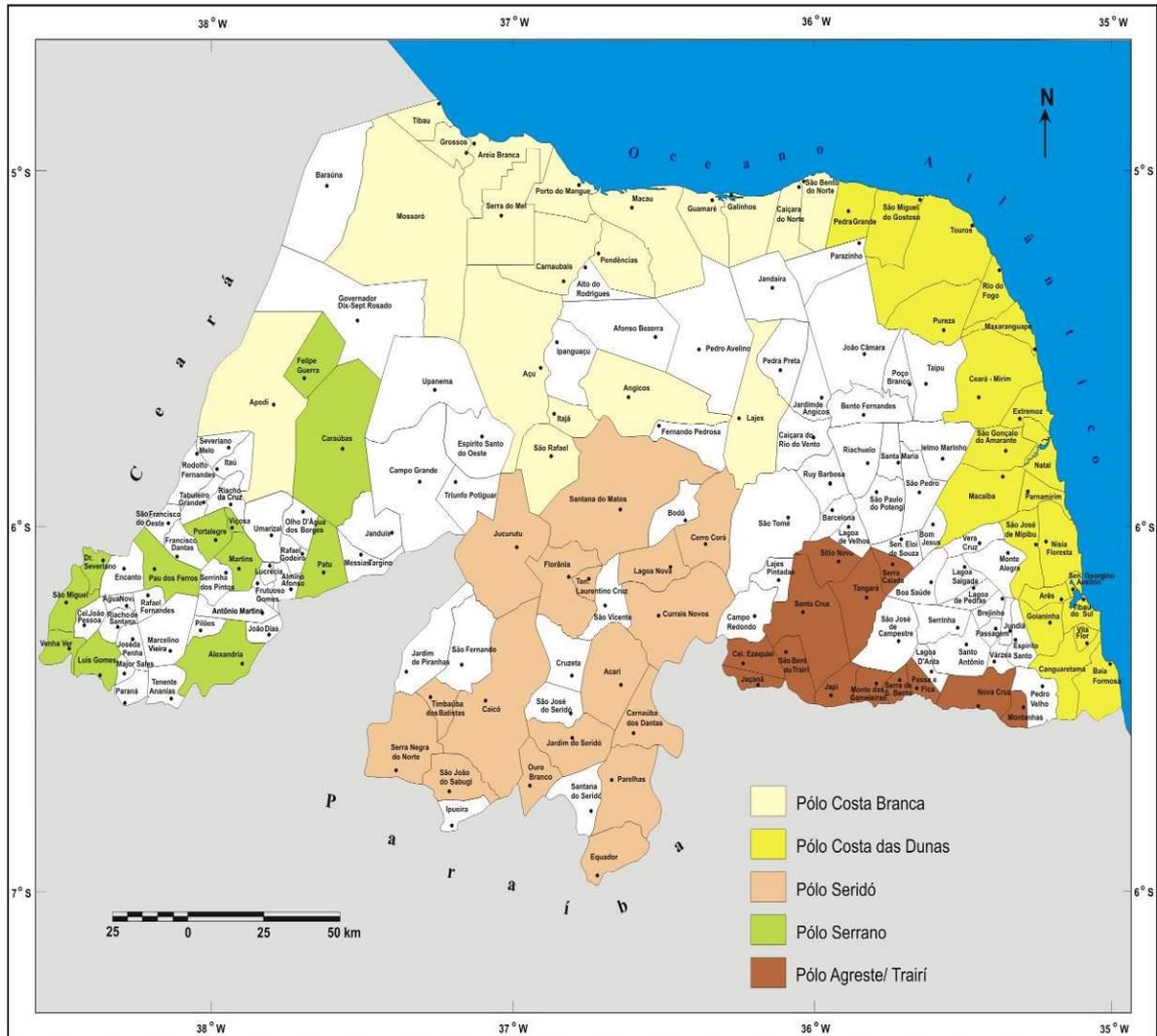
Os municípios que compõem os polos turísticos são dotados de atrativos expressivos, o litoral com diversas praias, lagoas, outros propícios para atividades de cunho esportivo e de lazer, além do acervo cultural nas localidades do oeste do Estado com destaque para o município de Mossoró, e Apodi. Destaca-se também a região serrana com as cidades de Martins e Portalegre. Dentro do contexto dos atrativos turísticos do RN vale salientar, a região do Seridó Potiguar que vem tendo maior destaque no âmbito cultural, esportivo, religioso e gastronômico com destaque para Lagoa Nova com um clima ameno, e aspectos peculiares como a gastronomia com pratos típicos e passeios que levam a paisagens de relevante beleza cênica. Outro município é, Cerro Corá, que conta com mirantes, diversos eventos durante todo o ano e relevante aspectos culturais como danças e crenças populares.

O município de Currais Novos destaca-se pela religiosidade, gastronomia, traços culturais e históricos que ultrapassam gerações, além disso, existem muitos outros municípios com potencialidades que ao decorrer deste trabalho serão descritos. Outro ponto que merece destaque é a infraestrutura, esta adequada para a realização da atividade turística, com notoriedade para o Polo Costa das Dunas que abarca os municípios próximos à Natal, colaborando para a divulgação e posteriormente para um maior fluxo de visitantes. Vale salientar, que os demais polos do RN detêm de variedade em infraestrutura, assim como, de atrativos, gastronomia e cultura local.

Na figura 01 pode-se observar os polos turísticos do Estado destacando suas particularidades que podem ser observados mediante a evidência de cada área. Dessa forma, é possível ter uma noção geral dos pontos com destaque para o Polo Seridó que é o objeto deste estudo especificamente.

Observa-se, então, que os referidos polos estão distribuídos em um espaço que engloba diversos municípios, fator este positivo, haja vista que assim mais municípios podem participar no referido polo, mostrando suas características e potencialidades para o desenvolvimento turístico.

Figura 01: Polos de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte.



Fonte: Mapa Base IBGE, 2000, adaptado por L. FERREIRA. Dados fornecidos pela SETUR-RN, 2008.

Fonte: Ferreira e Rodrigues, 2011.

O Polo de Turismo Costa das Dunas de acordo com o MTur (2016) é composto pelos municípios apresentados no quadro 02. Este polo tem em suas principais potencialidades o turismo de sol e mar, patrimônio cultural e geológico.

Quadro 02: Municípios membros do Polo Costa das Dunas.

I- Pedra Grande	X- Tibau do Sul
II- São Miguel do Gostoso	XI- Baía Formosa
III- Touros	XII- Canguaretama
IV- Rio do Fogo	XIII- São José de Mipibu
V- Maxaranguape	XIV- Nísia Floresta

VI- Ceará- Mirim	XV- Parnamirim
VII- Extremoz	XVI- São Gonçalo do Amarante
VIII- Natal	XVII- Macaíba
IX- Senador Georgino Avelino	

Fonte: Elaboração própria, a partir do Mtur (2016).

Dentre estes municípios pode-se destacar Natal e Tibau do Sul uma vez que estes estão inseridos no projeto dos 65 destinos indutores do Brasil². Já, o quadro 03 apresenta os municípios que compõem o Polo Serrano. Dentre os principais aspectos turísticos deste polo podem-se destacar as paisagens naturais, o clima frio (na maior parte do ano) e os aspectos culturais.

Quadro 03: Municípios componentes do Polo Serrano.

I- Alexandria	XI- Patu
II- Apodi	XII- Pau dos Ferros
III- José da Penha	XIII- Portalegre
IV- Caraúbas	XIV- São Miguel
V- Doutor Severiano	XV- Venha Ver
VI- Frutuoso Gomes	XVI- Viçosa
VII- Lucrécia	XVII- Riacho da Cruz
VIII- Luís Gomes	XVIII- Serrinha dos Pintos
IX- Major Sales	
X- Martins	

Fonte: Elaboração própria, a partir do Mtur (2016).

Dos municípios destacados no quadro 03 os que mais se sobressaem são Martins com suas serras aptas a prática de atividades de cunho aventureiro e de contato com a natureza, além de um clima ameno sendo um dos principais motivos pelo qual contribui para a visitação na localidade durante todo o ano. Além desse, tem-se Patu conhecido como a “cidade dos ventos” e, portanto, a principal do Estado para a realiza o de voos livre como as modalidades de asa delta e o parapente. O

² O projeto 65 Destinos Indutores tem como objetivo capacitar os atores locais para a gestão em turismo, ampliar os conhecimentos sobre planejamento estratégico, fortalecer a governança e a inter-rela o dos destinos com as regiões em que estão inseridos (MTur, 2016).

município de Pau dos Ferros é o principal da região alto oeste, tendo nos eventos e nos negócios sua evidência no âmbito do turismo. Outro local que institui relevância no turismo do polo serrano é Portalegre com uma área serrana constituída por mirantes e paisagens de destacada beleza cênica.

O Polo Seridó, que distingue-se pelo potencial cultural e histórico que detém, bem como pelas paisagens de relevante beleza cênica, principalmente nos ambientes serranos como nos municípios de Lagoa Nova, Cerro Corá e Tenente Laurentino, além da potencialidade do polo para a prática do turismo de aventura, trilhas interpretativas, turismo cultural e turismo de eventos, com destaque para os eventos de cunho religioso e festivo. O quadro 04 apresenta os municípios que compõem o Polo Seridó.

Quadro 04: Municípios integrantes do Polo Seridó.

I- Acari
II- Caicó
III- Carnaúba dos Dantas
IV- Cerro Corá
V- Currais Novos
VI- Parelhas
VII- Lagoa Nova
VIII- Florânia
XI- Santana do Matos

Fonte: Elaboração própria, a partir do Mtur (2016).

No entanto, cabe ressaltar, que para a realização deste estudo foram escolhidos oito municípios conforme abordado anteriormente, isto em virtude de seu destaque na região e principalmente por serem aqueles que participaram do Roteiro Seridó.

Outra ação deliberada que seguiu a mesma lógica da tentativa de regionalização foi por meio da instituição do Polo Costa Branca através do Decreto nº 18.187 de 15 de abril de 2005, tendo em suas principais características à produção de petróleo e sal. A região cumpre também papel relevante na agricultura e pecuária do Estado do RN. No turismo detêm potencial para o turismo cultural, turismo de negócios e turismo de aventura. O quadro 05 destaca os municípios que integram o Polo Costa Branca.

Quadro 05: Municípios componentes do Polo Costa Branca.

I- Areia Branca	IX- Serra do Mel
II- Galinhos	X- Tibau
III- Grossos	
IV- Guamaré	
V- Macau	
VI- Mossoró	
VII-Porto do Mangue	
VIII- São Rafael	

Fonte: Elaboração própria, a partir do Mtur (2016). 2016.

O último polo constituído foi o Polo Agreste-Trairi, sendo que dentre as potencialidades turísticas deste polo pode-se destacar a cultura e a religiosidade, tendo como destaque ainda o turismo de aventura que pode ser desenvolvido se planejado e organizado. A seguir, o quadro 06 apresenta os municípios que compõem o polo Agreste- Trairi.

Quadro 06: Municípios componentes do Polo Agreste- Trairi.

I- Coronel Ezequiel	IX- Serra de São Bento
II- Sítio Novo	X- Tangará
III- Jaçanã	XI- São José do Campestre
IV- Montanhas	
V- Monte das Gameleiras	
VI- Nova Cruz	
VII-Passa e Fica	
VIII- Santa Cruz	

Fonte: Elaboração própria, a partir do Mtur (2016).

Verificando-se os decretos de cada polo é possível observar que os objetivos destes são comuns, haja vista que em ambos, a premissa básica é desenvolver as potencialidades de seus municípios, bem como sensibilizar a comunidade acerca da importância do turismo e seu desenvolvimento nestas localidades.

Cabe ressaltar, que todos os polos do RN têm suas instâncias de governança ou conselhos de turismo constituídos, conforme decretos publicados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, além disso, os referidos polos possuem Regimento Interno, seguindo as mesmas orientações, trazendo em sua estrutura as orientações e deliberações pertinentes para o funcionamento e direcionamento das reuniões dos conselhos. Diante do exposto, Virgínio (2011, p. 76) aponta que:

No que se refere à descentralização, os conselhos regionais são um espaço em que a hierarquia das políticas de turismo a nível nacional se apresenta de forma a torná-lo independente em sua atuação, isto é, no processo de suas atividades, não esquecendo a quem está vinculado e qual política deve seguir, no caso àquelas em consonância com as metas do Ministério do Turismo. Esse fator dá a oportunidade, além de outras coisas, do discurso para seus representantes e para toda a cadeia de ouvir os anseios daqueles setores envolvidos no turismo, desde as Instituições de Ensino Superior (IES) a Instituições privadas e/ou financeiras.

A autora se refere à ideia de que os conselhos regionais são estruturas que podem dar maior celeridade, além de promover uma maior participação de diferentes atores no processo de desenvolvimento da atividade turística de modo descentralizado, pois com este tipo de gestão para apoiar as políticas públicas é possível obter a aplicabilidade dos preceitos indicados pelo MTur, e assim desenvolver um turismo onde haja participação da comunidade, através de seus representantes no Conselho, e de todos os atores envolvidos diretamente e/ou indiretamente com o turismo nos mais diferentes municípios.

Pode-se destacar ainda a construção de um importante documento para nortear as ações dos polos sendo este o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), porém este documento foi elaborado em apenas três polos, a saber: Polo Costa das Dunas, Polo Seridó e Polo Costa Branca. Dos outros polos o Agreste\Trairi está com o PDITS em fase de construção, e o Serrano ainda não foi contemplado com este documento, mas é fundamental que seja elaborado, uma vez que este traz recomendações e orientações para desenvolver o turismo de modo sustentável e integrado com a comunidade local.

Tratando-se especificamente do Polo Seridó, no qual os municípios desta pesquisa estão inseridos, o referido dispõe de uma estrutura em sua instância de governança onde há participação da comunidade por meio de representantes de associações, além da representação do meio acadêmico, sistema "S", *trade* turístico e poder público nas esferas federal, estadual e municipal.

Dessa forma, verifica-se a relevância dos polos de turismo para o desenvolvimento da atividade nas localidades, bem como para que se possa alcançar o desenvolvimento regional proposto por diversos autores e que há algum tempo vem sendo discutido no ambiente acadêmico e social.

No entanto, é necessário atentar-se ao entendimento do município, visto que é neste onde os investimentos poderão ocorrer visando o desenvolvimento turístico, assim como, onde os principais pontos positivos devem ser diluídos. Dessa forma, “com o termo município são designados os diferentes tipos de organizações políticas cuja função é administrar os interesses particulares de comunidades instaladas no território de um país” (Boullón, 2005, p.39). Conforme a afirmação anterior é possível dizer que, cada município detém de pontos a serem trabalhados e observados pelos gestores, na intenção de com a estruturação se possa obter os itens necessários para que o destino se torne turisticamente visitado.

2.2 O PLANEJAMENTO E SUA RELEVÂNCIA PARA O TURISMO

Para que o planejamento possa ser efetivado é necessário que haja uma materialização. Este processo ocorre por meio da elaboração de planos, programas e projetos como, por exemplo, no caso do planejamento turístico, os planos nacionais de turismo, os programas como o PRT e os projetos como, o de promoção de eventos e outros. Por meio destes instrumentos, se pode analisar as decisões imediatas e futuras a serem tomadas para que tudo ocorra conforme almejado. O planejamento pode propiciar desenvolvimento no âmbito econômico, social, ambiental, dentre outros, pois, por meio deste é possível estabelecer objetivos, e prever os recursos financeiros e humanos para se alcançar as metas propostas. Logo, Boullón (2002, p.20) discorre que:

O turismo não nasceu de uma teoria, mas de uma realidade que surgiu espontaneamente, e foi-se configurando sob o impacto de descobertas em outros campos, como, entre outras coisas, o progresso da navegação e a invenção da ferrovia, do automóvel e do avião.

Frequentemente, denota-se o turismo como sendo uma atividade de relevância, no entanto, para que este possa desenvolver-se adequadamente são necessários alguns itens como: infraestrutura básica (saneamento, educação,

hospitais) e infraestrutura turística (hotéis, pousadas, restaurantes, lojas de *souvenirs*, sinalização, dentre outros itens), dessa forma, o planejamento se apresenta como parte essencial no processo de incremento turístico. Desse modo, Dias (2008, p. 87) discorre que o planejamento:

[...] Trata-se de orientar a atividade presente para determinado futuro, partindo-se sempre do pressuposto de que existem várias alternativas possíveis. Ao decidirmos fazer um planejamento, na verdade estamos optando por determinado futuro, e a partir desta escolha organizaremos o presente para que possamos atingir o objetivo traçado.

Assim, percebe-se que o planejamento determina as ações do futuro para com os espaços existentes na localidade, contribuindo para o melhor desenvolvimento da atividade turística. Cabe ressaltar, que com o planejamento é possível obter a participação da comunidade local, setor público e iniciativa privada, sendo possível assim conseguir que as ações do turismo sejam mais bem executadas e, conseqüentemente a atividade bem ordenada. Desta maneira, Boullón (2005, p.27):

Todo processo de planejamento integral deve culminar na sugestão de ações pontuais (os projetos) de curto, médio e (com menor segurança) longo prazo, mas acreditar que se pode empreender qualquer projeto sem o apoio de um plano de base constitui um erro frequente não apenas na atividade privada, mas também nos organismos públicos quando, por exemplo, destinam crédito para promover construção de hotéis turísticos sem especificar onde serão instalados, qual será seu tamanho e que hierarquia deverão possuir.

De acordo com a afirmativa apresentada anteriormente percebe-se que algumas ações realizadas pelo poder público em prol do turismo ainda são pontuais, bem como aplicadas sem planejamento interferindo assim, no percurso dos efeitos positivos que o turismo poderia trazer para a localidade em que a atividade é desenvolvida.

Vale salientar, que o planejamento é um procedimento que exige cuidados em sua execução, haja vista que os resultados de um planejamento errôneo poderão afetar não apenas a atividade do turismo por si só, mas todos os atores sociais envolvidos direta ou indiretamente com o setor.

Desse modo, o planejamento passa a ser um item de relevância e fundamental para o desenvolvimento turístico de uma localidade, tendo em vista que este impulsiona os acertos e subtrai os erros, acarretando em uma atividade capaz de atrair mais turistas para o destino, sendo, portanto decisivo para efetiva execução do turismo na localidade.

Planejamento turístico é o processo de avaliação do núcleo receptor (comunidade, oferta turística e demanda real) da demanda potencial e de destinos turísticos concorrentes, com o intuito de ordenar ações de gestão pública direcionadas ao desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, fornecer direcionamento à gestão privada para que ela estruture empreendimentos turísticos lucrativos com base na responsabilidade socioambiental (Braga, 2007, p.08).

Assim, é possível dizer que o planejamento turístico é entendido como um processo crucial para a concepção da atividade turística. O turismo passa por contínuas transformações, isto incide cada vez mais a necessidade de planejamento, para que seja promotora de igualdade social e desenvolvimento local, sendo que o Estado em todas as esferas é o principal agente que pode articular o planejamento e as formas que o mesmo pode ser executado nos municípios.

Ademais, Beni (1999, p.80) destaca que “planejamento é o raciocínio sobre os fundamentos definidos do turismo. [...] É, pois, um processo contínuo, permanente e dinâmico; é ele que mantém o Sistema de Turismo em contínua operação”.

Para tanto, existem três tipos distintos de planejamento turístico, a saber: planejamento estratégico que é o mais indicado para o turismo, pois consiste em determinar as políticas e estratégias direcionadas ao setor em longo prazo, visando obter maior êxito nas ações a serem executadas num período realizado normalmente entre cinco e dez anos; tem-se ainda o planejamento operacional, este realizado em médio prazo podendo ser realizadas mudanças na infraestrutura e equipamentos turísticos executado dia a dia; e o planejamento tático que é aquele efetivado em curto prazo como, por exemplo, elaborar e executar estratégias de marketing que priorizem a divulgação imediata do município esse é efetivado ano a ano (Braga, 2007).

Deste modo, a tipologia de turismo adequada nas localidades deve ser analisada para que, os efeitos do turismo nos destinos possam ser identificados e posteriormente estudados pelos planejadores da atividade. “O processo de desenvolvimento turístico tem ocorrido rapidamente, e frequentemente sem planejamento, sendo importante que o setor acadêmico acompanhe de perto na tentativa de contribuir e interferir” (Ávila, 2009, p. 17).

Nesse contexto, verifica-se a necessidade de novos estudos de cunho acadêmico que possam discutir a aplicabilidade do planejamento nos destinos, com vistas ao aprimoramento da atividade turística e, conseqüentemente, melhor aproveitamento desta, contribuindo assim para minimizar os impactos negativos do

turismo e maximizar os impactos positivos tendo assim uma atividade sustentável para a comunidade local.

Para Beni (1999, p.84) “os centros turísticos estrategicamente planejados e integrados no desenvolvimento regional caracterizam-se por produtos finais competitivos, ajustados à demanda dos mercados internacionais e nacionais”. Logo, compreende-se que o planejamento turístico é verificado como essencial na atividade turística em uma localidade, porém cabe ao planejador analisar quais os pontos deficitários, além daqueles que estão bem apresentados para que assim se possa obter êxito com a prática de atividades de cunho turístico.

O planejamento do turismo deve ser monitorado e revisto periodicamente, uma vez que quando são detectadas as falhas, logo as estratégias do futuro poderão ser planejadas de modo coerente. A necessidade do planejamento surge em detrimento também da preocupação atual com o uso do solo, a proteção do meio ambiente, bem como a acessibilidade, a qualidade no serviço prestado e a sinalização turística que é incipiente na maioria dos municípios brasileiros em especial os interioranos (Azevedo, 2007; Fonseca, 2005).

Ainda acerca do planejamento do turismo, Rodrigues (1999, p. 80) aborda que “planejamento é raciocínio sobre os fundamentos definidos do turismo; este conceito contém três pontos essenciais e distintos: estabelecimento de objetivos; definição de cursos de ação e determinação das necessidades de recursos”.

Assim, o planejamento turístico constitui-se como imprescindível na administração e gestão da atividade desde o âmbito federal, estadual, regional até o local. Contudo, o turismo exige ainda uma boa organização do ambiente, destacando-se a infraestrutura básica e turística, e a utilização apropriada dos espaços para que ocorra de maneira adequada. “Percebe-se, atualmente, uma grande preocupação em se definir um planejamento que tenha como marco estruturador a gestão democrática” (Nóbrega, 2007, p.131), ou seja, aquele em que há participação ativa da comunidade local e seu real envolvimento nas questões pertinentes ao município.

Ainda são relativamente poucas as experiências com foco nacional em que ocorre a participação comunitária em projetos direcionados ao turismo, mas já se verifica que atualmente há um maior apoio quanto a abrangência das populações com vistas a igualdade social (Nóbrega, 2007).

Para o turismo ter sucesso enquanto atividade econômica é necessário atentar-se ao planejamento sendo realizado de forma integrada e participativa, favorecendo seu desenvolvimento. Dentre as principais características do planejamento pode-se ressaltar a continuidade no processo, uma vez que é por meio dela que se pode chegar a um âmbito favorável; a análise SWOT procurando identificar os pontos fortes e fracos da localidade; participação e descentralização com vistas à cooperação no turismo (Novo, 2010).

Deste modo, o planejamento turístico pode ser apontado como uma ferramenta de intervenção importante para o incremento da atividade nos municípios. É importante considerar que a diversificação da oferta exige cada vez mais organização, visto que com o acesso a informações a demanda real, como também possíveis turistas/visitantes potenciais exigirão das localidades melhores condições para realização das atividades relacionadas ao turismo. Delimitar o público alvo ou segmento que o destino deseja trabalhar é primordial para que a base e os produtos turísticos oferecidos sejam adequados aos indivíduos que irão usufruir. Nessa visão, conforme mostra Dias (2008, p.38):

Outro motivo relevante que justifica a necessidade de recorrer à técnica do planejamento é que no âmbito do turismo ocorre a intervenção de diferentes níveis da administração pública (federal, estadual e municipal), o que pode ocasionar dispersão de esforços, atuações diversas e contraditórias, e dispersão de investimentos.

Pode-se considerar que o planejamento turístico visa cooperar não apenas no contexto local da administração pública, mas sim em todas as outras esferas públicas acarretando em ações concretas para o fomento do turismo. Entretanto, o planejamento turístico constata a situação real do destino e projeta como deverá ser realizada a atuação do poder público, visando, primeiramente, atender ao morador, para depois atender o turista.

Dada à ampla abordagem do planejamento percebe-se neste a relevância de sua aplicabilidade, e o retorno que os destinos turísticos podem ter se o planejador executar com precisão os objetivos traçados, e as metas almejadas para o turismo em determinada localidade. “Resumidamente, planejar consiste em prever antecipadamente uma série de ações, projetando um plano de atuação, de forma a chegar a uma situação desejada de forma coerente, organizada e sistemática” (Ávila, 2009, p.26).

Desta maneira, as incertezas em relação à atividade poderão ser minimizadas e assim, os indivíduos poderão ficar satisfeitos com os serviços/produtos que lhes é oferecido. Além disso, o planejamento do turismo é uma medida contínua, ou seja, as ações para alcançar as metas mudam de acordo com a situação atual do planejamento. Costa e Sonaglio (2015, p.257) discorrem que:

O planejamento turístico não se refere apenas (e especificamente) à divulgação e ao desenvolvimento do setor, embora estes sejam aspectos importantes. Este tende a ser um amálgama que une economia, sociedade, política e meio ambiente, não havendo um planejamento único do turismo.

Vale salientar, que são diversos os fatores que podem nortear o planejamento turístico como, por exemplo, o aspecto econômico analisando-se o micro e o macro ambiente da situação, o tempo, se os objetivos pretendem ser alcançados a curto, médio ou em longo prazo, bem como a dimensão geográfica do planejamento turístico, que trata-se de definir se será no espaço local, regional, estadual, etc.

Entretanto, evidencia na política pública uma necessidade para que o planejamento possa utilizá-lo também como instrumento de consulta tanto no âmbito municipal e estadual quanto no nacional. Para Figueiredo e Nóbrega (2015, p.23):

O planejamento participativo se estrutura principalmente no estímulo à criação de instâncias locais e regionais como, por exemplo, no formato de Conselhos Municipais, Fóruns Regionais e Grupos Gestores, cuja finalidade de criação é para subsidiar o processo de gestão no âmbito nacional e estadual.

Logo, se verifica a relevância das instâncias de governança no desenvolvimento do turismo nas localidades, visto que, por meio destas é possível levantar os problemas e possíveis soluções na perspectiva do crescimento local. Cabe ressaltar, que o planejamento tem relação direta com o desenvolvimento do turismo, haja vista que por meio desta etapa é que o incremento da atividade turística poderá acontecer. É importante lembrar que o crescimento do turismo em um determinado local depende ainda do modo como este é praticado, observando-se os aspectos social, ecológico, ambiental e cultural.

2.3 TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O turismo vem sendo uma atividade debatida e discutida em seus diversos aspectos, tanto no âmbito da demanda e oferta, nas políticas públicas de incentivo ao turismo, quanto da qualificação profissional. Assim, pode-se dizer que o turismo necessita de infraestrutura adequada em termos básicos, específicos e de apoio

para que o turista tenha uma experiência positiva quando visita um determinado local, fator este que contribui para visitas futuras e divulgação do destino por parte destes para outros indivíduos, agregando valor para a localidade, cooperando com a economia local e propagando o turismo de modo positivo.

Sendo assim, o desenvolvimento se apresenta como necessário para as localidades visto que por meio desse é possível obter resultados positivos nos diversos âmbitos como: social, econômico, político e ambiental constituindo um cenário propício para o desenvolvimento local.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (Sen, 2000, p.18).

Logo, é perceptível que para ocorrer o desenvolvimento na percepção do autor se faz necessário que antes se observe as privações existentes para grande parte das populações como, por exemplo, na moradia, na prática do lazer e de outras atividades que podem ser destacadas como expressivos para a construção de uma sociedade igualitária.

É necessário atentar-se ainda as esferas do desenvolvimento para este estudo será focado o âmbito regional, uma vez que caracteriza o objeto de pesquisa. Além disso, é por meio da região que os municípios especialmente interioranos partem para a prática do turismo, a princípio participando de roteiros turísticos e constituindo instâncias de governança.

Na perspectiva de Wittman, Dotto e Boff (2008, p. 327):

O desenvolvimento regional consolida-se não somente através da soma das diferentes ações transformadoras individuais, mas da soma aliada a todas as relações que elas assumem, sendo, muitas vezes, muito mais que a soma das ações individuais.

Sendo assim, o termo desenvolvimento deve priorizar os ensejos de aspectos antigos e novos, ou seja, está atrelado ao que já foi realizado bem como aquilo que ainda será primado pela ação futura. Nesse sentido, “o processo de desenvolvimento se realiza seja através de combinações novas dos fatores existentes no nível da técnica conhecida, seja através da introdução de inovações técnicas” (Furtado, 2009, p.85).

Destarte, o desenvolvimento também está atrelado ao modo como as políticas públicas são implementadas nos destinos, trazendo colaborações para os indivíduos e, conseqüentemente, para a localidade. Para Feijó (2007) “além de crescimento

econômico, o desenvolvimento requer políticas públicas e ações privadas que possam espalhar os benefícios do crescimento, alcançando um número maior de pessoas” (Feijó, 2007, p.44). Desse modo, para o autor a dicotomia entre o crescimento e o desenvolvimento necessita de reflexões, uma vez que o intuito não é de alcançar apenas parte do grau de relevância de um e do outro, mas conduzir para que a leitura de ambos seja realizada adequadamente.

Sendo assim, “[...] o desenvolvimento deve ser visto como um processo de superação de problemas sociais e econômicos, através do qual a sociedade se torna mais justa e legítima para os seus membros” (Medeiros, 2011, p.22). Na percepção da autora, o aparato de dificuldades existentes para alcançar o desenvolvimento é diverso, desde o impacto da tecnologia na sociedade até os itens que contribuem para com as situações de ordem política e social nas localidades.

Vale salientar, que para Oliveira (2005, p. 51):

Sob uma abordagem economicista, o desenvolvimento, as relações socioculturais, incluindo a discriminação e o ordenamento territorial, são fatores variáveis que podem compor um quadro de justiça social e equidade, apontando-se como aspirações fundamentais dos grupos humanos.

Analisando o turismo de um modo geral numa perspectiva do desenvolvimento regional, pode-se dizer que este tende a abranger novos territórios e se inserir em diferentes espaços, pois além de ser uma relevante fonte de receitas para muitos países, é cada vez mais crescente a busca dos indivíduos por lazer, entretenimento e outras tarefas que ocupem seu tempo livre. “No entanto, o desenvolvimento desta atividade deveria acontecer a partir de um processo de planejamento que garantisse a estruturação adequada desses espaços, considerando as especificidades que o turismo exige” (Castro & Figueiredo, 2013, p.189-190).

Logo, verifica-se que o desenvolvimento regional está intimamente atrelado a diversos outros processos para que se alcance sua concretude a exemplo, das análises micro e macro ambientais, planos, programas e projetos, além de estabelecimento de metas e outras atividades que devem ser realizadas para que se estruture as localidades para visitação e posterior desenvolvimento no âmbito do turismo.

Para Wittman, Dotto & Boff (2008, p.326) “hoje o desenvolvimento amplia-se com a perspectiva de aplicação do conhecimento, tecnologia e inovação” visto que

são diversas as formas pelas quais se pode alcançar as metas propostas especialmente com uso de meios tecnológicos cada vez mais frequentes.

Cabe ressaltar, que é frequente as discussões em relação ao desenvolvimento regional sob execução de atividades de cunho turístico, no entanto, um fator relevante que demanda reflexões, visto que o desenvolvimento aponta-se como dinâmico e isto exige do planejador ações cotidianas para que este o venha acontecer ajustado à realidade local. Sendo assim, de acordo com Becker (2003, p.70):

Por um lado, quanto mais complexos se tornam os determinantes e os desafios das dinâmicas de desenvolvimento regional, mais a ciência econômica regional se especializa; por outro lado, quanto mais aprofundada e específica for a análise disciplinar do processo de desenvolvimento regional, menor é seu poder explicativo da realidade concreta e efetiva do desenvolvimento regional.

É relevante destacar que, o desenvolvimento regional emerge dos mais diversos tipos de ações e práticas, uma vez que os modelos desse são variados sendo necessário analisá-los mediante cada lugar e suas peculiaridades, buscando assim melhorias contínuas para o processo de desenvolvimento e contribuindo com o posterior crescimento local. Nesse sentido:

O desenvolvimento regional, atualmente, alicerça-se em diferentes modelos e fatores que geram práticas e dinâmicas distintas. Tais fatores, como cultura, tradição, crenças, arranjos organizacionais, liberdade, capital social e associativismo, quando integrados, tendem a potencializar a região (Wittman, Dotto & Boff, 2008, p.320-321).

Além disso, o processo de desenvolvimento local do turismo encontra, por meio da descentralização e da informação, possibilidades de cooperar para a construção de sociedades sustentáveis que criam espaços para o surgimento de decisões autônomas (Fortunato & Neffa, 2014). Dessa forma, pode-se afirmar que o envolvimento da comunidade no processo de desenvolvimento regional do turismo, é primordial uma vez que a cooperação entre todos os atores envolvidos com a cadeia produtiva do turismo poderá proporcionar um ambiente propício para o real desenvolvimento da atividade no lugar.

O Estado exerce papel crucial na promoção do desenvolvimento não apenas no âmbito da colaboração no que concerne a infraestrutura, mas também no intuito de garantir receitas e distribuí-las de forma igualitária a todas as classes sociais. É preciso ainda observar as transformações socioespaciais que o desenvolvimento

regional implica em uma localidade especialmente com a prática do turismo (Nóbrega, 2012).

Ademais, é imprescindível atentar-se para as questões como as oportunidades de emprego e renda serem adequadas às particularidades dos lugares, bem como atenção aos aspectos econômicos e ambientais de uma localidade adentrando-se ainda, no campo social e cultural, pois estes são fatores cruciais para o desenvolvimento.

Considerando o contexto apresentado, pode-se afirmar que um ponto relevante para o processo de desenvolvimento é a liberdade, isto ocorre por duas razões. A primeira se refere à verificação do fato se houve aumento da liberdade das pessoas diante das ações realizadas para o desenvolvimento de uma localidade. A segunda trata da condição que os indivíduos têm de serem agentes ou não neste processo de desenvolvimento, uma vez que se há liberdade a pessoa pode decidir se participa ou não (Sen, 2000).

Assim sendo, o desenvolvimento regional do turismo também deve estar atento aos pontos observados anteriormente como, por exemplo, na liberdade que uma comunidade tem de definir se o turismo poderá ser trabalhado ou não na localidade, tal fator pode implicar diretamente no processo do desenvolvimento visto que, é primordial a interação de todos aqueles que direta ou indiretamente estão ligados a ele. “A lógica do desenvolvimento regional, aliada ao estímulo de uma relativamente nova atividade econômica, o turismo, tem dado às diferentes regiões brasileiras e seus municípios novos arranjos e configurações socioeconômicas e espaciais” (Nóbrega & Araújo, 2014, p. 124).

Visando alcançar o desenvolvimento turístico regional, vale destacar a relevância do aspecto do planejamento, haja vista que por meio deste será possível alcançar as metas traçadas, bem como adequar as ações a realidade local. Para tanto, outro marco que requer discussão no âmbito do desenvolvimento regional do turismo é a sustentabilidade, uma vez que este vem sendo um tema amplamente discutido em todas as áreas e que emerge a situação de um lugar quanto aos aspectos, ambiental, social, cultural, político e econômico.

De acordo com Sachs (1993) o desenvolvimento sustentável é um desafio do planeta tendo em vista a necessidade da mudança de hábitos dos indivíduos, principalmente no que diz respeito aos padrões de consumo que são em sua maioria exorbitantes e, portanto, prejudiciais ao ambiente. Cabe ressaltar, que esses efeitos

do consumismo podem ser minimizados com ações sustentáveis tais como, redução do consumo de produtos industrializados e uso adequado dos recursos naturais, além disso, aponta-se como relevante que haja a participação da comunidade neste processo.

Portanto, envolver a participação da comunidade é essencial para que as ações do Estado possam ser melhor desempenhadas, e que assim as instâncias de governança discutidas neste trabalho, que podem ser consultivas e deliberativas sendo que apenas esta última tem a possibilidade de executar, realize suas atividades de forma a contribuir para com o desenvolvimento do turismo desde o âmbito global até o local influenciando no processo decisório das políticas públicas do setor. Sendo assim, Nóbrega e Figueiredo (2015, p.14) discorrem que:

Os agentes do campo turístico atuam no sentido de a viagem ser realizada com dividendos a todos eles, entretanto o campo normalmente é organizado e estruturado a partir da dominância da instância governamental, que, dependendo das forças em disputa e da feição da política, definem as posições dominantes. Esse movimento é alimentado pelo ideário do desenvolvimento.

Para tanto, o turismo aliado a outras estratégias pode ser ainda mais trabalhado e envolver diversos profissionais, um exemplo, é a constituição das instâncias de governança regional que possibilitam a reunião dos vários agentes abrangidos pelo setor, o que resulta em uma região que se prepara para receber os visitantes e se preocupa com a conjuntura sociocultural que abrange.

Nesta perspectiva, pode-se considerar que a partir da implementação das instâncias de governança em uma região, o desenvolvimento do turismo torna-se uma pauta mais discutida e, conseqüentemente melhor planejada acarretando no aumento do fluxo turístico nos municípios.

2.4 INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA REGIONAL E SUA RELEVÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL

É recomendado que a política pública de turismo contemple a participação popular, bem como o conhecimento do *trade* turístico local, formato esse que possa ajudar no desenvolvimento turístico, além disso, um dos papéis do Estado é oportunizar aos indivíduos um ambiente de debate relacionado aos projetos que estão sendo realizados pelo governo tanto a nível federal, regional quanto local, para que assim todos possam decidir juntos.

Vale salientar, que inserir a comunidade e o trade turístico nas discussões acerca do turismo não é tarefa fácil, mas que quando iniciada poderá implicar no bom desempenho ou não da atividade. Além disso, quando um destino se prepara para o turismo, a comunidade local deve ser a principal parte a ser ouvida, visto que os donos dos empreendimentos turísticos locais se incentivados exercem papel fundamental no desenvolvimento do turismo. “Recentemente, as instâncias de governança estimuladas pelo poder público estão cada vez mais presentes no processo de planejamento e gestão de diferentes setores, inclusive na atividade turística” (Nóbrega, 2015, p.01).

Dessa maneira, pode-se perceber que a participação social no turismo é um elemento importante também, pelo fato de que o turismo pode auxiliar na renda destes indivíduos acarretando no melhor aproveitamento da nova atividade econômica que está sendo implantada na localidade. Assim sendo, “é muito importante ter em mente que um dos pilares do sucesso reside justamente no período de envolvimento com as comunidades” (Mielke, 2009, p. 51).

A participação social no turismo traz evidências reais como a organização da iniciativa privada, o desenvolvimento sustentável da atividade turística e conseqüentemente melhor organização da infraestrutura e dos serviços dispostos ao turista e/ou visitante.

A participação pode desempenhar também uma função educacional para as comunidades locais porque os *stakeholders* que as representam podem ter a oportunidade de ampliar sua compreensão sobre a atividade de planejamento e sobre a indústria do turismo como um todo (Araújo, 2009, p.54).

Desse modo, para inserir a comunidade local na atividade turística, é preciso que haja um bom planejamento com medidas a serem tomadas de maneira participativa, em que todos os atores estejam envolvidos, ou seja, o poder público, a iniciativa privada e a comunidade local, tendo em vista que com este tripé organizado o turismo poderá acontecer e satisfazer as expectativas dos turistas e/ou visitantes do destino.

Cabe ressaltar, alguns exemplos, que são expressivos no mundo todo ao tratar da atividade do turismo, no Brasil tem-se o município de Bonito/MS que ao longo dos anos se preparou com um planejamento estratégico tendo ações imediatas que contribuíram para a consolidação do destino turístico (um dos mais importantes do país) que recebe turistas do mundo inteiro, em sua maioria para a

prática de mergulho, trilhas ecológicas, espeleoturismo e outras modalidades de contato direto com a natureza.

Na África, o planejamento realizado também remeteu ações positivas sendo um destino conhecido mundialmente, pelos passeios realizados no meio das savanas em que o visitante tem acompanhamento de guia e relação direta com os animais locais, tais passeios são conhecidos como *safári* e são comumente praticados na África.

Entretanto, em alguns casos mesmo sendo efetivadas ações com vistas ao desenvolvimento do turismo isto não ocorre como, é o caso da Rússia que não obteve êxito em seu processo de planejamento, em virtude de fatores políticos, financeiros e culturais. Nesta perspectiva, Nóbrega (2015, p.11) discorre que:

É bem verdade que atualmente, o processo de construção das instâncias de governança segue uma lógica mais democrática, participativa e cooperativa, muito embora, esse processo ainda careça de resultados reais e concretos, a fim de proporcionar uma mudança significativa do ponto de vista social, ambiental e econômico.

Nesta perspectiva, se observa que as instâncias de governança conforme destaca o autor, contribuem para que se alcance um ambiente democrático e participativo, em que os atores envolvidos podem interferir nas decisões e definir estratégias que contemplem os objetivos comuns a todos, alcançando assim, um ambiente favorável às deliberações.

Cabe ressaltar, que a política pública de turismo estabelece as propostas e demonstra sua relevância enquanto facilitadora para implementação de novas estratégias de desenvolvimento para as localidades. Por outro lado, a participação dos atores sociais como comunidade e terceiro setor, colocando-se aqui o papel das Organizações não governamentais (ONG's) como importante ator no processo de construção da política pública de turismo. Beni (2006, p. 25) discorre que “ao Estado compete o investimento social não só na infraestrutura de apoio à atividade, mas também na implantação de programas de turismo socializado”.

Logo, percebe-se que o Estado intervém diretamente no processo de desenvolvimento do turismo em uma localidade, visto que dotar o município de infraestrutura básica e dispor de incentivos para implantação de infraestrutura básica e de apoio ao turismo, além de cursos e capacitação do capital humano são tarefas relevantes que devem ser primordialmente implementadas e desenvolvidas pelo Estado. Ainda sobre o papel do governo, Cooper (2011, p.86) destaca:

O papel final do governo, em relação ao turismo, diz respeito ao seu papel tradicional, em muitas sociedades, de proteger as comunidades. Além disso, a política de turismo precisa ser entendida no contexto das políticas econômicas, sociais e ambientais mais amplas que um governo realiza em prol de sua sociedade.

Por ser considerada uma atividade que pode trazer desenvolvimento para as localidades, o turismo evidencia políticas e investimentos próprios, pois é a partir destes orçamentos que poderá se observar o futuro da atividade em determinado lugar. A distribuição do poder na política de turismo contribui para que o Estado tenha uma atuação ampla e participativa, haja vista que o papel desta política é propor uma gestão do turismo descentralizada. Conseqüentemente, conforme aborda Fonseca (2005):

Como a intervenção do Estado ocorre através de políticas públicas, estas só podem ser compreendidas dentro de um contexto socioeconômico no qual o Estado é parte integrante. Se essas políticas consistem no Estado em ação, a discussão do Estado precede, portanto, a discussão sobre as políticas públicas (Fonseca, 2005, p.81).

Desse modo, é perceptível que o turismo é uma atividade que vem sendo cada vez mais procurada e incentivada, isto porque as pessoas têm mais tempo para viajar e realizar atividades direcionadas ao lazer, bem como a trabalho que mesmo com esta motivação usufrui dos serviços de restauração e hospedagem de uma localidade contribuindo para o desenvolvimento do turismo nas localidades.

Neste contexto, “a atividade turística vem ocupando um papel de destaque na economia de várias nações nos diferentes continentes em todo planeta” (Nóbrega, 2013, p. 92), ou seja, com os diversos incentivos assim como facilidades em obter alguns pacotes turísticos e a disposição de tempo livre, as pessoas passaram a desfrutar mais das viagens e conseqüentemente contribui para o avanço do turismo em muitas localidades.

Vale salientar, que o turismo nos interiores do país passou a ser melhor estruturado com a contribuição da constituição de instâncias de governança. Cabe ressaltar que, “o termo “governança” é relativamente novo: podemos entendê-lo como a capacidade de administrar ou, mais especificamente, como a capacidade que os governos têm de criar condições e de responder às demandas da sociedade” (Brasil, 2009, p.16).

Nesse contexto, diante da abordagem da governança descrita acima se pode afirmar que “a instância de governança regional é uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes

das regiões turísticas, com o papel de coordenar o programa em âmbito regional” (Brasil, 2009, p. 16). Logo, a instância de governança ajuda no processo de desenvolvimento turístico para que as regiões possam se organizar de maneira adequada, com vistas ao desenvolvimento da atividade nos lugares. Portanto, as instâncias de governança trazem relevantes contribuições para a região onde são institucionalizadas, colaborando para a difusão do turismo no espaço.

A instância de governança do turismo pode ser entendida então, como uma instituição de cunho social que abarca a cooperação da sociedade civil organizada, poder público e entidades empresariais relacionadas com o turismo, sendo assim, um espaço que interfere articulações para análise e monitoramento das políticas, planos e projetos do setor (Brasil, 2009).

Para Nascimento *et al* (2013, p.390) “as instâncias de governança são fundamentais para que os atores sociais como o poder público e privado, as ONG’s e a comunidade em geral possam tomar decisões em conjunto, além de planejar o turismo de maneira articulada”.

Além disso, por meio das instâncias de governança é possível obter mediações que possam constituir-se num processo de planejamento transparente, bem como, no concernente as transformações que podem ocorrer em uma localidade em detrimento do turismo.

Destacando-se o conselho do Polo Seridó que vem sendo abordado nesse estudo, a cooperação necessária para a conexão no processo decisório ainda é incipiente, tal fato pode ser observado durante as reuniões do referido conselho, assim como, em outros momentos de discussão, o que se percebe são os gestores do turismo dos municípios componentes da instância divergindo na concepção de polo.

Com vistas ao crescimento das instâncias de governança em um lugar é preciso ter como princípios a pró atividade e presença, analisando o processo como um todo, desde o envolvimento e sensibilização inicial das comunidades locais com o empresariado, quanto ao turismo e projetos até aos trabalhos de capacitação, gestão e governança, sendo relevante observar as ações de planejamento necessárias para que não haja danos aos recursos naturais e culturais da localidade (Nascimento *et al*, 2013).

Neste contexto, Nóbrega (2012, p.239-240) diz que:

É bem verdade que atualmente, o processo de construção das instâncias de governança segue uma lógica mais democrática, participativa e cooperativa, muito embora, esse processo ainda careça de resultados reais e concretos, a fim de proporcionar uma mudança significativa do ponto de vista social, ambiental e econômico.

Dessa forma, pode-se afirmar que as instâncias de governança vêm desempenhando papel relevante nas localidades, com destaque para aquelas referidas ao setor turístico por fazerem parte desta pesquisa, especificamente o conselho do Polo Seridó.

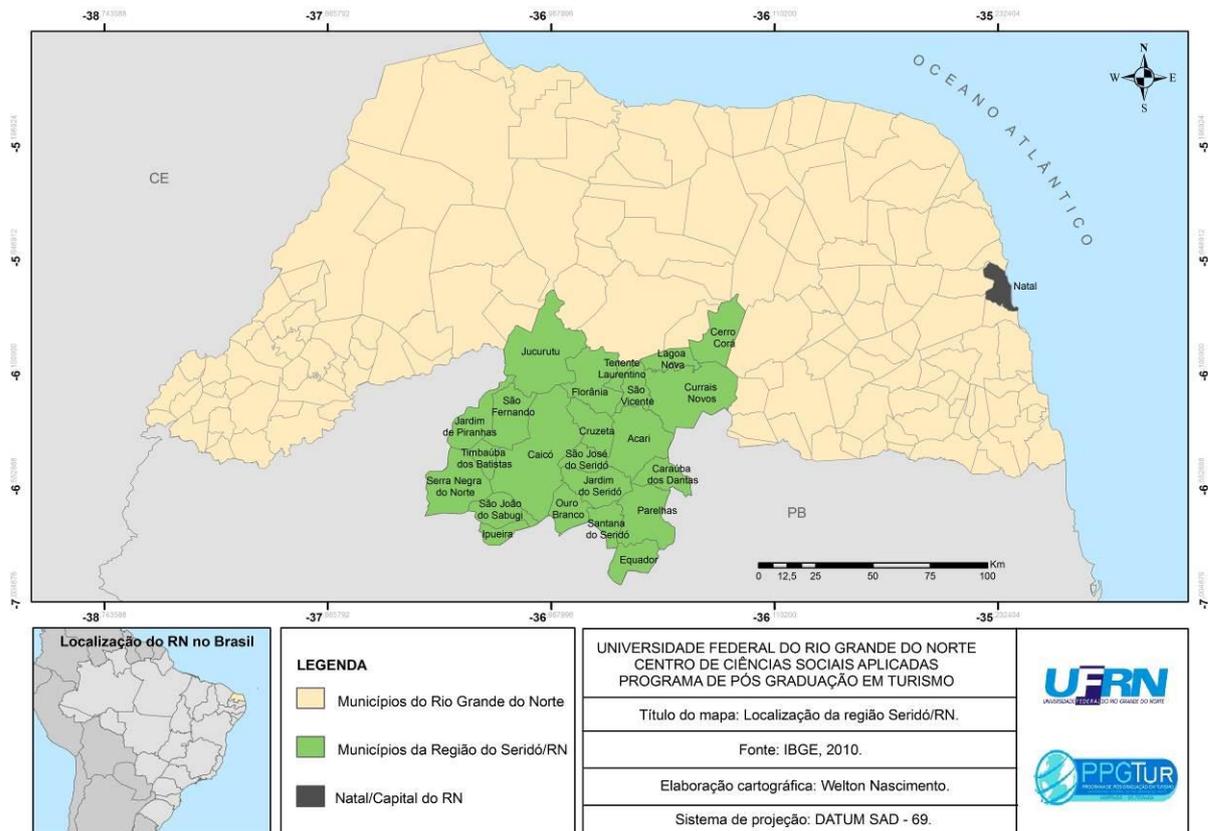
2.5 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO SERIDÓ POTIGUAR

Para realizar este estudo foi escolhida a região do Seridó Potiguar que está situada no semiárido do Estado do RN, tendo como capital, o município de Natal, situada no Nordeste do Brasil. O clima da região Seridó Potiguar na maior parte do ano é quente, com chuvas que contemplam o período de abril a junho de cada ano, no entanto, nos últimos anos as chuvas não foram frequentes nesta região, fator que preocupa principalmente os agricultores por ser a classe mais prejudicada com tal fato. De acordo com Azevedo (2007, p.23):

O Seridó Potiguar estudado, composto por 23 municípios, localiza-se na Mesorregião Central do Rio Grande do Norte, mais especificamente na porção centro meridional do estado, e corresponde ao que hoje o IBGE considera como as microrregiões do Seridó Oriental e do Seridó Ocidental, e a Microrregião de Serra de Santana, excluindo-se os municípios de Bodó e Santana do Matos.

A figura 02 apresenta um mapa com os municípios que compõem a região em estudo, mostrando que esses estão agregados corroborando para a composição de roteiros com diversidade de recursos turísticos.

Figura 02: Mapa dos municípios da Região Seridó Potiguar



Fonte: IBGE, 2010.

No mapa acima é possível verificar que os municípios destacados abrangem de forma relevante a área em que estão dispostos, integrando o turismo com recursos naturais e culturais em sua totalidade, com destaque para as manifestações culturais como danças, festas populares e outros, bem como os mirantes, nascentes e outros de cunho natural que valorizam os ambientes aonde a atividade do turismo vem sendo desenvolvida.

A vegetação da região é composta por árvores de pequeno e médio porte, com a presença de cactos (*Cactaceae*), abrigando o bioma Caatinga em todo seu território, o solo é pedregoso de profundidade escassa, sendo, portanto, sensível à erosão. Atualmente a região vem passando por um problema ambiental grave, a desertificação ocasionada pelo uso desordenado do solo, bem como pela grande quantidade de cerâmicas e fábricas de tijolos inseridas naquela região (IDEMA, 2006).

A hidrografia do Seridó Potiguar é constituída por barragens, açudes, barreiros e os rios Piranhas- Açú e Seridó, a escassez de chuvas é frequente fator

este que leva os moradores a terem quase que obrigatoriamente um reservatório em suas residências sendo mais comuns, cisternas, tanques e vasilhames.

No que concerne à economia do Seridó Potiguar, esta vem passando por constantes transformações, inicialmente estava baseada na cultura do algodão, posteriormente na produção mineral com destaque para produção da *Scheelita*³. Atualmente tem-se a pecuária, agricultura, produção de cerâmicas, pontualmente telhas e tijolos, além do comércio e da indústria com prioridade para micro e pequenas empresas, e o setor de serviços que vem ganhando espaço e se tornando mais uma opção de emprego e renda para a população (Azevedo, 2014).

Predominantemente, o clima na região é tropical quente na maior parte do ano, com exceção da Serra de Santana que em virtude de sua altitude possui amenidades no clima com médias que podem chegar aos 14º graus *Celsius*. A Serra de Santana, um dos atrativos localizados no Seridó Potiguar apresenta forte representatividade para o turismo regional, os solos predominantes sobre essa área da serra são tipicamente arenosos, constituídos de areia quartzosa, latossolos com coloração vermelho-amarela e regossolos, apresentando, em sua espessura e profundidade, uma boa capacidade de absorção d'água. São cinco os municípios seridoenses que têm seus limites contornados e/ou situados, total ou parcialmente nessa serra, são eles: Florânia, Tenente Laurentino Cruz, São Vicente, Lagoa Nova e Cerro Corá (Azevedo, 2007).

A Serra de Santana composta pelos municípios destacados anteriormente possui peculiaridades quanto ao restante da região desta pesquisa, destacando-se o clima frio na maior parte do ano nos municípios de Lagoa Nova, Cerro Corá e Tenente Laurentino Cruz, fator este um dos principais por atrair visitantes, além da terra fértil para a produção de frutas como: jaca (*artocarpus heterophyllus*), manga (*Mangifera indica*), goiaba (*Psidium guajava*), pinha (*Annona squamosa*), graviola (*Annona muricata*), acerola (*Malpighia glabra*), limão (*Citrus limon*), além da proeminência da produção de castanha (*Castanea*) e caju (*Anacardium occidentale*).

Ao se tratar de Seridó, o seridoense gosta que o referenciem, fator este que denota a identidade arraigada por este indivíduo pelos lugares onde passa, tendo-se

³ É um tungstato de cálcio CaWO_4 , constituindo uma importante fonte de Tungstênio (W); um mineral metálico não ferroso que apresenta alta densidade e o mais alto ponto de fusão, superior a 4.500 °C e boa condutividade elétrica. Disponível em: < http://www.minabrejui.com.br/prod_serv.html > Acesso em: 11 mar. 2015.

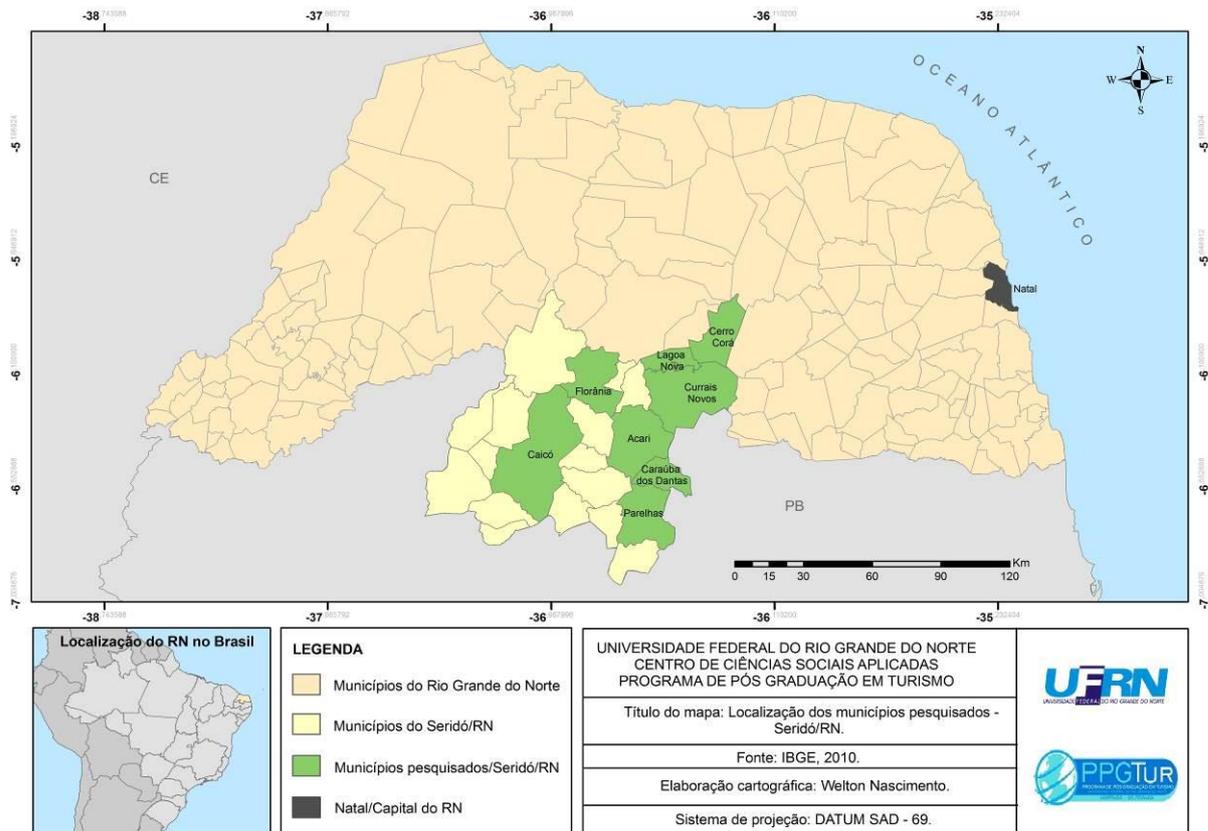
assim uma ideia de pertencimento ao seu lugar de origem. A região do Seridó Potiguar é caracterizada em seu ambiente físico/natural com predominância do bioma caatinga com destaque para o xerofitismo acentuado, com diversidade de plantas rarefeitas, cactáceas e outras em destaque aquelas espécies com forte capacidade de armazenamento de água, durante os períodos longos de estiagem. Os solos do Seridó Potiguar são férteis, normalmente arenosos, e temperaturas mais amenas, principalmente à noite, a região dispõe ainda de uma rica produção e variedade de frutas tropicais além da pecuária atividade percursora no lugar (Azevedo, 2007).

Diante do contexto apresentado, percebe-se que a região em estudo detém de relevantes fatores que podem ser abordados no âmbito do turismo como, aspectos culturais como: gastronomia, danças, literatura de cordel e outras manifestações culturais que corroboram para este cenário.

A constituição das regiões turísticas do RN iniciou em 2005, com a institucionalização de três regiões, a saber: Polo Costa das Dunas, Polo Costa Branca e Polo Seridó, em seguida, precisamente nos anos de 2008 e 2009 foram implementados os Polos Serrano e Agreste/Trairi respectivamente (Silva, 2014).

Para a realização do presente estudo foram escolhidos os municípios apresentados na figura 03.

Figura 03: Mapa com os municípios que compuseram a pesquisa.



Fonte: IBGE, 2010.

De acordo com a figura apresentada percebe-se que os municípios onde a pesquisa foi realizada são: Caicó, Currais Novos, Parelhas, Carnaúba dos Dantas, Lagoa Nova, Cerro Corá, Florânia e Acari. Neste último não foi possível obter muitas informações em relação ao turismo em virtude especialmente, do município não ter uma pessoa respondendo pela pasta do turismo.

Cabe ressaltar, ainda a respeito dos aspectos educação, saúde, saneamento e Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) dos oito municípios que compuseram o presente estudo. O município de Acari tem uma população de 11.035 de acordo como censo 2010 (IBGE), na área urbana vivem 8.902 e na zona rural 2.133. Quanto ao IDHM o de Acari é 0,679, classificando-o como médio, a dimensão que mais contribui para o IDHM do município é longevidade, com índice de 0,779, seguida de educação, com índice de 0,634, e de renda, com índice de 0,633. No concernente a saúde o município dispõe de posto de saúde e maternidade. O saneamento básico é distribuído para 96, 96% da população; no aspecto educação a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 100,00%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 93,28%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com

ensino fundamental completo é de 69,31%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 47,76% (PNUD, 2013).

O município de Caicó em 2010 possuía um IDHM de 0,710, situando o município como alto Desenvolvimento Humano, sendo que a dimensão que mais contribuiu para isto foi à longevidade, com um índice de 0,824, seguida da renda com índice de 0,703 e, por conseguinte, a educação com 0,619. A população de acordo com o censo 2010 (IBGE) é de 62.709 habitantes, sendo que 57.461 moram na zona urbana e 5.248 na zona rural. No concernente a educação a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 94,34%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 89,60%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 59,69%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 31,87%. Quanto ao saneamento básico 93,91% da população dispõe, e com relação à saúde a comunidade tem acesso a médicos em diversas especialidades assim como atendimento prioritário quando necessário (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2013).

Em Cerro Corá a população total é de 10.916 segundo o censo do IBGE realizado em 2010, sendo que 4.742 habitam a zona urbana e 6.174 a zona rural. O IDHM em 2010 era de 0,607 que pode ser considerado como médio, a dimensão principal é a longevidade com índice de 0,754, seguida da renda com 0,573 e pela educação com índice de 0,518. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 98,49%, em 2010, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 92,12%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 46,20%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 19,28%. Quanto ao saneamento básico apenas 60,06% da população dispunha deste serviço e a saúde o município dispõe de maternidade e posto de saúde em sua maioria com clínicos gerais (PNUD, 2013).

Já no município de Currais Novos a população é de 42.652 sendo que 37.777 residem na zona urbana e 4.875 na zona rural. O IDHM é 0,691 que é considerado como médio, os itens que mais contribuem para isso é a longevidade com índice de 0,794, seguida de renda, com índice de 0,673, e de educação, com índice de 0,617. No que se refere à saúde o município dispõe de um hospital que abrange toda a região do Seridó Potiguar, no entanto, vem passando por algumas dificuldades no

atendimento dos pacientes, disponibilização de leitos e médicos, além disso, possui diversas clínicas particulares com diversas especialidades e postos de saúde. No tocante ao saneamento básico o município 90,81 da população dispõe do serviço, quanto a educação no município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 97,26%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 84,99%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 55,43%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 38,67% (IBGE, 2016; PNUD, 2013).

Lagoa Nova tem uma população de 13.983 sendo que residem na zona urbana 6.801 e na zona rural 7.182, o IDHM do município é 0,585, em 2010, o que situa esse na faixa de baixo. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,764, seguida de Renda, com índice de 0,542, e de Educação, com índice de 0,483. No tocante a educação, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 92,99%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 81,96%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 48,78%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 27,40%. Quanto à saúde a localidade dispõe de hospital e posto de saúde com médicos em distintas especialidades. O acesso ao saneamento básico é feito em 76, 93% da população. (PNUD, 2013).

Para o município de Parelhas o IDHM é de 0,676, em 2010, o que situa esse município na faixa de médio. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,802, seguida de Renda, com índice de 0,625, e de Educação, com índice de 0,617. A sua população é de 20.354 habitantes dividida em 17.084 residindo na zona urbana e 3.270 na zona rural; no município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 95,32%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 90,04%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 60,82%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 43,48%. Quanto ao saneamento básico 89,93 da população tem acesso. Na saúde a localidade dispõe de posto de saúde e hospital (IBGE, 2016; PNUD, 2013).

O município de Florânia possui 8.959 habitantes de acordo com o censo do IBGE em 2010, na zona rural residindo 2.102 e na zona urbana 6.857. O IDHM de Florânia era 0,642, em 2010, o que situa esse município na faixa de médio. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,775, seguida de Renda, com índice de 0,611, e de Educação, com índice de 0,560. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 95,36%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 82,94%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 48,68%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 33,32%. Quanto à saúde o município dispõe de maternidade e posto de saúde. No tocante ao saneamento básico 80,83% da população dispõe desse serviço (PNUD, 2013).

Por fim, tem-se o município de Carnaúba dos Dantas que tem uma população de 7.429 sendo que 6.028 moram na zona urbana e 1.401 na zona rural. O IDHM do município era de 0,659, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,796, seguida de Renda, com índice de 0,624, e de Educação, com índice de 0,577. Na localidade, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 95,98%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 90,02%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 54,50%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 34,83%. Quanto ao saneamento básico 88,25% da população dispõe desse serviço; e na saúde o município possui um hospital com diversos tipos de atendimento (PNUD, 2013).

Na tabela 01 é possível acompanhar uma síntese dos dados gerais apresentados anteriormente quanto à educação, saúde, saneamento básico, população e IDHM dos municípios que compuseram a presente pesquisa.

Tabela 01: Dados gerais dos municípios que compõem a pesquisa.

Município	População total	IDHM	Saúde	Saneamento (%)	Educação
Caicó	62.709	0,710	Dispõe de postos,	93,91	0,619

			clínicas e hospital.		
Cerro Corá	10.916	0,607	Possui posto e maternidade.	60,06	0,518
Currais Novos	42.652	0,691	Dispõe de postos, clínicas e hospital.	90,81	0,617
Acari					
Lagoa Nova	13.983	0,585	Possui posto e hospital.	76,93	0,483
Carnaúba dos Dantas	7.429	0,659	Dispõe de hospital.	88,25	0,577
Parelhas	20.354	0,676	Possui posto e hospital	89,93	0,617
Florânia	8.959	0,642	Possui maternidade e posto.	80,83	0,560

Fonte: Elaborado a partir do PNUD (2013).

De acordo com os dados apresentados observou-se que os municípios de maior destaque são Caicó e Currais Novos, com destaque para a população e alguns serviços como saúde, educação e renda. Acerca dos aspectos culturais do Seridó Potiguar, o vaqueiro se apresenta como um personagem representativo, uma vez que, caracteriza o sertão nordestino especialmente a área em estudo, no entanto, esta tradição não vem sendo utilizada como comumente era em épocas posteriores, isto vem ocorrendo em detrimento de fatores como o avanço tecnológico em que outras atividades são trabalhadas, assim como, o interesse da juventude por esta prática.

Dessa forma, percebe-se que o aspecto cultural da região é um fator que contribui para que a região se torne ainda mais estudada e visitada, para tanto, empiricamente é possível afirmar que apesar da região deter de potencial turístico a demanda ainda é baixa o que influencia diretamente no desenvolvimento turístico do local.

Outrossim, um dos pontos peculiares da região é a farmacologia natural (como lambedores⁴ feitos com frutas, açúcar- espécie de xarope-, chás de erva como camomila, cidreira e sabugueira para enfermidades como febre, dor no corpo, gripe e outras). Durante o ciclo das chuvas o sertanejo recorre à devoção aos santos para pedir as chuvas para a lavoura na expectativa de alcançar um bom inverno e, conseqüentemente, alcançar uma boa produção de seus produtos como, milho, feijão, mandioca, jerimum entre outros (Azevedo, 2014).

Diante do exposto, pode-se dizer que a região Seridó Potiguar possui peculiaridades que a diferenciam das demais regiões do Estado, na região ainda são comuns o artesanato característico da região com a presença do crochê, bordados, madeira e outros materiais.

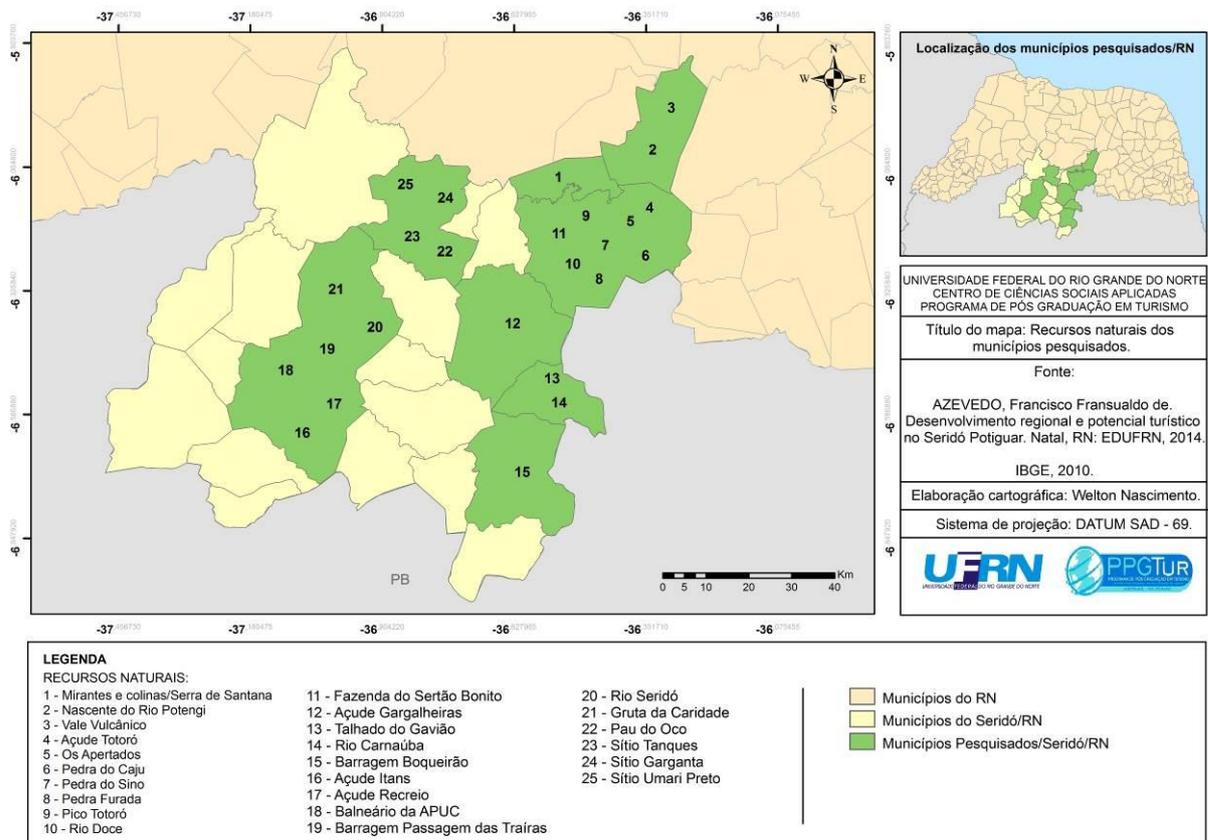
Pôde-se observar que ainda hoje não há grande preocupação com requinte nas residências ou fazendas dos seridoenses, isto em virtude de fatores característicos da comunidade como simplicidade e naturalidade. O homem sertanejo é marcado ainda pela participação em eventos religiosos como estudo bíblico, que reflete a peculiaridade deste indivíduo por sua bravura, religiosidade e fortaleza. No que concerne a fé e religiosidade da população da região, este aspecto caracteriza-se pela crença em santos (as) como, Padre Cícero, São Francisco de Assis, Sant'Ana, Frei Damião entre outros, sendo comum festas de padroeiro nas localidades, assim como, os festivos juninos, vaquejadas, feirinhas e festas de agricultor (em que há a apresentação dos produtos colhidos pelos agricultores e em agradecimento é realizada, missa, bingo e participação de banda popular local) tem-se também a crença dos rezadores e rezadeiras que aparece como uma tradição popular bastante difundida (Azevedo, 2007).

Todavia, por outro lado, existe também a tradição das receitas gastronômicas que são passadas de geração em geração, sendo mais comuns os bolos, pamonha, canjica, buchada de bode, galinha caipira, beiju, manteiga da terra, queijos, doces e outros itens típicos da culinária que abarcam questões como forma, cheiro e sabor.

Os municípios da região Seridó Potiguar especialmente os que compõem esta pesquisa, dispõem de diversos recursos naturais como pode ser observado na imagem 03.

⁴ Tipo de remédio caseiro feito com ervas, frutas e açúcar para o tratamento de gripe, dor de garganta e tosse.

Figura 04: Mapa com os recursos naturais do Seridó Potiguar

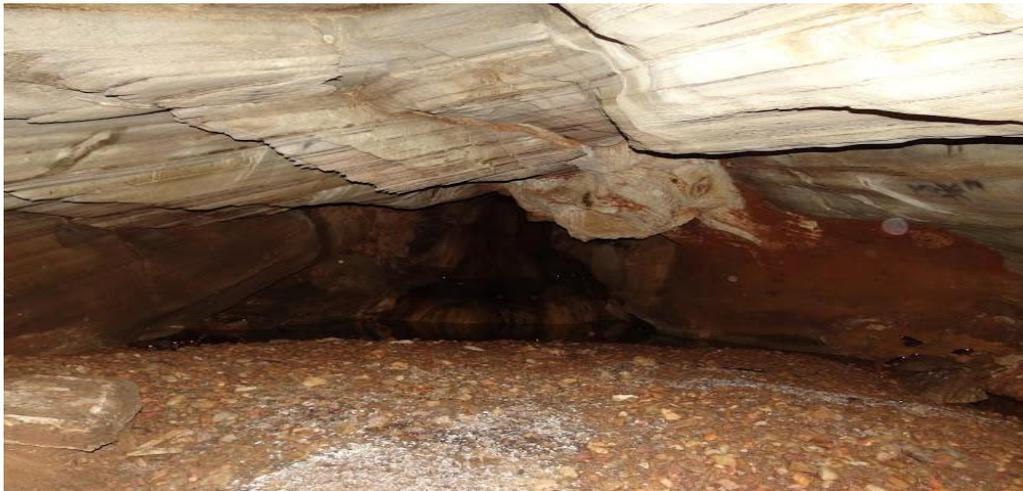


Fonte: IBGE, 2010

Mediante a figura 04 identificou-se que são distintos os recursos naturais das localidades que formam o Polo Seridó como, por exemplo, a Gruta da Caridade e o açude Itans em Caicó; o Cânion dos Apertados e a pedra do sino em Currais Novos; o vale vulcânico e a nascente do Rio Potengi em Cerro Corá; o Pau do Ôco e o sítio Umari em Florânia; mirante e colinas em Lagoa Nova; o açude Boqueirão em Parelhas; o talhado do gavião em Carnaúba dos Dantas e o açude Marechal Dutra (popularmente conhecido como Gargalheiras) em Acari.

Logo, abaixo estão inseridas algumas imagens dos recursos naturais apresentados anteriormente. A Gruta da Caridade (imagem 01) está situada no Município de Caicó, o acesso é feito percorrendo-se 15 km da RN-118, que liga Caicó a Jucurutu, até a comunidade de Lajinhas. A partir desta localidade, percorre-se cerca de 20 km de estrada carroçável, até o sítio Caridade (ou sítio Boqueirão), próximo ao pé da serra da Cruz. Até a entrada da gruta, o percurso é de 300 metros subindo a serra da Cruz. Vale salientar a necessidade do uso de equipamentos de proteção e o acompanhamento de guias para entrar na gruta.

Imagem 01: Interior da Gruta da Caridade em Caicó/RN.



Fonte: <http://valdecyaves.blogspot.com.br/2012/12/arte-rupestre-caverna-mitica-e-cangaco.html>

De acordo com Nascimento e Ferreira (2012, p.386) “o Cânion dos Apertados está situado a 10 km, a SE, do centro de Currais Novos, na área privativa da fazenda Aba da Serra, no leito do rio Picuí, ao longo da serra da Timbaúba. O local foi considerado a 7ª maravilha do RN dentre as 133 finalistas do concurso as 7 maravilhas do RN”.

Imagem 02: Cânion dos Apertados em Currais Novos/RN



Fonte: Pé na estrada trilhas, 2016.

A Pedra do Sino está localizada no sítio Totoró zona rural do município de Currais Novos, a rocha possui essa nomenclatura por emitir um som que lembra o de um sino ao ser tocado.

Imagem 03: Pedra do Sino em Currais Novos/RN



Fonte: Raianne Kely, 2016.

O Vale Vulcânico (imagem 04) está situado a 15 km a SW do centro de Cerro Corá, na parte sudeste da Serra de Santana. O acesso ao local é feito por meio de estradas não pavimentadas que levam a uma trilha de cunho turístico, possuindo cerca de 2 km onde podem ser encontradas rochas vulcânicas, da trilha pode-se observar o relevo da região (Nascimento & Ferreira, 2012).

Imagem 04: Vale vulcânico em Cerro Corá/RN



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

O Pau do Ôco (imagem 05) está localizado na Serra do Cajueiro zona rural do município de Florânia, a característica principal dessa Tamboa é que ela de tão grossa e oca na época de chuva intensa era possível tomar banho no interior desta, no entanto, a árvore vem perpassando por um processo de deterioração provocado pela falta de conhecimento da população da relevância da mesma, dentre as ações que já foram realizadas está o corte de galhos e troncos e até mesmo tentativa de queimá-la para o plantio no espaço.

Imagem 05: Pau do Ôco em Florânia/RN



Fonte: Getson Luís, 2015.

O Mirante de Santa Rita está situado a 3,5 km, a ESE, do centro de Lagoa Nova, na RN-087, a 733 metros de altitude. Além disso, é possível ter uma visão geral da cidade de Currais Novos e visualizar a serra da Umburana em parte (Nascimento & Ferreira, 2012).

Imagem 06: Mirante Santa Rita em Lagoa Nova/RN



Fonte: Nascimento e Ferreira, 2012.

O Açude Ministro João Alves mais conhecido como Boqueirão (imagem 07) está situado 2,5 km a leste do centro de Parelhas, o mesmo chegou a ficar com seu volume de água baixo, mas em virtude das chuvas intensas no ano de 2016 este passou a abastecer também o município vizinho de Carnaúba dos Dantas.

Imagem 07: Açude Boqueirão em Parelhas/RN



Fonte: <http://blogdesaovicente.com.br/acude-boqueirao-em-parelhas-rn-esta-tomando-agua/>

O Talhado do Gavião está localizado há 09 km do centro da cidade, no sítio Lajedo, propriedade do senhor Aurélio Dantas, conhecido como Lero. Apresenta um abrigo sob rocha, com pinturas pertencentes a tradição Nordeste, subtradição Seridó, pinturas nas cores vermelhas, amarelas e branca destacando-se a sobreposição. As pinturas tem em torno de 9 mil anos antes do presente (entrevista realizada com Dantas, 2016).

Imagem 08: Talhado do Gavião em Carnaúba dos Dantas/RN



Fonte: <http://blogdotoscanoneto.blogspot.com.br/2015/04/o-famoso-bico-do-gaviao-situado-no.html>

O açude Marechal Dutra (popularmente conhecido como Gargalheiras) está situado a 4,5 km, a NE, do centro de Acari. O local foi considerado a 3ª maravilha do RN dentre as 133 finalistas do Concurso as 7 Maravilhas do RN (Nascimento & Ferreira, 2012). Atualmente, o mesmo está praticamente vazio como pode ser observado na imagem 09, mesmo com as chuvas que ocorreram durante o período

entre janeiro e maio os números pluviométricos não foi os esperados pela população que tem seu abastecimento com carros pipa e água de municípios vizinhos.

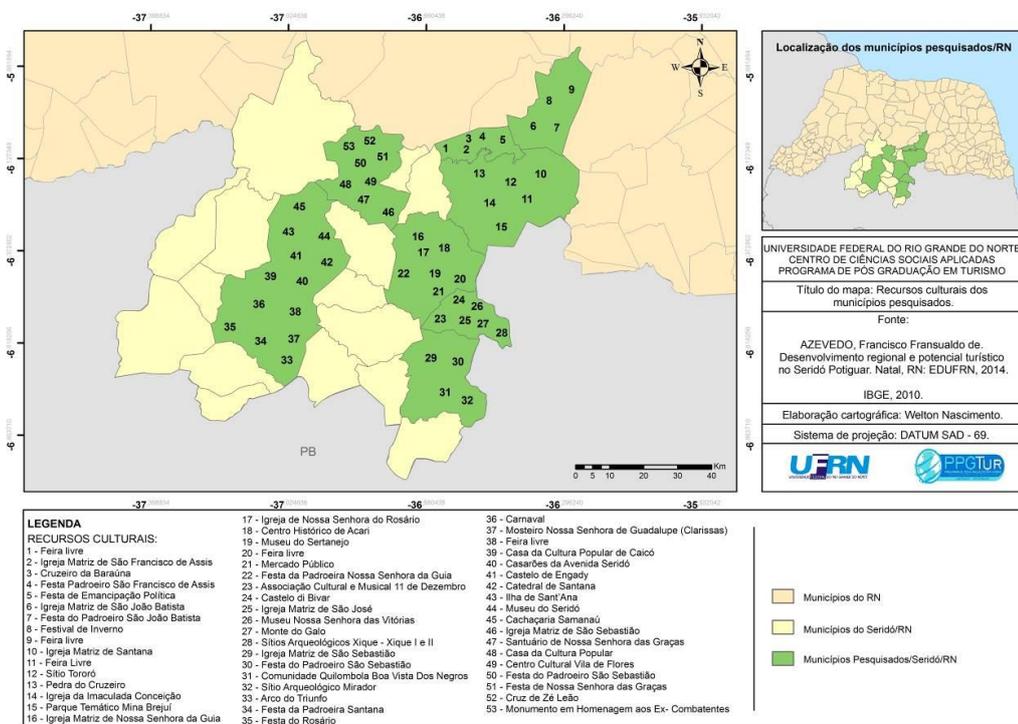
Imagem 09: Açude Marechal Dutra (popularmente conhecido como Gargalheiras) em Acari/RN



Fonte: Getson Luís, 2015.

Além da pluralidade de recursos naturais, a região investigada acrescenta seus recursos culturais que são variados e contribuem para a diversificação do produto turístico da região, conforme apresenta a figura 05.

Figura 05: Mapa dos recursos culturais do Seridó Potiguar



Fonte: IBGE, 2010.

A figura 05 sistematiza os recursos culturais da região Seridó Potiguar, a saber: o Cruzeiro da Baraúna e a feira livre em Lagoa Nova; a Pedra do Cruzeiro e a

Igreja da Imaculada Conceição em Currais Novos; a Ilha de Sant'Ana e o Castelo de Engady em Caicó; a Cruz de Zé Leão e o Monte de Nossa Senhora das Graças em Florânia; a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o Museu do Sertanejo em Acari; o festival de inverno e a Igreja Matriz de São João Batista em Cerro Corá; o Monte do Galo e o Castelo de Bívar em Carnaúba dos Dantas; e a Festa do Rosário em Parelhas.

Como pode ser visto a imagem 10 mostra a fachada da Igreja Matriz de São João Batista em Cerro Corá/RN, que está localizada no centro da cidade e tem em sua arquitetura traços do barroco assim como a maioria das igrejas da região. Já a imagem 11 mostra o complexo turístico Ilha de Sant'Ana que trata-se de um ambiente público localizado na cidade de Caicó, o nome foi escolhido em homenagem a padroeira da cidade, sua inauguração ocorreu no ano de 2008.

Imagem 10: Fachada da Igreja Matriz de São João Batista em Cerro Corá/RN



Fonte: <http://www.cerrocara.rn.gov.br/79/DadosMunicipais/>

Imagem 11: Complexo turístico Ilha de Sant'Ana em Caicó/RN



Fonte: <http://www.robsonpiresxerife.com/notas/ilha-de-santana-de-caico-permanece-interditada/>

O Museu do Sertanejo está localizado no município de Acari trata de um prédio arquitetônico do período colonial, o local foi construído para ser a cadeia da cidade, possui estilo neoclássico, em seu acervo estão itens do cotidiano sertanejo como o chapéu de couro, as perneiras do vaqueiro e outras relíquias típicas do Sertão.

Imagem 12: Museu do Sertanejo em Acari/RN



Fonte: https://twitter.com/museu_sertanejo

O Cruzeiro da Baraúna (imagem 13) está localizado na cidade de Lagoa Nova no bairro Jesus Menino, o local é marcado historicamente por ser onde foram celebradas as primeiras missas e os primeiros batizados, além disso, é marcado por ser onde nasce o município.

O Monte do Galo (imagem 14) está alocado no município de Carnaúba dos Dantas, inicialmente o mesmo era um cruzeiro, mais conhecido como Serrote do Galo e apenas depois de alguns anos de sua construção foi que teve outra nomenclatura, no local é celebrada missa e também tem o livre comércio de

produtos religiosos e outros trata-se de um dos principais pontos turísticos da localidade.

Imagem 13: Cruzeiro da Baraúna em Lagoa Nova/RN



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Imagem 14: Monte do Galo em Carnaúba dos Dantas/RN



Fonte: www.google.com.br

A Festa do Rosário (imagem 15) ocorre anualmente no município de Parelhas na maioria das vezes no período de Novembro de cada ano.

Imagem 15: Festa do Rosário em Parelhas/RN



Fonte: <http://www.potiguarnoticias.com.br/noticias/30527/festa-dos-negros-do-rosario-comeca-hoje>

A Pedra do Cruzeiro (imagem 16 ou Pedra do Navio como é mais conhecida) está localizada na cidade de Currais Novos, trata-se de uma rocha esculpida no decorrer dos anos pela ação do tempo (vento, chuva, erosão), recentemente foi tombado por lei municipal como um patrimônio de relevância para o município.

O Monte de Nossa Senhora das Graças (imagem 17) localiza-se em Florânia trata-se de um santuário de cunho religioso, cuja origem teve como ponto de partida o sonho de um frade conhecido como Otavio. Atualmente, apresenta-se como o principal ponto turístico de Florânia atraindo visitantes de outros Estados.

Diante dos recursos apresentados no âmbito do turismo, a região Seridó Potiguar mesmo dispondo de atrativos potenciais e peculiares ainda detém de alguns espaços ociosos que precisam ser trabalhados para que assim a atividade turística possa acontecer nas localidades que constituem este lugar.

Imagem 16: Pedra do Cruzeiro em Currais Novos/RN



Fonte: <http://semturcn.blogspot.com.br/2012/03/atrativo-turistico-pedra-do-navio-ou.html>

Imagem 17: Monte de Nossa Senhora das Graças em Florânia/RN



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Cabe ressaltar, que a região possui ainda um vasto calendário de festas de padroeiro, estas ocorrem anualmente envolve eventos de ordem religiosa como missas, batizados, procissões e apresentações teatrais e a parte social composta por festas em sua maioria com bandas de forró (por ser o ritmo mais apreciado pela população), quermesses, feirinhas (que trata-se de um evento com estandes variados de artesanato e gastronomia, além de atrações musicais). O quadro 07 aponta as principais festas de padroeiro (a) que ocorrem nos municípios que compõem a instância estudada.

Quadro 07: Padroeiros (as) dos municípios que compõem a pesquisa

Município	Padroeiro (a)
Lagoa Nova	São Francisco de Assis

Acari	Nossa Senhora da Guia
Currais Novos	Nossa Senhora Sant'Ana
Florânia	São Sebastião
Caicó	Nossa Senhora Sant'Ana
Cerro Corá	São João Batista
Parelhas	São Sebastião
Carnaúba dos Dantas	Nossa Senhora das Vitórias

Fonte: Elaborado a partir de Azevedo (2014).

A festa de São Francisco de Assis em Lagoa Nova ocorre no período de 25 de Setembro a 04 de Outubro de cada ano; já a de Acari da padroeira Nossa Senhora da Guia acontece entre 05 e 15 de Agosto todos os anos; em Currais Novos a festa de Sant'Ana compreende de 16 a 26 de Julho; Caicó a maior cidade da região a festa de Sant'Ana acontece de 23 de Julho a 01 de Agosto, no entanto, a data não é a mesma todos os anos algumas vezes é necessário adaptá-la. Em Cerro Corá a festa do padroeiro São João Batista acontece de 13 a 23 de Junho; a festa de São Sebastião em Parelhas acontece de 10 a 20 de Janeiro; já em Florânia a festa de São Sebastião de 11 a 21 Janeiro; na cidade de Carnaúba dos Dantas a festa da padroeira Nossa Senhora das Vitórias acontece de 15 a 25 de Outubro. Vale salientar que as datas podem sofrer alterações de acordo com a necessidade de cada localidade.

Dessa forma, pode-se dizer que a região Seridó Potiguar dispõe das condições propícias para a prática da atividade turística como, infraestrutura turística apropriada (sendo que alguns municípios ainda são frágeis neste quesito), no tocante a infraestrutura básica esta possui inúmeros problemas ainda como, o tratamento da rede de esgoto em algumas localidades, o deslocamento inadequado do lixo e estradas ainda não favoráveis. Mesmo com algumas dificuldades a instância sempre discute tais problemas e até elabora projetos para minimizá-los, no entanto, em virtude da falta de recursos financeiros alguns destes não podem ser solucionados.

Diante desse contexto, o Seridó apresenta-se como forte mesmo diante das dificuldades encontradas nos diversos setores, podendo vir a tornar-se uma área de relevantes projetos inclusive e principalmente relacionados ao turismo, em virtude

principalmente da hospitalidade, gastronomia e eventos programados que já se tornaram um marco dessa região.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que concerne às etapas da pesquisa, a mesma está dividida em três, a saber: a primeira consiste em um levantamento bibliográfico e documental com vistas a identificar ações já concretizadas bem como as inquietudes dos atores participantes da instância em análise.

O segundo momento da pesquisa está composto pela definição do eixo da pesquisa, bem como a elaboração do referencial teórico. Por conseguinte, foi realizada a coleta das informações que constituem este estudo. O terceiro e último momento da investigação está atrelado ao cruzamento das informações coletadas com a teoria discutida no decorrer da referida pesquisa, assim como, os detalhes finais da dissertação.

Quanto aos tipos de pesquisa, para este estudo utilizou-se a pesquisa exploratória por tratar-se de um estudo de um tema ainda pouco discutido no âmbito do Seridó Potiguar, assim como, a pesquisa explicativa que determina como os fenômenos ocorrem e explica sua incidência em um lugar.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Visando responder as inquietações desta pesquisa, foi utilizado como base metodológica, o estudo acerca das teorias do desenvolvimento, desenvolvimento regional, políticas públicas e abordagens das políticas públicas de turismo e instâncias de governança, destacando-se ainda a sustentabilidade e a participação social no turismo utilizando-se de obras de diversos teóricos.

Com relação aos tipos de pesquisa utilizados adotou-se os conceitos estabelecidos por Dencker (1998), Medeiros (2010), Roesch (1996) e Bardin (2011) uma vez que são estudiosos que trazem conceitos bem estruturados acerca destes utilizados no referido estudo.

No que se refere ao método nesta pesquisa utilizou-se o método indutivo que consiste em partir de dados particulares constatados, por meio de premissas que levem o pesquisador, a obter conclusões onde o conteúdo seja mais amplo que as premissas nas quais se baseou (Marconi & Lakatos, 2003). Nesse sentido,

compreende-se que o método indutivo foi relevante por abranger a pesquisa em seu teor científico, bem como, por mostrar a veracidade das informações coletadas.

Quanto à caracterização desta investigação esta se aponta como exploratória uma vez que tem por intuito aperfeiçoar ideias ou encontrar intuições, tendo como características o levantamento bibliográfico bem como as entrevistas. Já a pesquisa descritiva busca descrever fenômenos ou estabelecer semelhanças entre variáveis (Dencker, 1998).

Dessa forma, a pesquisa caracteriza-se ainda como qualitativa uma vez que “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social” (Richardson, 1985, p.79).

A pesquisa qualitativa leva o pesquisador a entender com maior profundidade a complexidade de um determinado fenômeno, logo essa se aplica a este estudo uma vez que se analisaram as ações e gargalos na instância de governança de turismo do Polo Seridó. Além disso, foi utilizada a técnica de observação na medida em que:

Tem sido utilizada pelo menos de duas maneiras: de uma forma encoberta, quando o pesquisador se torna um empregado da empresa; e de forma aberta, quando o pesquisador tem permissão para observar, entrevistar e participar no ambiente de trabalho em estudo (Roesch, 1996, p.161).

Cabe ressaltar, que a observação foi relevante visto que a pesquisadora participou de algumas reuniões (imagens 18 e 19) do conselho da arena pública estudada, isto quando foram realizadas, fator este que possibilitou compreender o que já foi realizado e as dificuldades existentes no turismo da região em estudo.

Imagem 18: Reunião do conselho do Polo Seridó



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Imagem 19: Reunião do conselho do Polo Seridó



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

É necessário ainda atentar-se para o universo da pesquisa, haja vista que por meio deste está definido quem foram os atores envolvidos com a pesquisa, quantos são estes, bem como o porquê da escolha e os critérios utilizados para a escolha do referido item.

3.2 UNIVERSO DA PESQUISA

O universo deste estudo foi escolhido em virtude dos objetivos traçados para a referida investigação, logo, esse será composto pelo poder público federal (02 participantes), pelo poder público estadual (01 integrante), pelo poder público municipal (08 integrantes) pelo terceiro setor (04 integrantes) e iniciativa privada (05 integrantes). No que se refere à quantidade de indivíduos respondentes da pesquisa este totalizava 29 conselheiros, no entanto, só foi possível aplicar o instrumento de pesquisa com 20. Muitos foram os motivos, os principais foram às diversas tentativas de procurar entrevistar os conselheiros pelas diversas vias, pessoalmente, por telefone e e-mail, e não ter nenhuma resposta, assim como, pela falta de disponibilidade em poder receber a pesquisadora. Vale salientar, que os respondentes foram escolhidos de acordo com os objetivos traçados para esta pesquisa, bem como pelo fato de que por meio destes atores foi possível obter informações relevantes como, por exemplo, em relação às ações que vem sendo desempenhadas pelos empresários com vistas ao desenvolvimento do turismo no Seridó, além de poder identificar a influência da instância do polo Seridó nestes

empreendimentos. O quadro 08 apresenta os membros que participaram da pesquisa.

Quadro 08: Respondentes da pesquisa

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS	TERCEIRO SETOR
PODER PÚBLICO FEDERAL	SEBRAE	AMSO – Associação dos Municípios do Seridó Oriental
Banco do Nordeste do Brasil	ABAV	Faculdade Católica Santa Terezinha
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	CDL – Câmara dos Dirigentes Lojista	UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
	SENAC	Associação das Mulheres Produtoras Rurais da Comunidade Quandu
	SINGTUR	
PODER PÚBLICO ESTADUAL		
SETUR – Secretaria de Estado do Turismo do RN		
PODER PÚBLICO MUNICIPAL		
Acari		
Caicó		
Carnaúba dos Dantas		
Cerro Corá		
Currais Novos		
Lagoa Nova		
Parelhas		
Florânia		

Fonte: Elaborado a partir das atas das reuniões do conselho, 2016.

Quanto aos critérios utilizados para a escolha do universo desta pesquisa estes são três, a saber: o primeiro está atrelado à política pública englobando os secretários municipais de turismo, a instância de governança do polo Seridó e os gestores públicos. O segundo relaciona-se com a participação da iniciativa privada

no turismo, neste caso os empresários dos empreendimentos turísticos que compreendem os municípios analisados nesta investigação. E o terceiro e último critério está englobado na participação da comunidade no desenvolvimento do turismo na região, aqui representada pelas ONG's, associações, e sindicatos laborais.

Diante disso, se percebe que foram implementados os atores envolvidos com o turismo nas localidades abarcadas pela presente pesquisa. Para que sejam alcançadas as informações pertinentes para análise é necessário atentar-se para o plano de coleta de dados no que se refere ao modo como os dados foram levantados.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Para o levantamento dos dados foram aplicadas entrevistas semiestruturadas que consistem em preparar os questionamentos, tendo a possibilidade de acrescentar ou excluir perguntas durante as entrevistas. Além disso, a pesquisadora analisou as atas da instância em estudo com vistas a analisar as ações que foram concretizadas ao logo do período proposto nesta pesquisa.

Ainda para levantar e analisar os dados desta pesquisa foi aplicada uma matriz elaborada por Nóbrega (2012) adaptando a realidade local. De acordo, com Nóbrega (2015) inicialmente (no ano de 2012) foram sugeridos 07 elementos para a construção da matriz de análise de políticas públicas por meio da constituição de instâncias de governança, no entanto, após algumas pesquisas realizadas foi acrescido mais um elemento totalizando 08 como pode ser observado no quadro 09.

Quadro 09 - Elementos de governança considerados na pesquisa

CATEGORIA	VAR (01)	VAR (02)	VAR (03)
1. Processo eletivo dos integrantes da Instância	Existe (Caso tenha sido realizada alguma reunião anterior à composição da instância ou mesmo uma plenária maior no momento da composição da instância)	Não existe (Caso não tenha ocorrido nenhuma das situações da variável 1)	
2. Equilíbrio da Representatividade de da Instância	Existe Quando há uma divisão igualitária, ou	Quando há uma maior concentração de	

	seja, 33,3% (Poder Público); 33,3% (3º Setor), e 33,3 % (Iniciativa Privada)	representatividade de um grupo em detrimento de outro.	
3. Avaliação do desempenho da instância	Baixa: Quando a regularidade das reuniões não segue o planejamento definido pelo grupo e as ações propostas não são concretizadas, bem como os temas das pautas não discutem o desenvolvimento turístico local. Finalmente, quando menos de 50% das ações programadas são efetivadas.	Média: Quando a regularidade das reuniões segue o planejamento definido pelo grupo e as ações propostas são efetivadas em 50%. Aqui os temas e assuntos inseridos na pauta discutem parcialmente o desenvolvimento turístico local.	Alta: Quando a regularidade das reuniões segue o planejamento definido pelo grupo e as ações propostas são efetivadas entre 75 % e 100%. Aqui os temas e assuntos discutidos na pauta das reuniões preocupam-se diretamente com o desenvolvimento turístico local
4. Participação qualitativa entre os membros da instância	Baixa (caso o representante frequente esporadicamente às reuniões da Instância em função do desinteresse na colaboração dos trabalhos do grupo).	Média (caso o representante optou em participar regularmente por acreditar na importância do papel em discutir as ações de turismo a partir de uma instância)	Alta (Caso o representante participe ativamente das discussões considerando a regularidade nas frequências. Além de acreditar na importância do papel da Instância, ele se forma e informa os demais integrantes do grupo)
5. Realização de avaliações sistemáticas do grupo	Baixa (Caso os representantes apenas retomem as questões deliberadas na última reunião)	Média (Quando são retomadas as discussões anteriores e são determinados prazos executáveis para o cumprimento das ações)	Alta Quando são realizadas reuniões específicas para avaliação das ações do grupo no período compreendido em cerca de 6 meses.
6. Quantidade e qualidade das parcerias firmadas pela instância	Baixa (Caso o representante não identifique nenhuma parceria efetuada entre a instituição que representa e a instância), ou seja, benefícios para ambos os lados.	Média (Caso o representante identifique pelo menos uma ação efetuada entre a instituição que representa e a instância), ou seja, benefícios para ambos os lados quer seja na área	Alta (Caso o representante identifique mais de uma ação efetuada entre a instituição que representa e a instância em um período de 12 meses), ou seja, benefícios para ambos os lados

		de capacitação, instalação física, mudança social.	quer seja na área de capacitação, instalação física, mudança social.
7. Disseminação e acesso das informações entre os integrantes da instância	Baixa (Caso o representante não tenha recebido informações deliberadas pelo grupo quer seja oralmente, quer seja por escrito)	Média (Caso o representante receba as informações quer seja por escrito ou oralmente apenas na ocasião das reuniões e/ou nas convocações das reuniões)	Alta (Caso o representante receba sistematicamente as informações, quer seja formalmente ou oralmente em tempo hábil, antes das reuniões.)
8. Grau de confiança entre os integrantes da instância	Baixa (Caso o representante nunca tenha compartilhado na rede com recursos humanos, físicos e financeiros em sequer uma ação proposta pela instância)	Média (Caso o representante tenha compartilhado em 50% das ações planejadas e efetivadas pela instância, através de recursos humanos, físicos e financeiros)	Alta (Caso o representante tenha compartilhado em no mínimo 50% das ações planejadas e efetivadas pela instância, através de recursos humanos, físicos e financeiros) Além disso, a efetivação das deliberações em ações do grupo deve atingir um nível entre 75 % a 100%.

Fonte: Nóbrega (2012; 2015).

A aplicação das entrevistas *a priori* foi realizada por meio de um teste piloto para identificar se as questões eram de fácil entendimento para os respondentes, bem como se atendiam as expectativas e respondendo os objetivos traçados para estas. Ainda sobre a realização das entrevistas é necessário destacar que uma delas foi necessária ser realizada por telefone e uma por e-mail visto que em virtude de assuntos de ordem pessoal/ profissional os respondentes não dispunham de tempo para que a pesquisadora fizesse uma visita *in loco*.

Além disso, foi realizado um registro fotográfico durante toda a pesquisa visando embasar o estudo, assim como, por detectar como as reuniões do conselho são realizadas, espaços, ambientes e participantes, e atrativos turísticos dos municípios estudados, enfim, de todas as etapas da pesquisa. Finalizada a coleta dos dados foi necessário realizar a análise das informações coletadas, fase esta que será abordada a seguir.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE

Para analisar os dados desta pesquisa foi utilizada a técnica de análise de conteúdo que de acordo com Dellangelo e Silva (2005, p.102) “visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica etc., por meio de um processo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens específicas”. Vale salientar, que a principal estudiosa da técnica análise de conteúdo utilizada no Brasil é Bardin, por este motivo foram considerados os aspectos e escolhidas às categorias de acordo com a obra desta teórica.

Logo, Bardin (2006, p. 38) discorre que a análise de conteúdo consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

Desse modo, pode-se afirmar que a análise de conteúdo trouxe relevantes contribuições para a pesquisa, uma vez que por meio do tratamento dos dados foi possível alcançar os objetivos aqui propostos. O quadro 10 mostra a metodologia geral desta pesquisa.

Quadro 10: Quadro metodológico geral da pesquisa

OBJETIVOS	CATEGORIAS \ VARIÁVEIS DE ANÁLISE	AUTOR / ANO	TÉCNICAS DE COLETA	TÉCNICAS DE ANÁLISE
a) Caracterizar as “Instâncias de Governança” do turismo na região do Seridó	<p>Processo de criação das instâncias</p> <p>Participantes</p> <p>Ano de criação</p> <p>Objetivos</p>	<p>Gastal & Moesch (2007)</p> <p>Teixeira (2002)</p> <p>Barbosa (2009)</p> <p>Boullón (2005)</p> <p>Alves (2010)</p> <p>Bahia & Figueiredo (2013)</p>	<p>Pesquisa documental e bibliográfica</p>	<p>Análise bibliográfica e documental</p>

		Nóbrega (2008) Silva & Sonaglio (2013) Silva (2014) Ávila (2009) Moesch (2002)		
b) Levantar o perfil dos diferentes atores que compõem as arenas públicas que discutem o turismo	Perfil (escolaridade, fonte de renda). Características gerais Atuação Atividades desempenhadas	Virginio (2011) Fonseca (2005) Dias (2008) Braga(2007) Taveira (2008) Beni (2006) Taveira (2010)	Aplicação de entrevista semiestruturada	Análise de conteúdo
c) Investigar os mecanismos de participação dos atores nos processos decisórios e seus papéis na cadeia produtiva do turismo	Avaliação do desempenho da instância Principais entidades que participam do conselho Atores envolvidos Características locais	Oliveira (2005) Mielke (2009) Araújo (2009) Dias (2008) Weber (1991) Dye (2005) Thevenin (2011) Fortunato & Neffa (2014) Brasil (2009)	Aplicação de matriz analítica elaborada por Nóbrega (2012)	Análise de conteúdo
d) Levantar as principais ações já efetivadas no polo relacionado ao processo de desenvolvimento regional	Planejamento e gestão do turismo Ações já realizadas Efetividade das	Becker (2003) Wittman, Dotto & Boff (2008) Nóbrega (2012) Sen (2000)	Aplicação de entrevistas semiestruturadas	Análise de conteúdo

	ações			
e) Problematizar os principais entraves dos atores sociais que compõe as arenas públicas que dificultam o processo de desenvolvimento regional do Seridó Potiguar	<p>Frequências das reuniões do conselho</p> <p>Grau de participação nas decisões da instância</p> <p>Quantidade e qualidade das parcerias firmadas pela instância</p> <p>Sustentabilidade</p> <p>Possibilidades</p> <p>Gargalos da instância</p>	<p>Sachs (2009)</p> <p>Beni (2006)</p> <p>Cooper (2011)</p> <p>Nóbrega (2012, 2013)</p> <p>Wu <i>et al</i> (2014)</p> <p>Nascimento <i>et al</i> (2013)</p>	Aplicação de entrevistas semiestruturadas	Análise de conteúdo

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Cabe ressaltar, que a metodologia apresentada foi primordial para que se pudessem alcançar os objetivos traçados para o estudo, tendo em vista que com a pesquisa bibliográfica foi possível construir o estado da arte da investigação, assim como, a pesquisa documental; já a pesquisa de campo *in loco*, a aplicação das entrevistas semiestruturadas e a análise de conteúdo permitiram conhecer a fundo a instância e suas ações em prol do turismo na região do Seridó Potiguar.

Além disso, utilizou-se a metodologia SWOT para tabular alguns dados, tendo em vista, que esta é a que mais se aplica para os questionamentos acerca dos pontos fortes e fracos da região Seridó Potiguar, logo, compreende-se que:

A análise SWOT é um sistema simples utilizado para posicionar ou verificar a posição estratégica da empresa ou, neste caso, de segmento, no ambiente em questão. É uma sigla oriunda do inglês e é um acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats) (Dantas& Melo, 2008, p.120).

Dessa forma, a análise SWOT trouxe relevantes contribuições para a pesquisa uma vez que apontou os pontos que necessitam de melhorias, bem como, elencou, o que é preciso para alcançar o sucesso da localidade quanto ao turismo.

O capítulo a seguir apresenta os resultados da pesquisa onde se pode averiguar a situação atual da instância, suas dificuldades e entraves no desenvolvimento do turismo regional, bem como, identificar o que pode ser feito para que a atividade turística no local possa acontecer.

4 O PAPEL DO CONSELHO DO POLO DE TURISMO SERIDÓ NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA REGIÃO SERIDÓ POTIGUAR

Neste tópico serão apresentados os resultados obtidos com o presente estudo, informações estas relevantes, para o planejamento futuro do turismo na região pesquisada, bem como por dispor de dados que na maioria das vezes não é de conhecimento dos conselheiros da instância de governança, acarretando no planejamento de forma errônea visto que este por si só talvez não seja suficiente para avançar o processo de planejamento e gestão do turismo.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA DE TURISMO DO SERIDÓ POTIGUAR

A partir da literatura estudada nesta pesquisa percebeu-se a relevância das instâncias de governança para o turismo em um determinado lugar, pois seu papel vai além das discussões quando os membros se reúnem, essa instância desempenha ainda a função de facilitadora na execução das ações, bem como de cobrar quando uma ação não for concluída com êxito. Cabe ressaltar, que uma instância de governança pode ter os seguintes formatos, conforme quadro 11 a seguir:

Quadro 11: Formatos mais comuns das instâncias de governança.

FORMATO	CARACTERIZAÇÃO
FÓRUM	A palavra fórum significa reunião, congresso, conferência que envolve debate de um tema. É um espaço democrático que serve como instrumento de comunicação, reflexão, debate, intercâmbio, articulação, ajuda mútua na solução de dúvidas e problemas, exposição de ideias, opiniões e sugestões sobre um determinado tema. No fórum as pessoas podem se reunir para discutir sobre um determinado assunto por meio de debates temáticos, criação de agendas e pautas de discussão, articulação política, social, cultural e econômica, proposição e organização de atividades coletivas, sempre com um propósito determinado. A organização do fórum pressupõe a escolha democrática de um presidente, um vice-presidente e coordenadores de cada um dos comitês temáticos.
	Órgão ou instância colegiada de caráter permanente, deliberativo e consultivo, que

CONSELHO	<p>integra a estrutura básica da secretaria ou órgão equivalente e tem sua composição, organização e competência fixados em lei. Os Conselhos têm o papel de estabelecer a mediação das relações sociedade/Estado. A partir da Constituição de 1988, leis orgânicas específicas passaram a regulamentar o direito constitucional à participação, por meio de Conselhos com composição paritária entre representantes do Poder Executivo e da sociedade civil.</p>
ASSOCIAÇÃO	<p>Pessoa jurídica formada por vários indivíduos, que se organizam de forma democrática para a realização de atividades sem fins lucrativos, em defesa de seus interesses. Distingue-se de outras entidades pela dupla identidade dos associados, que são, ao mesmo tempo, gestores e usuários. Suas principais características são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entidades de direito privado e não público; • Constituídas pela reunião de duas ou mais pessoas físicas e/ou jurídicas para a realização de objetivos comuns; • Têm patrimônio formado pela contribuição dos participantes, por doações, subvenções etc; • Podem ter as finalidades alteradas pelos associados, em assembleia geral; • Deliberam livremente, em assembleia geral, por meio do direito de voto de cada sócio.
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO	<p>Organização técnico-institucional de caráter executivo que atua na identificação, elaboração, implementação e monitoramento de projetos de desenvolvimento setorial ou territorial. Sua estrutura organizacional é composta normalmente por: Assembleia Geral; Presidente e Vice-Presidente; Administração; Conselho Fiscal; Superintendente ou Diretor Executivo e quadro técnico. Os aspectos mais relevantes de uma Agência são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ser aceita e entendida pelas estruturas políticas e institucionais; • Traduzir todos os seus objetivos em projetos e atividades concretas; • Coordenar esforços com outras organizações regionais já existentes; • Mobilizar os recursos financeiros, públicos e/ou privados, necessários à sua estrutura básica e necessários à implementação de novos projetos; • Ter autonomia e independência institucional necessárias para tomar suas próprias decisões no contexto regional; • Revelar forte empenho do pessoal técnico, de modo a obter resultados concretos.

Fonte: Governo do Estado do Paraná (2009).

A região do Seridó é composta por 23 (vinte e três) municípios, a saber: Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro

Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas.

Porém, a instância de governança de turismo da região Seridó Potiguar (conselho) tem a representatividade apenas dos seguintes municípios: Cerro Corá, Currais Novos, Acari, Carnaúba dos Dantas, Parelhas, Jardim do Seridó, Caicó e Lagoa Nova conforme votação, realizada na Reunião de Instalação do Conselho no dia 11 de julho de 2008, estes que representam os demais municípios nos assuntos de interesse do desenvolvimento turístico da região. Recentemente foi incluído o município de Santana do Matos, mas este não foi contemplado na pesquisa. O quadro 12 apresenta as instituições que compunham o Conselho do Polo Seridó em 2008 quando ocorreu sua criação.

Quadro 12: Instituições que compunham o Conselho do Polo Seridó em 2008.

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS	TERCEIRO SETOR
PODER PÚBLICO FEDERAL	CREDISERIDÓ	AMSO – Associação dos Municípios do Seridó Oriental
Banco do Nordeste do Brasil	SEBRAE	ADESE
Caixa Econômica Federal	CDL – Câmara dos Diretores Lojista	CRACAS – Associação Regional do Artesanato do Seridó
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	SENAC	Faculdade do Seridó
Banco do Brasil	SINGTUR	Faculdade Católica Santa Terezinha
PODER PÚBLICO ESTADUAL	ABRASEL	UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SETUR – Secretaria de
Estado do Turismo do RN

ABETA

Fundação Seridó

EMPROTUR – Empresa
Potiguar de Promoção
Turística do RN

SETHAS / PROART

IBAMA

**PODER PÚBLICO
MUNICIPAL**

Acari

Caicó

Carnaúba dos Dantas

Cerro Corá

Currais Novos

Lagoa Nova

Parelhas

Jardim do Seridó

Fonte: Elaborado a partir das atas das reuniões do conselho, 2016.

No entanto, no ano de 2015 houve alterações nos municípios constituintes do conselho bem como de algumas instituições, por exemplo, o município de Jardim do Seridó perdeu seu assento uma vez que havia muito tempo que o representante e/ou titular não participavam das reuniões, além da inserção do município de Florânia no conselho, e recentemente outra mudança, foi o acréscimo ocorrido no ano de 2016 do representante do município de Santana do Matos, este último não

foi contemplado nesta pesquisa em virtude de sua inclusão ter ocorrido no mês de maio de 2016, momento posterior a realização das entrevistas e análise dos dados deste estudo. O conselho do polo de turismo Seridó foi instalado no dia 11 de julho de 2008 no município de Currais Novos/RN onde houve uma reunião especificamente para este fim.

Atualmente, o conselho do Polo Seridó é constituído pelas instituições apresentadas no quadro 13. As mudanças ocorrem de forma democrática por meio de votação e respeitando os princípios do regulamento interno da referida instância de governança.

Quadro 13: Instituições que atualmente compõem o conselho

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS	TERCEIRO SETOR
PODER PÚBLICO FEDERAL	SEBRAE	AMSO – Associação dos Municípios do Seridó Oriental
Banco do Nordeste do Brasil	ABAV	ADESE
Caixa Econômica Federal	CDL – Câmara dos Dirigentes Lojista	CRACAS – Associação Regional do Artesanato do Seridó
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	SENAC	Faculdade do Seridó
	SINGTUR	Faculdade Católica Santa Terezinha
PODER PÚBLICO ESTADUAL		UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
SETUR – Secretaria de Estado do Turismo do RN		Fundação Seridó

EMPROTUR – Empresa Potiguar de Promoção Turística do RN	IFRN
SETHAS / PROART	Associação das Mulheres Produtoras Rurais da Comunidade Quandu
PODER PÚBLICO MUNICIPAL	
Acari	
Caicó	
Carnaúba dos Dantas	
Cerro Corá	
Currais Novos	
Lagoa Nova	
Parelhas	
Florânia	
Santana do Matos	

Fonte: Elaborado a partir das atas das reuniões do conselho, 2016.

Dessa forma, se percebe que ocorreram algumas mudanças na composição do conselho fator este que, contribuiu para a demora na resolução dos gargalos da instância acarretando em simples discussões sem ações concretas. Sendo assim, de acordo com o regulamento do conselho de turismo do Polo Seridó (2008, p. 03):

O Conselho de Turismo tem por objetivo potencializar o desenvolvimento das localidades abrangidas na região do Seridó, sob a ótica do empresariado, buscando a integração das ações do Governo Federal, alinhando-as com as políticas públicas do Governo Estadual e dos Governos Municipais e com a sociedade em geral, a partir do gerenciamento adequado dos incrementos das receitas geradas pelo turismo.

Sendo assim, percebe-se que a criação da referida instância de governança muito contribuiu para o desenvolvimento do turismo na região, isto porque, as questões do setor passaram a ser discutidas com mais seriedade e soluções passaram a ser discutidas para o êxito positivo da atividade.

De acordo com Brasil (2009) as instâncias de governança de turismo quando implementadas em uma região, muito podem contribuir com o desenvolvimento da atividade, visto que as articulações em prol desta podem ser melhor elaboradas e efetivadas corroborando com os atores sociais direta ou indiretamente envolvidos com o setor.

Dessa forma, a instância de governança de turismo abordada neste estudo é o Conselho do Polo de Turismo Seridó, que foi criado no ano de 2008, com o objetivo de desenvolver a região do Seridó Potiguar por meio do turismo, com vistas a contemplar os municípios desta de forma a corroborar com a renda dos agentes envolvidos e fortalecer a cultura local.

Como foi abordado na introdução e na metodologia desta pesquisa, para analisar alguns dos dados obtidos com esta investigação utilizou-se a matriz analítica de governança elaborada por Nóbrega (2012; 2015), a mesma contempla oito categorias dispostas no quadro 14 estas, de suma importância para o entendimento da dinâmica da instância em análise.

Quadro 14 – Síntese dos elementos/variáveis analisados na averiguação.

CATEGORIA	VAR (1)	VAR (2)	VAR (3)
Processo eletivo dos integrantes da Instância	EXISTE: Caso tenha sido realizada alguma reunião anterior à composição da instância ou mesmo uma plenária maior no momento da composição da instância.	NÃO EXISTE: Caso não tenha ocorrido nenhuma das situações da variável 1.	-----
Equilíbrio da Representatividade da Instância	EXISTE: Quando há uma divisão igualitária, entre o Poder Público, 3º Setor e Iniciativa Privada.	NÃO EXISTE: Quando há uma maior concentração de representatividade de um grupo em detrimento de outro.	-----

<p>Avaliação do desempenho da instância</p>	<p>BAIXA: Quando a regularidade das reuniões não segue o planejamento definido pelo grupo e as ações propostas não são concretizadas, bem como os temas das pautas não discutem o desenvolvimento turístico local. Quando menos de 50% das ações programadas são efetivadas.</p>	<p>MÉDIA: Quando a regularidade das reuniões segue o planejamento definido pelo grupo e as ações propostas são efetivadas em 50%. Os temas e assuntos inseridos na pauta discutem parcialmente o desenvolvimento turístico local.</p>	<p>ALTA: Quando a regularidade das reuniões segue o planejamento definido pelo grupo e as ações propostas são efetivadas entre 75 % e 100%. Os temas discutidos na pauta preocupam-se com o desenvolvimento turístico local.</p>
<p>Participação qualitativa entre os membros da instância</p>	<p>BAIXA: Caso o representante frequente esporadicamente as reuniões da Instância em função do desinteresse na colaboração dos trabalhos do grupo.</p>	<p>MÉDIA: Caso o representante optou em participar regularmente por acreditar na importância do papel em discutir as ações de turismo a partir de uma instância.</p>	<p>ALTA: Caso o representante participe ativamente das discussões considerando a regularidade nas frequências. Além de acreditar na importância do papel da Instância, ele se forma e informa os demais integrantes do grupo.</p>
<p>Realização de avaliações sistemáticas do grupo</p>	<p>BAIXA: Caso os representantes apenas retomem as questões deliberadas na última reunião.</p>	<p>MÉDIA: Quando são retomadas as discussões anteriores e são determinados prazos executáveis para o cumprimento das ações.</p>	<p>ALTA: Quando são realizadas reuniões específicas para avaliação das ações do grupo no período compreendido em cerca de 6 meses.</p>
<p>Quantidade e qualidade das parcerias firmadas pela instância</p>	<p>BAIXA: Caso o representante não identifique nenhuma parceria efetuada entre a instituição que representa e a instância, ou seja, benefícios para ambos os lados.</p>	<p>MÉDIA: Caso o representante identifique pelo menos uma ação efetuada entre a instituição que representa e a instância, ou seja, benefícios para ambos os lados quer seja na área de capacitação, instalação física, mudança social.</p>	<p>ALTA: Caso o representante identifique mais de uma ação efetuada entre a instituição que representa e a instância em um período de 12 meses, ou seja, benefícios para ambos os lados quer seja na área de capacitação, instalação física, mudança social.</p>
<p>Disseminação e acesso das informações entre os integrantes da instância</p>	<p>BAIXA: Caso o representante não tenha recebido informações deliberadas pelo grupo quer seja oralmente, quer seja por escrito.</p>	<p>MÉDIA: Caso o representante receba as informações quer seja por escrito ou oralmente apenas na ocasião das reuniões e/ou nas convocações das reuniões.</p>	<p>ALTA: Caso o representante receba sistematicamente as informações, quer seja formalmente ou oralmente em tempo hábil, antes das reuniões.</p>

Grau de confiança entre os integrantes da Instância	BAIXA: Caso o representante nunca tenha compartilhado na rede com recursos humanos, físicos e financeiros em sequer uma ação proposta pela instância.	MÉDIA: Caso o representante tenha compartilhado em 50% das ações planejadas e efetivadas pela instância, através de recursos humanos, físicos e financeiros.	ALTA: Caso o representante tenha compartilhado em no mínimo 50% das ações planejadas e efetivadas pela instância, através de recursos humanos, físicos e financeiros. Além disso, a efetivação das deliberações em ações do grupo deve atingir um nível entre 75 % a 100%.
--	--	---	---

Fonte: Nóbrega (2012; 2015).

Logo, serão apresentados os dados obtidos com a aplicação da matriz analítica na instância em estudo, que se trata do Conselho do Polo de Turismo do Seridó ora apresentado neste capítulo.

4.2 O CONSELHO DO POLO DE TURISMO SERIDÓ E SUA PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NA REGIÃO SERIDÓ POTIGUAR

O turismo na região do Seridó Potiguar vem sendo discutido já faz alguns anos, isto é perceptível pelas pesquisas já existentes, bem como pela consolidação do Conselho do Polo de Turismo Seridó ou Conselho do Polo Seridó como é popularmente conhecido, no entanto, alguns gargalos vêm sendo observados pelos membros com o passar dos anos, o que se percebe é um conselho com características de consultivo e deliberativo, com ações implementadas, no entanto, com pouca ou nenhuma efetividade.

Quadro 15: Principais ações implementadas pelo Polo Seridó

AÇÃO	INSTITUIÇÃO IDEALIZADORA
Curso de garçom e garçonete	SEBRAE
Apoio a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico de Currais Novos	UFRN
Realização do Inventário Turístico da região	UFRN

Festival Saboreando	SEBRAE
PDITS	PRODETUR
Atualização e Realização de um Curso de Guia Regional	SETUR e SENAC
Estimular a participação do artesanato nas feiras e eventos com exposição e brindes	CRACAS e EMPROTUR
Construção de infraestrutura de acesso aos sítios arqueológicos xique-xique 1 e 2 em Carnaúba dos Dantas	IPHAN
Projeto Território Seridó	SEBRAE
Plano de Marketing	SETUR
Outdoors para promover o Seridó	SETUR e SEBRAE
Manutenção das placas dos monumentos Geológicos	IDEMA, SETUR, EMPROTUR
Apoio ao Projeto Geoparque Seridó	UFRN, IPHAN, SEBRAE
Guia de bolso do Seridó	SEBRAE
Capacitações	PRONATEC/ IFRN
Roteiro Seridó	SEBRAE e SETUR

Fonte: Atas das reuniões do conselho, 2008 – 2016.

Muitos são os fatores que contribuíram para esta situação como aponta Silva (2014) em seu trabalho dissertativo, podendo-se destacar a pouca estabilidade das ações do conselho em prol do turismo na região Seridó Potiguar, a pouca demanda para visitar a região fator este já debatido diversas vezes nas reuniões da instância de governança.

O quadro 16 aponta a dinâmica da instância de governança em estudo contemplando as oito categorias definidas na Matriz Analítica de Governança do Turismo de Nóbrega (2012; 2015).

Quadro 16: Categorias analisadas na pesquisa com o Conselho de Turismo do Polo Seridó.

CATEGORIA	VARIÁVEL (1)	VARIÁVEL (2)	VARIÁVEL (3)
Processo eletivo dos integrantes da Instância	EXISTE		
Equilíbrio da Representatividade da Instância		NÃO EXISTE	
Avaliação do desempenho da instância		MÉDIA	
Participação qualitativa entre os membros da Instância			ALTA
Realização de avaliações sistemáticas do grupo	BAIXA		
Quantidade e qualidade das parcerias firmadas pela Instância			ALTA
Disseminação e acesso das informações entre os integrantes da Instância			ALTA
Grau de confiança entre os integrantes da Instância		MÉDIA	

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Quanto ao processo eletivo dos integrantes da instância em estudo a instância estudada, tem como presidente o Secretário de Estado do Turismo, com o apoio ainda da coordenadora operacional da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) e coordenadora do PRT além de outros profissionais que atuam diretamente no referido órgão.

Para se eleger os representantes do polo é necessário haver uma votação na reunião, tendo a participação de pelo menos 50% dos integrantes, o primeiro critério a ser avaliado é a participação do representante nas reuniões, seguido pela representatividade do município na região (representante da SETUR).

Ao longo dos anos o conselho passou por diversas mudanças em sua estrutura conforme já comentado neste trabalho, e no ano de 2014 o conselho esteve praticamente inativo, as reuniões não ocorreram com frequências e algumas ações que poderiam ter sido efetivadas não saíram do papel.

O PDITS precisa ser efetivado, porque ele foi elaborado, mas não se concretizou as ações nele pertencentes, além disso, a qualificação profissional que ainda é incipiente, os roteiros turísticos que são poucos na região, ou seja, é necessário que efetivamente as coisas aconteçam que a política de interiorização se concretize e que se empreenda mais na área (representante da UFRN).

O segundo item analisado nesta pesquisa foi o equilíbrio da representatividade da instância, onde se percebeu que nesta NÃO EXISTE, pois quinze membros são do poder público dividido em três esferas federal, estadual e municipal, quanto ao terceiro setor este conta apenas com nove membros e o setor privado com cinco membros, assim, percebe-se que não existe equidade (como pode ser observado no quadro 17) na quantidade de membros de forma igualitária.

Quadro 17: Instituições que atualmente compõem o conselho

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS	TERCEIRO SETOR
PODER PÚBLICO FEDERAL	SEBRAE	AMSO – Associação dos Municípios do Seridó Oriental
Banco do Nordeste do Brasil	ABAV	ADESE
Caixa Econômica Federal	CDL – Câmara dos Dirigentes Lojista	CRACAS – Associação Regional do Artesanato do Seridó
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	SENAC	Faculdade do Seridó
	SINGTUR	Faculdade Católica Santa Terezinha
PODER PÚBLICO		UFRN – Universidade

ESTADUAL	Federal do Rio Grande do Norte
SETUR – Secretaria de Estado do Turismo do RN	Fundação Seridó
EMPROTUR – Empresa Potiguar de Promoção Turística do RN	IFRN
SETHAS / PROART	Associação das Mulheres Produtoras Rurais da Comunidade Quandu
PODER PÚBLICO MUNICIPAL	
Acari	
Caicó	
Carnaúba dos Dantas	
Cerro Corá	
Currais Novos	
Lagoa Nova	
Parelhas	
Florânia	
Santana do Matos	

Fonte: Elaborado a partir das atas das reuniões do conselho, 2016.

Tal fato acaba influenciando diretamente na instância em estudo, isto porque, a formação do conselho refletirá no modo como as decisões serão tomadas e, posteriormente, executadas. Além disso, é preciso atentar-se que a não participação

dos conselheiros nas reuniões pode acarretar em substituições, fator este que em alguns momentos pode gerar desconforto e atritos nas deliberações.

Dessa forma, percebe-se que as instâncias de governança de turismo estão cada vez mais presentes no que concerne as discussões do setor, isto ocorre em virtude da necessidade que a população enxerga de estar pautando acerca da descentralização do poder e sua relevância no incremento da atividade turística. Essa afirmativa corrobora com Nóbrega (2015) quando afirma que as instâncias de governança estão paulatinamente frequentes no processo de planejamento e gestão do turismo na região ou localidade onde está instalada.

Quanto à avaliação do desempenho da instância todos os entrevistados responderam que NÃO EXISTE tal avaliação, mas que seria importante para o conselho, “não existe uma avaliação, mas os próximos meses vai haver monitoramento pelo MTur. A SETUR que faz em um sistema, faz reuniões de planejamento” (representante da SETUR).

Este item culmina com o que aponta Virgínio (2011) que os conselhos regionais são um espaço para discutir os problemas do setor de turismo de cada região, ou seja, é nestes momentos que se pode abordar assuntos, problemas, dificuldades e resoluções que são comuns aos municípios participantes da instância. Ainda nesta perspectiva, “teve a oficina do mapa turístico 2016, mas não houve uma avaliação diretamente, mas se pode opinar acerca dos assuntos” (representante de Caicó).

No que se refere ao item participação qualitativa entre os membros da instância esta se apresenta como ALTA em virtude da participação ativa dos integrantes do conselho, visto que os mesmos são proativos, bem como por sua motivação em estar atento às discussões do turismo na região, “é uma maneira de integração, antes cada um observava o seu próprio município, as agências vendem roteiros, o Polo Seridó foi o que mais idealizou a interiorização discutindo novos roteiros, além de projetos como o Geoparque Seridó. A ideia do MTur é trabalhar com menos municípios” (representante da SETUR). Isto porque, com menos municípios o trabalho pode ser realizado de maneira mais expressiva possibilitando uma melhor distribuição de recursos e forças de trabalho para as localidades em que o turismo acontece.

Além de projetos como o citado anteriormente, os eventos tradicionais muito contribuíram para impulsionar o turismo no Seridó Potiguar, a exemplo, das festas

de padroeiro (a), emancipação política entre outros como festivais, quermesses e feiras (Alves, 2011).

Quadro 18: Relatos apontados pelos membros do Conselho do Polo de Turismo Seridó acerca entraves que intervêm no desenvolvimento do turismo na região Seridó Potiguar.

“Descrença com o turismo, postos de trabalho e investimento, a população em geral não acredita que o turismo pode ser uma fonte de renda. Visibilidade nas ações; a comunicação é falha, os membros mudam de contato e, foram criados novos meios como grupos e páginas nas redes sociais” (representante da UFRN).

“Resistência em virtude da falta de conhecimento, mostrar que é uma atividade que gera recursos, a gente vive numa cultura que quando se vê é que as pessoas atuam; se todos tivessem acreditado no início muita coisa tinha desenvolvido” (representante da Faculdade Católica Santa Terezinha).

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Dessa forma, percebe-se que os relatos são parecidos o que leva a constatação de que trata-se de uma situação constante e, comum a vários integrantes fator este que traz a reflexão de que é preciso analisar com efetividade o que vem ocorrendo com as ações da instância, bem como quais as formas de melhorar sua execução. Neste âmbito, Boullón (2002, p.20) dispõe que

O turismo não nasceu de uma teoria, mas de uma realidade que surgiu espontaneamente, e foi-se configurando sob o impacto de descobertas em outros campos, como, entre outras coisas, o progresso da navegação e a invenção da ferrovia, do automóvel e do avião.

Tratando-se da participação social na instância de turismo pesquisada algumas das descrições estão dispostas no quadro 19 e, mostram que o ponto ainda em pauta com relevância é a infraestrutura básica como, por exemplo, em destaque o saneamento básico que em algumas localidades ainda é incipiente ou inexistente.

Quadro 19: Comentários dos membros da instância quanto à participação social no turismo da região.

“Sim, a inserção dos produtores de artesanato, infraestrutura básica como, saneamento, é uma discussão também de caráter social, a partir do momento que se fala no desenvolvimento turístico da região” (representante da Faculdade Católica Santa Terezinha).

“O espaço existe, a pauta é que não é contemplada nas reuniões, se preocupa muito com infraestrutura, divulgação do destino, pouco se fala na participação social torna-se caro” (representante da UFRN).

“Sim, através das reuniões do Polo de Turismo” (representante do SINGTUR).

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Dessa forma, conforme aponta Hall (2004) o envolvimento de pessoas no processo de planejamento e tomada de decisão é primordial, para que o turismo possa desenvolver-se adequadamente nas localidades, bem como, no processo de inserção dessa nova atividade econômica na vida da comunidade. Além disso, este envolvimento proporciona maior flexibilidade nas atividades do turismo a própria divulgação do destino.

Ao analisar-se o item realização de avaliações sistemáticas do grupo verificou-se que esta é BAIXA, ou seja, as discussões anteriores são retomadas, mas na maioria das vezes continuam no papel com pouca ou nenhuma efetividade. Ademais, os assuntos abordados em pauta tornam-se repetitivos justamente em virtude da falta de execução destas, fato este que acaba refletindo no trabalho da instância. Logo, intervenções que já poderiam ter sido realizadas acabam não sendo efetuadas, refletindo na redução da demanda turística local e, conseqüentemente no setor turístico da região.

Ávila (2009) discorre que planejar é antes de tudo prever ações, ou seja, para que a instância consiga alcançar os objetivos traçados, é necessário atentar-se a observar o que pode acontecer e traçar uma resolução como, por exemplo, na elaboração de um roteiro turístico, todas as possibilidades devem ser analisadas visto que o turismo além de ser uma atividade dinâmica, emerge as mais diversas situações.

Para Costa e Sonaglio (2015) o planejamento turístico é mais que desenvolvimento, uma vez que esse prima pela organização, idealização e concretização das ações e o desenvolvimento se apresenta como uma consequência desta tarefa de forma acertada mas vale salientar que o planejamento tem relação direta com o desenvolvimento visto que por meio daquele este pode ocorrer de modo correto.

Outro aspecto verificado foi à quantidade e qualidade das parcerias firmadas pela instância, identificou-se que esta é BAIXA, pois, poucas são as parcerias que foram firmadas para o conselho, essas acontecem em sua maioria internamente com instituições como, SEBRAE, SETUR, prefeituras municipais e outras entidades.

“Hoje o principal motivo é a consolidação do geoparque e o investimento de alguns municípios na atividade; a formação específica para a área tem beneficiado os jovens formados para que assim possam estar atuando na região” (representante do SENAC).

“O SENAC sempre realiza e no caso do polo executou diversos já, oportuniza-se como, por exemplo, o curso de guia de turismo, o de garçom, o de recepcionista e camareira entre outros” (representante do SENAC).

“O SEBRAE era muito atuante não só na minha empresa, mas em todas e vários cursos profissionalizantes foram ofertados” (representante da ABAV).

Os investimentos do turismo ainda são muito concentrados no litoral, fator este que impossibilita a realização de diversas ações como, o saneamento básico de alguns municípios, eventos e outras ações como incentivos a eventos que possam estimular o turismo na região visto que uma das características dessa é que a comunidade participa ativamente deste tipo de atividade (Taveira, 2008).

Outro aspecto analisado foi à disseminação e acesso das informações entre os integrantes da instância onde verificou-se que esta é ALTA, ou seja, as informações são repassadas em tempo hábil a execução das reuniões contribuindo assim para a participação dos integrantes em grande número.

“São quatro reuniões trimestrais a data é de acordo com a conveniência do secretário estadual e dos secretários municipais” (representante da SETUR).

“Trimestrais, definidas durante os encontros onde se define horário, local e data” (representante de Caicó).

“De acordo com a agenda do secretário estadual de turismo, pois ele é o presidente do conselho” (representante de Currais Novos).

Ainda sobre este aspecto a representante de Florânia afirmou que “normalmente as datas e os horários são definidos trimestralmente. Cada reunião ocorre em cidades diferentes do Seridó e o local é escolhido por aclamação” (representante de Florânia).

No que se refere ao item grau de confiança entre os integrantes da instância esta apresentou-se como MÉDIA, ou seja, que as ações planejadas e efetivadas pela referida instância foram compartilhadas em 50% pelos representantes por meio de recursos físicos, financeiros e humanos.

No quadro 20 estão dispostos os pontos fortes e fracos da região Seridó Potiguar quanto ao setor de turismo de acordo com os respondentes da presente pesquisa, onde se pode observar que itens como cultura, gastronomia, hospitalidade e religiosidade são os principais destacados como fortes para a região.

Quadro 20: Pontos fortes e fracos da região Seridó Potiguar

Pontos fortes	Pontos fracos
“As festas populares; as paisagens cênicas; o artesanato; os sítios arqueológicos; a cultura; a hospitalidade; o amor pela terra; O Seridó é uma marca e a gastronomia” (representante da SETUR)	“Vontade política a entender o turismo como alternativa econômica para a região” (representante da SETUR).
“A marca do Seridó; o povo/culinária; a hospitalidade; a cultura, a gastronomia, os eventos; a religiosidade, os monumentos, os pontos turísticos o artesanato” (representante de Caicó).	“A questão hídrica; o atendimento ao público e os investimentos gerais nos negócios do setor” (representante de Caicó).
“A gastronomia; o aconchego; a hospitalidade; os atrativos naturais e a religiosidade” (representante de Cerro Corá).	“A infraestrutura inadequada; as estradas e a segurança” (representante de Cerro Corá).
“A acessibilidade; a hotelaria; as visitas; os aeroportos e a gastronomia” (representante de Currais Novos).	“Os roteiros; a sinalização; o material de divulgação; os pontos de divulgação com precisão; os pacotes para turistas e trabalhar o conjunto do polo” (representante de Currais Novos).
“A acolhida; os atrativos; diversificação da temperatura; região serrana; meios de hospedagem; turismo cultural, religiosos, pedagógico e aventura” (representante de Lagoa Nova).	“As estradas; a sinalização; a preservação dos atrativos e a educação turística” (representante de Lagoa Nova).
“Os atrativos; os sítios arqueológicos; a cultura; o povo; a gastronomia e a hospitalidade” (representante de Carnaúba dos Dantas).	“A sinalização turística; a descontinuidade das ações e a divulgação” (representante de Carnaúba dos Dantas).
“O turismo religioso; a caatinga; a vaquejada; a gastronomia onde se destaca o queijo de coalho, a carne de sol; as paisagens; o turismo de aventura e o aspecto cultural” (representante de Florânia).	“A falta de infraestrutura das rodovias; a escassez de água e a falta de investimento dos governantes” (representante de Florânia).
“O povo, nós somos um povo diferente. A nossa fé, a religiosidade; o relevo” (representante de Parelhas).	“Questão de tempo e vontade política é importante que todos abracem a causa” (representante de Parelhas).

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

No que se refere aos pontos fracos, os itens mais destacados foram à vontade política, os roteiros que ainda são escassos, a falta de infraestrutura e a

pouca divulgação da região na capital do Estado e em Estados vizinhos, fator este que é discutido na maioria das reuniões da instância, porém sem efetividade.

Além disso, para a concretização das ações da instância são necessárias diversas atividades como reuniões, capacitações e outros encontros que possibilitem maior entendimento acerca do papel do polo para o turismo no Seridó Potiguar. O quadro 21 aponta alguns dos entraves destacados pelos integrantes da instância sinalizando os itens que necessitam de maior observação.

Quadro 21: Entraves apontados pelos integrantes da instância acerca da efetivação das ações.

“Falta maior participação das entidades, houve mudanças no governo do Estado, maior participação das secretarias de turismo, além do comprometimento de todos os órgãos” (representante do BNB).

“De extrema importância o polo, é um momento em que se discute ações para melhoria do setor na nossa região” (representante de Caicó).

“A distância da capital para a região, a escassez de água e a falta de empreendimentos para melhorar a geração de renda e emprego” (representante de Florânia).

“Descontinuidade política, quem está na secretaria sai e leva consigo as informações. O governo passado refletiu na instância a parada no PRT em 2014, na verdade comprometeu todos os polos. Os secretários e prefeitos não priorizam o turismo, todos os municípios devem participar” (representante da SETUR).

“Questões políticas, quando muda de governo tudo muda. A falta de recurso em todos os municípios também interfere” (representante de Cerro Corá).

“São os projetos, as promessas que muitas vezes não são cumpridas, a troca de governo e a briga pelo ego ainda se luta muito pelo sozinho” (representante de Currais Novos).

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Diante disso, o Polo Seridó enfrenta inúmeros problemas para a efetiva atuação nos municípios que o compõem como, por exemplo: falta de infraestrutura básica (abastecimento de água, energia elétrica, tratamento de esgoto, construção de estradas, entre outros itens), infraestrutura turística (hotéis, pousadas, restaurantes, equipamentos de entretenimento, entre outros estabelecimentos).

Ainda por meio do instrumento de coleta de dados e das análises realizadas nas atas do conselho, identificou-se que alguns estudos ainda são necessários para

a região como o de demanda, pois sabe-se do potencial que a região detém para o turismo, mas não há nenhum estudo acerca das demandas vindouras para a mesma bem como os principais municípios visitados e a reflexão disto no turismo do Estado.

Outrossim, um outro estudo necessário é acerca do perfil do turista que visita a região, ou se trata-se apenas de visitantes que vem por conta própria (sem o intermédio do agente de viagem), como são elaborados os passeios, ou se as visitas são aleatórias sem necessariamente preocupar-se com o horário que se passa em cada atrativo.

Portanto, observou-se que como em toda região turística o Seridó Potiguar dispõe de recursos turísticos viáveis para a realização da atividade turística, tendo como ponto de partida a hospitalidade e o bem receber princípios relevantes para a qualidade do serviço; a religiosidade e a gastronomia com todo seu contexto histórico que é apreciado pelos visitantes/turistas. Porém, também há alguns obstáculos que merecem ser analisados e identificados, de forma que se possa encontrar possíveis soluções, visando o fomento da região e dos setores que a constroem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo tem mudado bastante nos últimos anos com maior expressividade a partir do ano de 2003 com a criação do MTur e posteriormente, de seus planos, programas e projetos, sendo que um programa destacou-se dentre os tantos implementados pelo ministério, a saber: o PRT. Este que teve como intuito principal desenvolver o turismo de forma participativa e planejada, com vistas a ter uma atividade equilibrada e que pudesse atrair cada vez mais visitantes/turistas para o Brasil.

Ao passo do MTur ascendeu-se as instâncias de governança com o propósito de criar organizações que pudessem coordenar e acompanhar a gestão do turismo nas regiões que tem possibilidade para tal desenvolvimento, de forma descentralizada em que a comunidade local pudesse ser envolvida e principal beneficiada com a atividade.

São diversas as modalidades de instâncias de governança existentes conforme abordado anteriormente nesta pesquisa, a pertencente ao presente estudo trata-se de um conselho criado com o objetivo de contribuir para o fomento do turismo em uma região turística do Estado do Rio Grande do Norte, essa denominada Seridó Potiguar.

A avaliação realizada no Conselho do Polo de Turismo Seridó demonstrou os impedimentos existentes que influenciam diretamente nos resultados positivos do turismo na região Seridó Potiguar, assim como, evidenciou problemáticas existentes nos membros da instância e em seus respectivos municípios como, a falta de um trabalho conjunto, pois na maioria das reuniões o que se observa é cada localidade falando de si e não na conjuntura do conselho, fator este que leva a longas discussões que atrapalham as pautas das reuniões estabelecendo um clima de competição entre os conselheiros.

Para os respondentes da investigação, o turismo no Seridó nos últimos anos vem sendo uma prioridade isto pode ser percebido pela participação do Secretário de Estado do Turismo nas reuniões da instância, sua preocupação com a divulgação e outras atividades que possam incluir a região, no entanto, os recursos financeiros ainda estão muito focados na capital e no Polo Costa das Dunas.

Ainda de acordo com relatos dos conselheiros, se enfatiza muito o marketing, a divulgação e a promoção geral dos polos, mas para o Seridó as ações ainda são

discretas, mostrando assim disparidades em algumas informações, posto que, o discurso do poder público é de que a atividade do turismo traz muitas melhorias dentre as quais se destaca o setor financeiro, a cultura, a infraestrutura básica (iluminação pública, saneamento e abastecimento de água), o empreendedorismo e outros benefícios ambientais e físicos.

Por conseguinte, percebeu-se que a instância possui também fragilidade no que concerne a participação e autonomia no processo de tomada de decisão, em razão de, as deliberações ainda serem em sua maioria pensadas em função de questões políticas, sem observar o cenário no todo do turismo na região. Compreende-se assim, que a autonomia a qual os respondentes se referem é de que as decisões possam ser tomadas de forma igualitária e participativa, ou seja, que todos (as) possam opinar e colaborar em todas as disposições que forem necessárias serem tomadas.

Nesta perspectiva, as instâncias de governança reafirmam sua relevância enquanto conquista comunitária, visto que seu objetivo principal é contribuir para a participação ativa da comunidade nos assuntos relacionados ao turismo no caso do estudo aqui descrito. Apesar de o Polo Seridó ter passado o ano de 2014 praticamente inativo, os representantes dos municípios que o compõem realizaram ações apenas em função própria, ou seja, não se tratou do polo neste período, alguns dos fatos pelos quais isso ocorreu foi a mudança de secretário estadual, os recursos financeiros escassos, o incentivo a participação e as estratégias de divulgação.

Acentua-se ainda que o turismo de forma descentralizada seja relevante para o incremento do turismo na região Seridó Potiguar, pois conforme diz Araújo (2009) a comunidade estando presente pode representar um avanço para o turismo local, visto que por meio dessa atuação é possível elencar diversos fatores positivos como, a diversificação do produto turístico do Seridó por meio de roteiros temáticos, valorização do artesanato e gastronomia local com a produção de souvenirs e doces de compota, diversos tipos de bolo e outros pratos tipicamente da região.

Foi possível identificar que na esfera municipal houve pouca mobilização no que se refere às ações para desenvolvimento do turismo nas localidades aqui pesquisadas, constatou-se também uma desarticulação quanto às atividades conjuntas em prol do incremento à atividade turística na região Seridó Potiguar.

Em relação à participação dos membros no conselho do polo o que se percebe é um destaque às instituições de ensino superior com a realização de trabalhos como elaboração de planos, projetos, apoio em eventos, inventários turísticos e elaboração de roteiros turísticos, trabalho esse que deveria ser realizado pelos municípios ou ao menos com sua contrapartida, uma vez que algumas localidades são inacessíveis quanto a tal atividade. Outra instituição que trouxe contribuições relevantes para a região foi o SEBRAE, que desde a concepção do polo esteve atuante como ainda é nos dias atuais.

Identificou-se ainda que a implementação do Conselho do Polo Seridó tem contribuído de forma positiva desde a sua constituição, visto que anteriormente não existia ação concreta de modo conjunto em prol do turismo na região, o que se viu foi os municípios trabalhando individualmente apenas trabalhando para si, e após a instância mesmo alguns membros querendo se destacar mais que outros nas reuniões, é possível enxergar algumas discussões conjuntas como, no caso dos roteiros turísticos, dos investimentos financeiros, da infraestrutura e da gastronomia.

Todavia, o processo de interiorização do turismo no Estado do RN até então, ainda necessita de maior envolvimento de diferentes atores, visto que o desenvolvimento do turismo no interior perpassa por alguns obstáculos, um destes é a falta de efetivação das ações previamente propostas no conselho, isto foi observado durante a leitura das atas das reuniões da instância, assuntos como o PDITS, a divulgação da região (e formas de fazer isto), os roteiros turísticos, os eventos e os recursos financeiros foram discutidos em praticamente todos os encontros dos membros, mas pouco foi concretizada como, por exemplo, a respeito da divulgação sempre se falou muito em outdoors, material impresso e mídia, mas apenas foi elaborado um guia de bolso da região e o site do Roteiro Seridó que atualmente encontra-se inativo.

Efetivamente, a região Seridó Potiguar dispõe de potencial para o incremento da atividade turística, e em muito tem contribuído o conselho, mas algumas medidas precisam ser tomadas a curto e longo prazo para a concretização de um produto turístico, por exemplo, a criação de novos roteiros, a efetivação das ações, pensarem na coletividade e atuar em cada município observando as peculiaridades desses, além de procurar estratégias para aumentar o tempo de estada dos turistas que visitam a região, ou seja, as atividades devem ser planejadas e organizadas de modo que, as pessoas fiquem mais tempo que o previsto na região.

Portanto, algumas medidas precisam ser tomadas para que efetivamente o turismo no Seridó Potiguar possa melhorar, tais como, a sensibilização dos membros integrantes do conselho quanto à importância da participação deles nas reuniões, assim também, da propagação do trabalho coletivo em prol do turismo na região. Além disso, as deliberações precisam sair do papel e serem efetivadas de modo que, traga melhorias para as localidades, o fortalecimento do turismo e da sua instância de governança podendo assim se construir um novo cenário para a atividade turística no Seridó Potiguar.

REFERÊNCIAS

Abastecimento de água em Caicó/RN. Disponível em: < CX=[-´P!**Fim imprevisto da fórmula** > Acesso em: 12 jul. 2016.

Alves, A. M.; Medeiros, J. L.; Maracajá, K. F. B. (2012); Planejamento turístico: um estudo sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Seridó. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.17-29, abr.

Alves, J. A. (2010). Políticas públicas e as transformações socioespaciais correlacionadas ao turismo no município de Caicó: uma análise do período 2000 a 2010. Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Turismo). Natal, 146p.

Araújo, L.M. (2009). Planejamento turístico regional: participação, parcerias e sustentabilidade. Maceió: EDUFAL.

Arquitetura religiosa do Seridó, paróquia de São João Batista de Cerro Corá/RN. Disponível em: < <http://edsondantas.com/?p=45274> > Acesso em: 12 jul. 2016.

Ávila, M. A. (2009). Políticas e planejamento em Cultura e Turismo. Ilhéus –Bahia.

Azevedo, F. F. (2007). Entre a cultura e a política: Uma geografia dos “Currais” no Sertão do Seridó Potiguar. Universidade Federal de Uberlândia. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia). Uberlândia – MG, 446p.

Azevedo, F. F. (2014). Desenvolvimento regional e potencial turístico no Seridó Potiguar. Natal, RN: EDUFRN.

Bardin, L. (2006). Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70.

Bardin, L.(2011). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70.

Bahia, M. C. Figueiredo, S. L. (2013). Políticas públicas de lazer em Belém e abordagens intersetoriais. In: Azevedo, F. F. Figueiredo, S. L. Nóbrega, W. R. M. Maranhão, C. H. (2013). Turismo em foco. Belém: NAEA.

Barbosa, L. G. M. (2009). Observatório de Inovação do Turismo. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Becker, D. F. Wittmann, M. L. (Org.). (2003). Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Beni, M. C. (1999). Política e estratégia de desenvolvimento regional. Planejamento Integrado do Turismo. In: Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: Hucitec.

Beni, M. C. (2006). Política e planejamento de turismo no Brasil. São Paulo: Aleph.

Bobbio, N. (1987). Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Borges, C.H. L. Guzmán, S. J. M. Midlej, M.M.B. C. Fatores determinantes da oferta turística na Baía de Camamu-BA para o planejamento do turismo e desenvolvimento local. *Revista Turismo em Análise*, v (24), nº 02, p.298-324.

Boullón, R. C. (2002). Planejamento do espaço turístico. Tradução de Josely Vianna Baptista. São Paulo: EDUSC.

Boullón, R. C. (2005). Os municípios turísticos. Tradução Carlos Valero. Bauru, SP: Edusc.

Braga, D. C. (2007). Planejamento turístico: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier.

Brasil. (2010). *Regulamento do conselho do Polo de Turismo Seridó*.

Brasil. **Ministério do Turismo**. *Ações do PRODETUR*. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/prodetur.html > Acesso em: 11 mar. 2015.

_____. (2009). **Ministério do Turismo**. *Módulo operacional 3. Instâncias*. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/conselhos/conselho_nacional/documentos_conselho/modulo_operacional_3_institucionalizacao_da_instancia_de_governanca_regional.pdf > Acesso em: 12 mar. 2015.

_____. **Ministério do Turismo**. Instância de governança regional. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/turismo/conselhos/instancia_governanca/ > Acesso em: 12 mar. 2015.

_____. **Ministério do Turismo**. Gestão das instâncias de governanças regionais. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads_regionalizacao/Gestxo_das_Instxncias_de_Governanxa_Regionais.pdf > Acesso em: 12 mar. 2015.

_____. Cartilha instâncias de governança. (2009). Orientações práticas às instâncias de governança de turismo do Paraná. Paraná: SEBRAE/PR.

Cooper, C. (2011). Turismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier.

Castro, C. A.T. Figueiredo, S. L. (2013). Turismo, políticas públicas e espaços públicos urbanos: a Estação das Docas em Belém, Pará. In: Azevedo, F. F. Figueiredo, S. L. Nóbrega, W. R. M. Maranhão, C. H. (2013). Turismo em foco. Belém: NAEA.

Côrrea, R. L. (1986). Região e organização espacial. São Paulo: Ática.

Cooper, C. Fletcher, J. Wanhell, S. Gilbert, D. Shepherd, R. (2001). Turismo, princípios e prática. Tradução Roberto Cataldo Costa. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman.

Costa, S.P. (2012). O planejamento turístico e o comércio ambulante: uma análise à luz da teoria das representações sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Turismo). Natal, 161p.

- Costa, S. P. Sonaglio, K. E. (2015). Participação dos trabalhadores informais no planejamento turístico: a realidade da Praia de Ponta Negra, Natal/RN Brasil. In: Figueiredo, S.L. Azevedo, F. F. Nóbrega, W. R. M. (orgs). (2015). *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*: Belém, NAEA.
- Cruz, R. C. A. (2003). *Introdução à geografia do turismo*. São Paulo: Roca, 2008.
- Dantas, N. G. de S. Melo, R. de S. (2008). O método de análise SWOT como ferramenta para promover o diagnóstico turístico de um local: o caso do município de Itabaiana / PB. *Caderno Virtual de Turismo*, v (8), nº (1), p. 118-130.
- Dellangelo, E. H. L.; Silva, R. C.(2005). Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração. In: Vieira, M. M. F.; Zouain, D. M. (orgs). *Pesquisa qualitativa em administração: teoria e pratica*. Rio de Janeiro: FGV.
- Dencker, A. F. M. (1998). *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo; Futura.
- Dias, R. (2008). *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas.
- Dias, R. (2008). *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas.
- Dye, T. R.(2005). *Understanding Public Policy*. 11th.ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall.
- Endres, A. V. (2008). Políticas de turismo, desenvolvimento e o papel do Estado: cenários e inquietações. *Revista eletrônica do pós- graduando em Sociologia Política da UFSC*, v(5), nº (1), p. 79- 96.
- Feijó, R. (2007). *Desenvolvimento econômico: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro*. São Paulo: Atlas.
- Ferreira, L. S. Gomes, R.C. C. (2011). Organização das políticas públicas de turismo no Brasil e no Rio Grande do Norte. *Revista da ANPEGE*. V(7), nº 7, p. 49-59.
- Figueiredo, S.L. Nóbrega, W. R. M. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: Figueiredo, S.L. Azevedo, F. F. Nóbrega, W. R. M. (orgs). (2015). *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*: Belém, NAEA.
- Fonseca, M.A.P.da.(2005). *Espaço, políticas de turismo e competitividade*. Natal, RN: EDUFRN.
- Fortunato, R. Â. Neffa, E. (2014). Abordagem Complexa e Desenvolvimento Local por meio do Turismo Solidário: o caso da rede “Brasilidade Solidária”. *Revista Turismo em Análise*, v (25), nº 01, p. 51-74.
- Furtado, C. (2009). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro. Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado.

Gastal, S.; Moesch, M. Martini. (2007). Turismo, políticas públicas e cidadania. São Paulo: Aleph.

Hall, C. M. (2004). Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos. Tradução de Edite Sciulli. 2. ed. São Paulo: Contexto.

Ignarra, L. R. (2013). Fundamentos do turismo. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning; Rio de Janeiro: Editora Senac Rio de Janeiro.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2016). *Censo*. Disponível em: < <http://ibge.gov.br/home/> > Acesso em: 12 jul. 2016.

Lopes, R.M. R. Alves, L.S. F. (2015). O desenvolvimento do turismo no estado do Rio Grande do Norte a partir da ação pública. *Revista de cultura e turismo*, nº 3, p. 143-172.

Marconi, M. de A. Lakatos, E. M. (2010). Fundamentos de metodologia científica. 7. Ed. São Paulo: Atlas.

Medeiros, J. B. (2010). Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11.ed. São Paulo: Atlas.

Medeiros, V.C.F.A. (2011). Turismo e Economia Solidária: uma análise nas cooperativas e associações de artesanato do Roteiro Seridó norte-rio-grandense. Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Turismo). Natal, 122p.

Mielke, E.J. C. (2009). Desenvolvimento turístico de base comunitária. Campinas, SP: Editora Alínea.

Ministério do Turismo. (2007). Plano Nacional de Turismo 2007-2010. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de políticas de turismo. Brasília.

_____. (2013). Programa de regionalização do turismo: diretrizes. Ministério do Turismo, SNPT. Brasília.

Moesch, M. M (2002). A produção do saber turístico. São Paulo: Contexto.

Muller, D. Hallal, D. Ramos, M. G. G. Garcia, T. E. M. (2011). O despertar do turismo no Brasil: a década de 1970. BOOK OF PROCEEDINGS VOL. I – INTERNATIONAL CONFERENCE ON TOURISM & MANAGEMENT STUDIES – Algarve.

Nascimento, A. M. V.do. Rocha, L. K. S. Azevedo, F. F. de. Morais, I. R. D. (2013). Turismo e transformações socioespaciais: uma aproximação teórica e conceitual. *Revista Turismo e Sociedade*, v (6), nº 02, p. 388-407.

Nascimento, A. M.L. Ferreira, R. V. (2013). Geoparque Seridó (RN) - proposta- CPRM.

Nóbrega, W. R. M. (2012). Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, oeste do estado do Pará. Universidade Federal do Pará. Tese de doutorado. Belém. 314 p.

Nóbrega, W.R.M. (2006). Participação popular e as políticas públicas de turismo na Amazônia: o Proecotur no distrito de Mosqueiro, Belém – PA. Universidade Estadual de Santa Cruz. Dissertação de mestrado (Mestrado em Cultura e Turismo). Ilhéus –BA , 183 p.

Nóbrega, W.R.M. (2013). Turismo, desenvolvimento e políticas públicas: limites e avanços no Estado do Pará. In: Azevedo, F. F. Figueiredo, S. L. Nóbrega, W.R.M. Maranhão, C. H. Turismo em Foco. Belém: NAEA.

Nóbrega, W. R. M. (2007). Turismo: planejamento e políticas públicas na Amazônia. Rio de Janeiro: E- papers.

Nóbrega, W.R.M. Queiroz, O.T.M.M. (2006). O programa de desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia legal - Proecotur: reflexões sobre o polo Belém – PA. Revista OLAM Ciência & Tecnologia, v(6), nº 02, p.257-280.

Nóbrega, W. R. M. Araújo, F. (2015). Cultura, turismo e desenvolvimento: reflexões acerca do potencial arqueológico no município de Carnaúba dos Dantas (RN). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v (8), nº 01, p.93-114.

Nóbrega, W. R. M. Araújo, F. (2014). Turismo arqueológico no Seridó Potiguar: possibilidades e entraves para o desenvolvimento regional. In: Jesus, A. C. S. (org). (2014). Gestão, políticas públicas e turismo: recortes da produção científica em Currais Novos. Natal, RN: EDUFRN.

_____. (2015). Arenas públicas de turismo: proposta metodológica para avaliação de Instâncias de Governança Local / Regional. *Anais do 7º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*. Brasília. Recuperado em 15, agosto, 2015 de:
<http://anppas.org.br/novosite/index.php?p=viienanppas>

Novo, C. B. M. C. (2010). Planejamento e organização do turismo. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas.

Oliveira, A.M. (2005). Turismo e desenvolvimento local: a cultura como elemento de aporte ao desenvolvimento da atividade. *Revista Turismo Visão e Ação*, v(7), nº 01, p. 49-67.

Pinho, R.C.R. (2012). Teoria geral da constituição e direitos fundamentais. 12 ed. São Paulo: Saraiva.

Pinho, R.C.R. (2012). Da organização do Estado, dos poderes e histórico das constituições. 12 ed. São Paulo: Saraiva.

PRODETUR. *Ampliando as atividades turísticas do Nordeste*. Disponível em: < <http://www.bnb.gov.br/prodetur> > Acesso em: 27 jul. 2016.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/> > Acesso em: 01 ago. 2016.

Richardson, R. J. (1985). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.

RN cidades. Polos de turismo do Rio Grande do Norte. Disponível em: < <http://www.rncidades.com/polos-turisticos-do-rn/> > Acesso em: 13 mar. 2015.

Rodrigues, A. B. (1999). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Hucitec.

Roesch, S. M. A. (1996). *Projeto de estágio do curso de administração*. São Paulo: Atlas.

Roteiro Seridó. (2004). *Plano de Turismo Sustentável*. Natal: SEBRAE/RN.

Sachs, I. (2009). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.

Santos, J.C.V. (2013). *Região e destino turístico: sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares*. São Paulo: All Print Editora.

Sen, A. K. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras.

SETUR. (2016). *O prodetur no Rio Grande do Norte*. Disponível em: < <http://rnbrasil.tur.br/cgi-sys/suspendedpage.cgi> > Acesso em: 12 jul. 2016.

Silva, J. E. da. Sonaglio, K. E. (2013). A dinâmica do “Roteiro Seridó” em Currais Novos/RN. *Caderno Virtual de Turismo*, v (13), nº 03, p.391-408.

Silva, R.B.S. da. (2010). *Projeto destino indutores: avanços e desafios no TRAF-Turismo Rural na Agricultura Familiar em Rancho Queimado (SC)*. Universidade do Estado de Santa Catarina – UFSC . Dissertação de Mestrado (Mestrado profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental). Florianópolis.

Silva, R. C. (2014). *Política de regionalização de turismo no interior potiguar: articulação, entraves e efetividade*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Turismo). Natal, 144p.

Solha, K. T. (2006). *Política de turismo: desenvolvimento e implementação*. In: Ruschmann, D. V. M., Solha, K. T. (Organizadoras). *Planejamento turístico*. Barueri, SP: Manole.

Taveira, M.S. (2008). *Políticas de turismo e comunidade local no litoral potiguar*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia). Natal, 195p.

Taveira, M. S. (2010). Políticas Públicas de Turismo no RN. *Apostila do curso técnico subsequente em guia de turismo*. IFRN. Natal, RN.

Teixeira, E. C. (2002). O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Bahia: AATR. Disponível em: <http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf> Acesso em: 27 nov.2012.

Teles R. M. de S. (2009). Fundamentos geográficos do turismo. Rio de Janeiro: Elsevier.

Thevenin, J. M. R. (2011). O turismo e suas políticas públicas sob a lógica do capital. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.122-133, abr.

Virginio, D. F.(2011). Gestão pública do turismo: uma análise dos impactos da política macro de regionalização turística no período 2004-2011 no Estado do Rio Grande do Norte, Brasil. Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Turismo). Natal, 187p.

Weber, M.(1991). Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen e Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília.

Wittmann, M.L.; Dotto, D. M.R.Boff, V. A.(2008). Desenvolvimento regional: análise de processos organizacionais de desenvolvimento integrado. In: Wittmann, M.L. Becker, D. F. (Org.) Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v.1, p.319-341.

Wu, X. Ramesh, M. Howlett, M. Fritzen, S. (2014). Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Traduzido por Ricardo Avelar de Souza. – Brasília: Enap,

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA- REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO (SECRETÁRIOS DE TURISMO) DO CONSELHO DO POLO SERIDÓ

- 1- Nome
- 2- Função _____ na _____ instituição _____ que representa _____
- 3- Formação: a) () Ensino fundamental b) () Ensino fundamental incompleto
c) () Ensino Médio d) () Ensino Médio incompleto e) () Superior completo
f) () Superior incompleto
- 4- Profissão
- 5- De que modo são definidas as datas bem como os horários das reuniões do conselho do Polo Seridó?
- 6- Em sua opinião quais os principais gargalos da instância de governança (Polo Seridó)?
- 7- Destaque as contribuições da implementação do Polo Seridó para o turismo na região.
- 8- O que poderia ser feito para que o turismo na região progreda?
- 9- Quais as ações necessárias para que o produto turístico do Seridó Potiguar possa se diversificar?
- 10-Quais foram as ações que os municípios que compõem o conselho do Polo Seridó já colocaram em prática?

- 11-Como vem sendo realizada a avaliação interna das ações da instância de governança (conselho do Polo Seridó)
- 12-Destaque os pontos fortes e fracos da região.
- 13-Existe algum assunto que não foi contemplado neste roteiro de entrevistas?
Em caso positivo caso julgue necessário destaque-o.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

APÊNDICE B

**ROTEIRO DE ENTREVISTA- REPRESENTANTES DA INICIATIVA PRIVADA (EMPRESÁRIOS DO
TURISMO) NO CONSELHO DO POLO SERIDÓ**

- 1- Nome
- 2- Função _____ na _____ instituição _____ que representa _____
- 3- Formação: a) () Ensino fundamental b) () Ensino fundamental incompleto
c) () Ensino Médio d) () Ensino Médio incompleto e) () Superior completo
f) () Superior incompleto
- 4- Profissão
- 5- Alguma vez já foi ofertado algum curso de aperfeiçoamento pelo Polo Seridó aos colaboradores de sua empresa? Qual (is)?
- 6- O (a) senhor (a) acredita que o turismo na região tem despontado nos últimos anos? Por quê?
- 7- Descreva as ações já realizadas pelo Polo Seridó que contribuíram para o aumento do fluxo de turistas/visitantes em seu empreendimento.
- 8- De que forma a instância de governança tem atuado em seu empreendimento?
- 9- Existe algum estudo/pesquisa que o (a) senhor (a) enxerga como necessário para a região?
- 10- Qual ação o (a) senhor (a) aponta como necessário para o desenvolvimento do turismo no Seridó Potiguar?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA- REPRESENTANTES DA COMUNIDADE (ONG'S, ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS LABORAIS) NO CONSELHO DO POLO SERIDÓ

- 1- Nome
- 2- Função _____ na _____ instituição _____ que representa _____
- 3- Formação: a) () Ensino fundamental b) () Ensino fundamental incompleto
c) () Ensino Médio d) () Ensino Médio incompleto e) () Superior completo
f) () Superior incompleto
- 4- Profissão
- 5- Existe espaço para as discussões acerca da participação social nas ações do turismo da região?
- 6- Como o (a) senhor (a) enxerga a participação da comunidade no processo de desenvolvimento turístico da região Seridó Potiguar?
- 7- Destaque quais as ações já realizadas pelo polo em que houve envolvimento desta entidade
- 8- Quais fatores o (a) senhor (a) acredita que contribuem para que o turismo na região não desponte como esperado pelo poder público, iniciativa privada e comunidade?
- 9- Descreva alguns dos empecilhos enfrentados pelo Polo Seridó na realização de atividades de cunho turístico que envolvam a participação da comunidade.
- 10- Em sua opinião quais os aspectos que necessitam de melhorias?

ANEXOS**ANEXO A****DECRETO Nº 18.429, DE 15 DE AGOSTO DE 2005.*****Institui o Polo Turístico do Seridó e dá outras Providências.***

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições constitucionais, e Considerando que é dever da União, dos Estados e dos Municípios promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, conforme preconiza o artigo 180 da Constituição Federal;

Considerando a necessidade de reunir Municípios com potencialidades turísticas semelhantes com o objetivo de promover a estruturação e o planejamento do desenvolvimento do turismo sustentável, respeitando as tradições e as práticas sociais e culturais;

Considerando a necessidade de se promover o desenvolvimento do turismo seletivo e organizado, gerador de ganho econômico e social;

Considerando a necessidade de se conferir especial atenção aos Municípios com características adequadas para serem trabalhadas e comercializadas como produtos turísticos, atendendo as condições para integrar os Polos de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (Polos de Turismo);

Considerando a necessidade de evitar tomada de direções conflitantes ou a realização de esforços duplicados, a partir do implemento de ações compartilhadas e sinergia entre os setores envolvidos no Polo

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituído o Polo Turístico do Seridó, espaço sócio econômico homogêneo com vantagens competitivas e vocacionais, com o objetivo de integrar a cadeia produtiva do turismo.

Parágrafo Único - O Polo Turístico do Seridó será composto pelos seguintes municípios:

- I – Acari;
- II – Caicó;
- III – Carnaúba dos Dantas;
- IV – Cerro Corá;
- V – Currais Novos;
- VI – Parelhas;
- VII – Jardim do Seridó;
- VIII – Florânia;
- IX – Tenente Laurentino;
- X – Lagoa Nova;
- XI – Timbaúba dos Batistas;
- XII – Ouro Branco;
- XIII – Equador;
- XIV – Santana do Seridó;
- XV – São João do Sabugi;
- XVI – Serra Negra do Norte;
- XVII – Jucurutu.

Art. 2º A criação de polos de desenvolvimento do turismo tem como objetivo oferecer as mais amplas possibilidades de desenvolvimento econômico e social para os Municípios da região Nordeste, e ainda:

- I – desenvolver as potencialidades turísticas de seus Municípios;
- II - inventariar o quantitativo e qualitativo dos recursos e da infraestrutura turística de cada Município;
- III - proceder ao mapeamento dos condicionantes físico-naturais;
- IV - preparar a visualização gráfica do inventário turístico em base cartográfica;
- V - implementar as oficinas de planejamento;
- VI - atualizar em caráter permanente as diretrizes do Polo
- VII – atuar em conjunto na promoção do marketing do Polo;
- VIII – identificar fontes de financiamento para projetos turísticos do Polo;
- IX – adequar o projeto turístico a capacidade de suporte ambiental;
- X - conscientizar a população acerca da importância do Turismo como vetor do desenvolvimento.

Art. 3º As atividades pertinentes ao Polo Turístico do Seridó serão coordenadas por um Conselho Regional de Turismo formado paritariamente por representantes dos setores público e privado, nos moldes adotados pelos programas internacionais de financiamento, a ser coordenado pela Secretaria de Estado do Turismo e instalado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação deste Decreto.

Parágrafo único – O Regulamento Interno do Conselho Regional de Turismo do Polo Turístico do

Seridó disporá acerca de sua abrangência, atribuições, natureza, características essenciais, composição e funcionamento.

Art. 4º Esse Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal, 16 de agosto de 2005, 184º da Independência e 117º da República.

WILMA MARIA DE FARIA